

2014

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 6 - N. 03
Julho de 2014
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Edição Especial Marcus Figueiredo

Renata Andrade de Oliveira

Miguel Angel Torhton

Antônio Claret, Aline Burni e Pedro Fraiha

Nerea Ramírez, Noelle del Giúdice e Paulo Victor Mello

OPINIÃO

Gláucio Soares

RESENHA

Nathália Porto



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 3409

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE
Aquilles Magide – UFPE
Bruno Dallari – UFPR
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA
Dalmir Francisco – UFMG
Denise Paiva Ferreira – UFG
Érica Anita Baptista - UFMG
Gustavo Venturi Júnior – USP
Helcimara de Souza Telles – UFMG
Heloisa Dias Bezerra – UFG
Julian Borba – UFSC
Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luciana Fernandes Veiga – UFPR
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Marcus Figueiredo – IESP/UERJ
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Eduarda Amorim

Equipe Técnica:

André Abreu
Hanna Simões

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política – DCP
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte
Minas Gerais – Brasil – CEP:31.270-901
+ (55) 31 3409 3823
Email: marketing-politico@uol.com.br
Facebook: Grupo Opinião Pública
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VI, Número III, Julho 2014

SUMÁRIO

Editorial 05-07

Dossiê: Edição Especial Prêmio Marcus Figueiredo

- **Cultura política e gênero na américa latina:
Estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-
representação feminina** 08-32

Renata Andrade de Oliveira

- **La brecha electoral de género en México** 33-59

Miguel Angel Torhton Granados

- **Valores pós-materialistas e democracia:
Brasil e Uruguai em perspectiva comparada** 60-82

Aline Burni, Antônio Claret e Pedro Fraiha

- **Confiança nos partidos políticos e valores: o caso
espanhol** 83-103

Nerea Ramirez, Noelle Del Giúdice e Paulo Victor Melo

Opinião

- **O Fator Marina: novo ou velho?** 104-111

Gláucio Soares

Resenha

- **Legacies of race – identities, attitudes and politics in Brazil** 112-118

Nathália Porto

Colaboradores desta edição 119-121

EDITORIAL

Edição Especial Prêmio Marcus Figueiredo

A edição atual do periódico *Em Debate* se encontrava quase concluída quando recebemos a triste notícia do falecimento de Marcus Figueiredo. O professor, um dos maiores nomes da ciência política brasileira, destacou-se sobretudo pelo seu papel como formador e orientador de gerações de cientistas políticos. Atualmente era professor do programa de pós-graduação em Sociologia e Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), onde também coordenava o Doxa, Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. Marcus Figueiredo era membro do Grupo Opinião Pública e sempre incentivou, estimulou e participou de nossas atividades.

Em 2011, em homenagem ao professor e à sua dedicação à formação de cientistas políticos, a organização do IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da Wapor (World Association for Public Opinion Research), realizado em Belo Horizonte, criou o Prêmio Marcus Figueiredo, replicado nos encontros seguintes, de Bogotá e Santiago. O prêmio é conferido ao melhor trabalho apresentado na Jornada de Jovem Pesquisadores do congresso. Em 2014, o III Prêmio Marcus Figueiredo foi entregue durante o VI Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da Wapor, realizado no último mês de junho em Santiago, no Chile. Destacamos que, nesta oportunidade, o trabalho vencedor foi produzido por Pedro Fraiha, mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e membro do Grupo Opinião Pública.

A presente edição do periódico *Em Debate* é, portanto, uma homenagem a Marcus Figueiredo, por seu trabalho e seu legado para a formação de cientistas políticos no Brasil. Assim, abrimos a seção Dossiê com

os dois artigos que receberam Menção Honrosa no III Prêmio Marcus Figueiredo.

Renata Andrade de Oliveira, mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá, discute em seu artigo “Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina” se as mudanças na cultura política latino-americana estimulam a participação das mulheres na política. O trabalho analisa para esse fim dados produzidos pelo LAPOP 2012 e questiona se uma cultura política pró-democracia é acompanhado por atitudes mais favoráveis à igualdade entre gêneros.

Miguel Angel Torhton, mestrando em Políticas Públicas na Universidade George Washington, nos E.U.A., investiga em seu artigo "La brecha electoral de género en México” as diferenças em preferência eleitoral entre homens e mulheres do país nas eleições federais que tiveram lugar entre 1994 e 2006. O trabalho elabora algumas hipóteses para tentar explicar uma preferência feminina pelos candidatos governistas.

Os dois artigos em sequência são contribuições de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Antônio Claret, mestre em Administração e Políticas Públicas pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Aline Burni e Pedro Fraiha, mestrandos em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais, analisam em seu artigo "Valores pós-materialistas e democracia: Brasil e Uruguai em perspectiva comparada" a associação entre valores pós-materialistas e atitudes democráticas em perspectiva comparada, considerando os casos de Brasil e Uruguai a partir dos dados resultantes da penúltima rodada do *World Values Survey*.

Nerea Ramírez, Noelle del Giúdice e Paulo Victor Mello, doutorandos em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais, buscam

verificar em seu artigo “Confiança nos partidos políticos e valores: o caso espanhol” a relação entre o crescimento de valores pós-materialistas e o aumento da desconfiança nos partidos políticos na Espanha. Os autores testam a hipótese de que quanto mais pós-materialista é o indivíduo menos confiança ele tem em relação aos partidos políticos.

Na seção *Opinião*, Gláucio Soares, doutor em Sociologia pela Washington University at St Louis, nos EUA, e Pesquisador Senior Nacional no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IESP/UERJ, considera em seu artigo “O fator Marina: novo ou velho?” os efeitos do trágico falecimento do candidato à presidência Eduardo Campos sobre as pesquisas de intenções de voto para as eleições de outubro, estabelecendo uma comparação entre os resultados obtidos antes e depois do acontecimento e apresentando alguns possíveis cenários eleitorais.

Na seção *Resenha*, Nathália Porto, mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta a obra “Legacies of Race – Identities, attitudes and politics in Brazil”, de Stanley R. Bailey. A resenha discute a visão do sociólogo estadunidense, representante da vertente brasilianista, sobre as relações raciais no Brasil, além da perspectiva de outros autores do país e os pontos de divergência em relação a essa mesma discussão nos Estados Unidos.

CULTURA POLÍTICA E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DA SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA

Renata Andrade de Oliveira

Mestranda pela Universidade Estadual do Maringá (UEM)

✉ rehnata_andrade@hotmail.com

Resumo: *O objetivo foi verificar se as mudanças na cultura política latino-americana estimulam comportamentos mais igualitários em relação à participação das mulheres na política. Para tanto, analisamos os dados produzidos pelo LAPOP 2012 e verificamos se uma cultura política pró-democracia é acompanhada de atitudes mais favoráveis à igualdade entre os gêneros.*

Palavras-chave: *Cultura Política, Democracia, Gênero e América Latina.*

Abstract: *The objective was to verify whether changes in Latin American political culture stimulate more egalitarian behavior towards women's participation in politics. For this, we analyze the data produced by LAPOP 2012 and verify if a pro-democracy political culture is accompanied by attitudes more favorable to gender equality.*

Keywords: *Political Culture, Democracy, Gender and Latin America.*

Introdução

O abismo entre os gêneros em todas as áreas da vida social afeta diretamente a qualidade das democracias contemporâneas, razão pela qual a discussão sobre tais disparidades passou a ocupar lugar de destaque na agenda mundial de debates, tanto no interior da academia, quanto fora dela. Esse debate tem girado em torno da desconstrução da naturalização da sub-representação das mulheres, sendo reiterado o princípio da igualdade entre os gêneros. É claro que a presença feminina nos postos de tomadas de decisões ultrapassa o objetivo de garantir qualidade para as democracias, mas, também,

de uma tentativa de romper com barreiras sociais e estruturais construídas ao longo da história da humanidade. Não se trata apenas de eleger representantes de um grupo minoritário, mas também de abrir espaços nos quais vozes que estão às margens da estrutura social possam ser ouvidas.

Apesar de já haver progresso em relação à igualdade de gênero dentro de importantes campos da vida social, em escala mundial, grandes disparidades ainda persistem dentro do quadro político. Os dados produzidos por diferentes organizações internacionais, como o Inter-Parliamentary Union (IPU), o Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) apontam um cenário ainda negativo para as mulheres em se tratando da ocupação dos cargos parlamentares.

Segundo informações do IPU, que observa a sub-representação feminina desde 1997, a média mundial de mulheres que ocupavam lugares nas Duas Casas parlamentares¹ para todo o período é de apenas 11,3%. Considerando apenas o período mais recente, notamos uma lenta evolução nesse indicador: em 2000 verificamos o total de 13,8%, em 2005 esse contingente vai para 16% e em 2010 chega aos 19%. Atualmente² as mulheres têm ocupado apenas 21,7% do total de cargos políticos em nível mundial³.

Mesmo com mais de dez anos de observação, a média de mulheres que ocupam cargos parlamentares não atingiu um quarto dos assentos disponíveis. Esta situação, além de se passar em nível mundial, também está presente quando observadas as regiões do globo⁴ de maneira individual. Os dados apontam que há um crescimento recente do número de mulheres presentes nos cargos de primeiro e segundo escalão dos parlamentos; todavia, ainda estamos diante de um quadro acentuado de sub-representação. As regiões da Europa e das Américas são as que possuem os maiores índices de

¹ A estrutura do parlamento é dividida em “Single House” e “UpperHouse”, a primeira seria referente à Câmara dos Deputados e a segunda ao Senado.

² Dado referente ao último levantamento da IPU do dia 1º de Fevereiro de 2014.

³ Quadro geral, vide Apêndice 1

⁴ A divisão dessas regiões foi realizada por critérios escolhidos pela IPU.

representação feminina em toda a série histórica, sendo os Emirados Árabes aqueles com menores índices. Diante dos interesses desta pesquisa focalizou-se especialmente a região das Américas, tomando como referência os percentuais de mulheres nos parlamentos nacionais, nos cargos ministeriais e nas supremas cortes.

A partir dos dados, observou-se que o país que mais se aproxima de uma representação igualitária entre os gêneros no parlamento nacional é a Nicarágua, que também é destaque por ter dobrado o percentual de mulheres em apenas três anos (2010-2013) e atingido o índice de 40%. Concomitantemente, o último relatório do FEM (2012) demonstra que a Nicarágua foi o único país da América Latina a estar no *top* 10 do *ranking* geral dos 180 países em termos de avanços na promoção da igualdade de gênero, estando em 9º lugar. Considerando especificamente a questão do “empoderamento político” das mulheres, esse país sobe para o 5º lugar.⁵ Vale destacar que no último período eleitoral, a Nicarágua atingiu o percentual de 55,6% de mulheres presentes nos Ministérios, o que a coloca muito distante dos outros países de maneira positiva.

Podemos constatar tendência geral positiva de aumento na presença feminina nos parlamentos, mesmo com algumas quedas durante alguns períodos, como no caso da Guatemala entre 1997-2000 e Honduras entre 2005-2010. Merece destaque o caso colombiano, que ao aumentar em 5% a presença feminina saltou dezessete posições no *ranking* do FEM e chegou em 2012 à 63ª. Já para o Uruguai o destaque é negativo, sendo o país com menor índice de mulheres em posição ministerial na América Latina.

Já em relação à presença feminina nos Ministérios, Equador e Costa Rica continuam apresentando índices elevados em relação aos demais países. Pelo relatório do FEM de 2012, esses também são os países seguintes da América

⁵ Esse índice é composto por quatro subíndices: 1) Participação e Oportunidades Econômicas; 2) Educação; 3) Saúde e Sobrevivência; 4) “Empoderamento Político”. Maiores informações em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf

Latina; todavia, ocupam no *ranking* geral posições inferiores à da Nicarágua (29º e 32º respectivamente).

Em relação ao poder judiciário, na América Latina constatamos uma tendência positiva para a ocupação feminina nas Supremas Cortes. Todavia, ainda tratamos de um quadro de sub-representação, pois nos primeiros dados do CEPAL (1998) a porcentagem era de 8 pontos e só houve um aumento considerável a partir de 2006, quando o índice passou a ser 18%. A última análise, de 2011, indica que na América Latina o percentual de mulheres em altos escalões do judiciário é de apenas 23%. Por isso, ainda se pode falar nesse critério como um indicador da sub-representação das mulheres.

Portanto, o quadro da sub-representação na América Latina é preocupante, assim como de modo global, pois ainda estamos restritos a porcentagens muito baixas de representação feminina, sendo dispersante citar valores acima dos 30%, já que temos uma média em torno dos 20% de mulheres presentes nas instâncias de tomada decisão. Com isso, fica o questionamento de quais seriam as razões para as disparidades dos dados que implicam nas causas da sub-representação feminina.

Cultura Política e Desigualdade de Gênero

O tema da sub-representação política de determinados grupos que historicamente sofreram opressões e ocuparam posições desvantajosas na sociedade, dentre os quais as mulheres, mais recentemente estruturaram um campo pujante de pesquisas no interior das ciências sociais. A multicausalidade da sub-representação feminina no campo político pode ser vista quase como ponto consensual para a maioria dos analistas envolvidos com essa agenda de pesquisas. Processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais se combinam com obstáculos político-institucionais e também sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder

político. Tais dimensões participariam de uma dinâmica de retroalimentação, ainda que no plano empírico seja viável a sua separação em termos analíticos, já que investigações focalizando todas elas são raras.

Nos anos 60 e 70, as teorias do crescimento econômico e do desenvolvimento humano passaram a direcionar as pesquisas ao enfatizar que esses dois contextos são as variáveis determinantes na geração de oportunidades dentro do sistema social, mas que se encontravam em um ciclo de retroalimentação, uma vez que a melhoria nas áreas da educação, saúde e lazer se dá por meio do investimento direto no setor econômico. A consequência é o aumento da qualidade de vida dos indivíduos, já que se proporciona o acesso dos mesmos a estes setores, sem distinção. O reflexo imediato desse ciclo, para o caso das mulheres, seria que tendo mais condições e oportunidades de acesso a todas as áreas da vida social, também teriam mais oportunidades de participar da esfera política, vista como um campo de acesso livre para todos, sendo assim reduzindo o quadro da sub-representação feminina.

Entretanto, as limitações dessa teoria são muito claras quando se analisa os atuais índices de sub-representação feminina. Como demonstrado, a região do globo com menor índice de representação são os Emirados Árabes, como Kuwait, Arábia Saudita, Qatar e Dubai, porém estas nações estão entre os dez primeiros do *ranking* mundial pela renda per capita (GDP)⁶. No caso da América Latina, a Nicarágua aparece nas últimas posições nesse indicador econômico e possui o maior percentual de mulheres no parlamento. Por sua vez, o Brasil, que se encontra entre as cinquenta nações com maior renda per capita do mundo, é o país com menos mulheres em seu parlamento.

Com isso, o problema da igualdade de gênero e da sub-representação feminina é mais complexo do que a teoria anterior assumia. Em razão dessa insuficiência, explicações alternativas começaram a serem propostas pelos

⁶ Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*, Abril de 2012: *Nominal GDP list of countries*. Dados para o ano de 2011.

pesquisadores, sobretudo enfatizando a importância das instituições sociais e das estruturas eleitorais na diluição das barreiras que conduzem às diferenças de representação entre os gêneros.

Em relação às barreiras institucionais, para uma grande parte das teóricas feministas as causas remontam às concepções que forneceram as próprias bases para a construção das instituições políticas modernas. Anteriormente, a base dessa estrutura residia nas diferenças biológicas entre homem e mulher e era isto que definia a hierarquia social; todavia, para estas teóricas o fundamento dessa hierarquia está na forma como se deu a construção social e cultural da estrutura de dominação. A desnaturalização destas bases tem seu efeito repercutido não apenas em uma área da vida social, refletindo em todos os espaços em que há relações sociais, em especial no campo político.

De acordo com a análise de Pateman (1993), por exemplo, o modelo metafórico intelectual que esteve subjacente à organização política das sociedades ocidentais – o modelo do contrato social - fundou-se numa concepção de mundo rigidamente separada entre esfera pública e privada, que foi acompanhada e justificada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Nesse modelo, o gênero feminino apareceu, em muitas formulações modernas, identificado explicitamente como aquele que teria a vocação para cuidar da reprodução do mundo privado, enquanto que o masculino cuidaria do mundo público. Em outras formulações contemporâneas, longe de desconstruir essa concepção, o silêncio quanto à existência de gêneros contribuiu para a desqualificação política das demandas específicas das mulheres, reforçando a ideia de que seus “assuntos”, próprios da vida privada, não teriam *status* de preocupações públicas.

A teoria feminista tenta desconstruir os conceitos naturalizados pelo liberalismo contratualista, pautado no princípio da imparcialidade, e quebrar a dicotomia de que o privado não deve ser trazido ao público, já que esta

fundamenta a subordinação feminina e a dominação masculina. O princípio da imparcialidade é fundamentado na racionalidade e essa razão é a base para o poder político, sendo a imparcialidade requisito primordial para que determinados sujeitos atuem no espaço público. Isto se torna ponto de partida para a exclusão de grupos ligados por caracteres emocionais ou emotivos do âmbito público e os direcionado ao âmbito privado, como no caso das mulheres (YOUNG, 1987).

Outro aspecto desse raciocínio é que os indivíduos ditos legítimos do espaço público são aqueles que se apresentam na vida pública desligados de seus interesses particulares, devido ao processo racional que conseguem efetuar, e assim transcendem para um ponto de vista que enxergue a todos para com isso trazer decisões únicas. O perigo do sujeito transcendental é que para atingir o comum ele desconsidera as diferenças, ou seja, exclui a alteridade em nome do interesse público e leva a heterogeneidade para o espaço privado. A atuação do ideal imparcial é padronizar as diferenças retirando as particularidades de cada grupo, já que o indivíduo em sua totalidade, carregando sua diferença, não pode alcançar o espaço público porque não possui características determinantes para tal atuação (YOUNG, 1987).

Portanto, a busca da justiça por meio da imparcialidade no âmbito público não atende aos requisitos democráticos, já que não absorve em suas decisões as diferenças equivalentes do espaço privado e assim as normas atingem os grupos que estão inseridos dentro das medidas políticas e retira aqueles que não promovem a universalidade. Desse modo, apresenta-se como um conceito contraditório dentro dele mesmo, apenas mascarando por meio do espaço público os conflitos iniciados no meio privado.

Diante disso, a democracia liberal tem justificado a exclusão política como problema do sistema eleitoral e do acesso das pessoas à participação, pois há a predominância da “política de ideias” que sugere o entendimento

político como julgamento e debate e espera que as políticas se desenvolvam em torno de programas e não de pessoas. A discussão contemporânea traz à tona para as democracias liberais os problemas do deslocamento da política que separa quem e o que deve ser representado, pois a política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, a de presença (PHILLIPS, 2001).

Nessa teoria não há ênfase exacerbada na diferença, pois esses princípios também são centrais na democracia liberal, mas sim o esclarecimento do sentimento de exclusão política amplamente sentido por grupos definidos por seu gênero, etnia e raça. A diversidade entendida pelos liberais é a de opinião, crença, preferência e objetivos, que pode estar enraizada na variedade de experiências e combinada com a capacidade intelectual e habilidade de articulação. Por isso, “aqueles que acreditam que os homens têm monopólio das habilidades de articular políticas e ideias não se surpreenderão com o fato de que, na maior parte, os mensageiros sejam homens” (PHILLIPS, 2001).

Como analisa Phillips (1991), encarnadas no arcabouço jurídico e institucional dos Estados modernos, aquelas concepções são por ele ancoradas e perpetuadas. Por isso mesmo, nessa perspectiva, os dados que comprovam a reduzida presença feminina na política não seriam evidências de que as mulheres sejam menos participativas e possuam menor grau de motivação para se inserir em atividades políticas. Tais evidências, ao contrário, seriam sintomas dos processos históricos e culturais que, cristalizados em instituições, dificultam até os dias correntes sua participação em partidos políticos e suas possibilidades de êxitos na competição eleitoral.

Deste modo, o “empoderamento feminino” passou a ser entendido como uma parte integral do processo de desenvolvimento das estruturas institucionais da política. Passou-se, então, a enfatizar a necessidade por igualdades de oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que removam as barreiras e promovam a possibilidade da mulher participar das posições políticas. Por isso, inúmeras democracias

adotaram a mecanismos de cotas de gênero na política, e assim, as políticas formuladas pelo Estado, que está relacionado às instituições políticas, passam a pautar a consolidação e reafirmam a igualdade de gênero.

Deste modo, a estrutura do sistema eleitoral e o formato dos partidos políticos são fatores determinantes para o sucesso de uma candidatura feminina. Assim, sistemas pluripartidários aumentam os pontos de acesso para as candidatas femininas, o que não necessariamente significa mais mulheres eleitas. Sendo assim, é possível apontar que três bases podem possibilitar o aumento da representação feminina nos parlamentos: o nível de democratização do país, o tipo de sistema eleitoral e o formato dos partidos políticos (INGLEHART, NORRIS, 2003).

Mesmo com a reforma estrutural e o reconhecimento formal dos direitos das mulheres, estes ainda se concretizam como ganhos simbólicos e para os avanços de promoção da igualdade de gênero. Isto porque somente esses aspectos não são capazes de produzir uma mudança com efeito substancial na sociedade, e isto faz com que essas transformações se tornem fracas com o passar do tempo.

Deste modo, apesar de tanto a teoria do desenvolvimento econômico quanto a da reforma das estruturas institucionais serem essenciais para se compreender o problema e construir estratégias de combate à desigualdade de gênero, o fenômeno da sub-representação pede também por uma abordagem mais subjetiva da situação, que leve em conta as relações constitutivas entre política e cultura.

Como a presente pesquisa pretende ser uma contribuição culturalista para o entendimento do problema da sub-representação feminina na política latino-americana, interessa-nos apontar os elementos fundamentais da abordagem culturalista e indicar quais são seus rendimentos para a compreensão desse fenômeno político.

O ponto de partida da perspectiva culturalista se deu na segunda metade do século XX com a publicação de *The Civic Culture* (1963), de G. Almond e S. Verba, primeira tentativa de formulação sistemática e aplicação rigorosa do conceito de cultura política e base para a constituição de um programa de pesquisa consistente. Almond e Verba nesse momento passam a defender a importância dos elementos culturais nos processos de democratização, tanto de implantação, consolidação ou aprofundamento ao redor do mundo.

Nesta obra, a cultura política é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhados por membros de uma sociedade que poderiam explicar as motivações subjacentes às ações praticadas (ALMOND, VERBA, 1989). Para alcançar seus objetivos, Almond e Verba definiram que a cultura política mais favorável seria aquela resultante da junção entre os elementos de três tipos ideais, tendo como principais componentes a moderação e tolerância. Esse ideal combinaria ativismo racional com índices consideráveis de confiança no sistema e nos que o conduzem. Além disso, o perfil congruente com a democracia exerceria um alto poder de fiscalização sobre as ações oficiais e teria os elementos de moderação e tolerância desenvolvidos, diferenciando-se assim de um perfil politicamente passivo. O alcance desse patamar seria possível por meio de processos de alterações e permanências nas bases subjetivas do comportamento políticos dos agentes.

Em termos gerais, as conclusões a que os autores chegaram, ainda que não pudessem responder a questionamentos sobre a relação de causalidade existente entre as duas ordens de fatores envolvidos, apontavam para a associação entre estabilidade democrática e a ocorrência de um padrão de orientações subjetivas a que chamaram de cultura cívica, cujos elementos centrais seriam moderação e tolerância, combinando ativismo político racional e confiança no sistema político e nas elites políticas instituídas (RIBEIRO, BOLOGNESI, 2008).

Para Ribeiro (2002), apesar do conceito de cultura política poder ser aplicado ao estudo de qualquer sistema político, uma vez que o que interessa é avaliar disposições subjetivas pessoais que existem em qualquer forma de organização política, as formulações originais acerca deste tema estão irremediavelmente atreladas à democracia. Uma preocupação central no desenvolvimento dos estudos que culminaram na publicação de *The Civic Culture* foi sobre as condições de desenvolvimento e estabilização de regimes democráticos.

Procurando superar os limites do estudo pioneiro, novos autores passaram a adotar a abordagem culturalista em suas pesquisas, o que culminou com o desenvolvimento das técnicas mais sofisticadas e a possibilidade de superar as desconfianças em relação a este modelo. Ao longo dos anos as técnicas de pesquisa foram se sofisticando, e com a possibilidade de *surveys* de alcance mundial, Ronald Inglehart (1988), em *The Renaissance of Political Culture*, realizou o primeiro teste longitudinal das teses culturalistas.

Para Inglehart, os modelos explicativos dominantes na ciência política na década de 1960, baseados na teoria da escolha racional, eram negligentes em relação aos fatores culturais e por isso só poderiam fornecer explicações parciais para importantes fenômenos contemporâneos. Deste modo, argumenta e reafirma a relevância de se voltar aos aspectos culturais de uma nação, pois as diferentes sociedades apresentariam distintos padrões de valores e atitudes políticas. Ou seja, as diferenças culturais são relativamente persistentes, ainda que mutáveis, mas produzem importantes consequências políticas, sendo intimamente ligadas à viabilidade de instituições democráticas.

Em um quadro geral, Inglehart se apoia na hipótese de que nações com altos níveis em cada uma dessas variáveis são mais propensas a adotar e manter instituições democráticas. Afirma que, conjuntamente, esses aspectos formariam uma “síndrome” de atitudes favoráveis às instituições democráticas e que as variáveis utilizadas para medi-la se agrupariam em um *cluster*

intimamente associado à longevidade das instituições democráticas” (INGLEHART, 1988). Podem ainda ser vistas como elementos estabelecidos ao longo dos processos históricos, o que poderia explicar a persistência das diferenças entre as nações. As atitudes que compõem essa síndrome seriam, portanto, traços culturais mais profundos, com maior poder de permanência.

Embora reconheça que a cultura política não é uma condição necessária para o estabelecimento de democracias, o autor defende que o início de qualquer regime desta natureza passa necessariamente por uma mudança nos valores, crenças e estratégias das elites envolvidas na mudança. Neste sentido, a cultura política seria ao mesmo tempo causa e efeito, e a sua significância deve variar em razão das especificidades de cada nação, em razão de suas diferentes experiências históricas. Em alguns casos atuaria como variável independente, em outras como interveniente; assim, mesmo não sendo pré-condição para a emergência de democracias, uma vez que essas seriam um fazer constante, a capacidade explicativa das variáveis relacionadas à cultura política não pode ser desprezada.

Democratismo

O apoio à democracia é uma das dimensões mais relevantes da cultura política de uma sociedade, pois indica em grande medida a existência de bases atitudinais indispensáveis para a estabilidade do regime. Tomaremos como pressuposto que essa adesão, devido à sua complexidade, deve ser compreendida por um viés multidimensional, que considera dimensões avaliativas e normativas de apoio. A intensidade da adesão dos cidadãos de um país à democracia como forma de governo é um indicador fundamental do quanto sua cultura política é congruente com processos de consolidação e aprofundamento dessa forma de governo e, conseqüentemente, pode afetar tanto disposições subjetivas como estruturas objetivas ligadas à sub-representação feminina nas democracias latino-americanas.

A partir do estudo de David Easton em *A re-assessment of the concept of political support* (1975) se desenvolveu uma linha de pesquisa que se concentra sobre a dimensão difusa do apoio à democracia, configurando os estudos sobre legitimidade democrática. Para o autor, a compreensão da questão da legitimidade democrática estaria no apoio político, cujas orientações são divididas em apoio difuso (também chamado apoio abstrato ou adesão normativa), composto pelos valores fundamentais do sistema, e apoio específico, relativo às avaliações mais concretas acerca do desempenho das suas instituições e autoridades. Nesses termos, o apoio difuso corresponde aos valores atribuídos pelos indivíduos aos objetos políticos e se configura de forma forte e duradoura, independente dos resultados e desempenho atingidos pelo regime, ao passo que o apoio específico tem sua existência condicionada à possibilidade de responsabilização das autoridades de determinada sociedade por suas ações e consequências, sendo, então, decorrente da percepção da população quanto aos benefícios e satisfações atingidos.

De modo genérico, a adesão à democracia representa o apoio ao regime democrático enquanto conjunto de regras, princípios e valores, ou seja, diz respeito à aceitação do regime enquanto ideal político normativo (NORRIS, 1999). Assim, parte considerável dos estudos sobre democratismo tem utilizado como indicador central o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação: *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*. Essa questão, que remete a denominada posição churchilliana, é reconhecida internacionalmente como medida de apoio à democracia como forma de governo (KLINGEMANN, 1999; DALTON, 1999) e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Em razão dessas considerações, Casalecchi, David e Quaresma (2013), em seu artigo *Qualificando a adesão à democracia no Brasil*, oferecem uma proposta

que vai além da tradicional. Ao invés de observar a ambivalência a partir da questão churchilliana sobre adesão à democracia, propõem que ela seja verificada a partir das atitudes dos democratas em relação a diferentes dimensões do regime. Portanto, o foco não está sobre os cidadãos ambivalentes⁷, mas sim sobre os democratas e em que medidas eles são, ou não, coerentes em suas atitudes quando confrontados com diversas questões.

Os autores tratam a adesão à democracia não como uma única atitude de preferência pelo regime, mas como múltiplas atitudes que envolvem a adesão a diferentes princípios orientadores do regime democrático. Em razão disso, propõem a mensuração da adesão, e conseqüentemente, a legitimidade dos regimes democráticos, em quatro aspectos: *adesão aos procedimentos de escolha; adesão normativa ao voto; adesão à participação de todos e adesão ao regime democrático partidário.*

O primeiro aspecto, partindo de uma definição minimalista da democracia, diz respeito à existência de eleições livres e competitivas para a escolha dos cargos de liderança. Assim, a *adesão aos procedimentos de escolha* sugere que qualquer indivíduo que aceite outros meios fora a eleição livre e competitiva para o exercício do governo político fere essa dimensão e não é classificado como democrata. O segundo ponto, *adesão normativa ao voto*, privilegia a importância da participação política dos cidadãos, principalmente a partir do comparecimento eleitoral por meio do voto. Assim, quanto mais o indivíduo valoriza o seu voto como um instrumento de participação política, maior será sua adesão à democracia: esta variável ajuda a compreender em que medida o comportamento dos cidadãos está de acordo com a norma internalizada ou reflete uma simples obrigação imposta pelo Estado (CASALECCHI, DAVID, QUARESMA, 2013).

⁷ Termo criado por Moises (2008) que se refere a aqueles que oscilam suas respostas e tomam posições intermediárias, ou seja, eles podem concordar que a democracia é a melhor forma de governo, mas, acreditam que em algumas situações um governo autoritário pode ser preferível ou que tanto faz um regime democrático ou não democrático; ou, no caminho inverso, podem acreditar que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, mas, em seguida, discordar que ela seja a melhor forma de governo.

Indo além da participação política eleitoral, a dimensão da *adesão à participação de todos* diz respeito ao valor que as pessoas atribuem a esse envolvimento de modo geral, ou seja, é o valor dado à participação coletiva. Por fim, a dimensão *adesão ao regime democrático partidário* diz respeito ao papel assumido pelos canais representativos no processo democrático. Apesar do papel fundamental exercido pela participação, a representação é um elemento indispensável à democracia moderna. Assim, os partidos políticos são a peça central desse aspecto, e independente de posição ideológica e partidária, são fundamentais para as engrenagens democráticas.

Deste modo, fica demonstrada a complexidade envolvida na mensuração do grau de apoio dos indivíduos para com um sistema político, pois se tenta atingir as bases concretas e abstratas de suas orientações. Assim, ainda que haja análises que não partam do princípio da multidimensionalidade do fenômeno, utilizaremos este último como diretriz básica na aplicação empírica do conceito de democratismo. Portanto, buscaremos verificar se no contexto latino-americano essa perspectiva multidimensional da adesão à democracia está relacionada com as disposições favoráveis à igualdade de gênero.

Efeitos do democratismo sobre a igualdade de gênero na América Latina

Os valores pró-democracia e as instituições democráticas atuam juntos como peças de um quebra-cabeça que conduz à ampliação da autonomia e autoexpressão nas escolhas dos indivíduos. As proposições de Almond e Verba (1989) e Inglehart (1988) acerca da relevância da cultura política e de Easton (1975) sobre as medidas de apoio democrático deixam claro que os fatores abstratos e culturais são essenciais na explicação dos fenômenos políticos contemporâneos. No que diz respeito ao problema da sub-representação feminina, um grupo de pesquisadores tem defendido que mudanças supostamente em curso nos valores e crenças dos cidadãos, a

chamada Síndrome dos Valores Pós-Materialistas (INGLEHART, 1988), estariam influenciando de maneira positiva a disposição dos indivíduos quanto à igualdade de gênero (INGLEHART, WEZEL, 2005; INGLEHART, NORRIS, 2003).

A relação entre valores de níveis individuais e instituições democráticas ainda é alvo de críticas, pois há aqueles que afirmam que o aprendizado institucional, o fato dos indivíduos viverem em contato com instituições democráticas, é que geraria uma cultura política pré-democrática. Contudo, a corrente culturalista que inspirou essa pesquisa defende que os valores de massa desempenham papel fundamental no processo de democratização, sendo relevantes no efetivo funcionamento das instituições democráticas.

Defende-se que, assim, como as instituições afetam os valores, a ênfase na autoexpressão também produz impacto significativo sobre as instituições democráticas, sendo um processo de mútua influência. Os valores pós-materialistas antecedem e, em grande medida, explicam o estabelecimento de democracias em nível mundial. A intensidade desse relacionamento é mais forte quando se mede o efeito dos valores relacionamos com as mudanças pós-materialista sobre a democracia do que no exercício inverso (RIBEIRO, 2011).

Em relação à igualdade entre os gêneros, Inglehart e Norris (2003), em *The Rising Tides: Gender Equality and Cultural Change around the World*, se dedicam ao entendimento das disparidades de índices de lideranças políticas entre homens e mulheres no cenário das democracias contemporâneas. Mais especificamente, pretendem responder como e porque sociedades similares atingem níveis diferenciados de representação feminina. Sua tese é de que os pró-democracia seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero.

Os resultados demonstraram que a cultura importa por ser a ponte entre o nível de desenvolvimento econômico da sociedade (que remete à situação da vida do homem e da mulher), as estruturas institucionais democráticas e atitudes mais igualitárias em relação à desigualdade de gênero. Isto demonstra que a igualdade de gênero não é um processo de mão-única, mas demonstrou ser um processo interativo, já que as mudanças em todos os ramos da vida afetam as atitudes e valores dos indivíduos. Por isso, o estudo da dimensão subjetiva do processo é elemento primordial para se compreender as barreiras culturais presentes nas democracias contemporâneas quando se trata do empoderamento feminino.

Neste sentido, a síndrome dos valores pós-materialistas levaria ao desenvolvimento de uma postura crítica e participativa por parte dos cidadãos, que seria congruente com os processos de ampliação e fortalecimento da democracia. Indivíduos pós-materialistas seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero.

Para os autores a solução para o fenômeno da sub-representação feminina tem sua estratégia pautada na ideia do desenvolvimento humano combinado com as reformas legais e estruturais, tendo como elemento essencial uma cultura política que gradualmente se pauta em uma direção mais igualitária e democrática. Esse conjunto possui as maiores chances de consolidar ganhos substanciais para as mulheres em todos os ramos da vida social, resultando em uma sociedade direcionada para o alcance de igualdade entre os gêneros. E como consequência, as barreiras políticas existentes iriam se desfazendo e acarretando a transformação do quadro negativo da sub-representação feminina para um cenário de paridade e igualdade nos espaços públicos, formando um cenário condizente com valores democráticos.

Metodologia e Resultados

Em busca da verificação da tese de que a tendência de maior democratismo é acompanhada de disposições favoráveis à igualdade entre os gêneros, utilizamos a base de dados do survey do LAPOP (Latin American Public Opinion Project) 2012. Como medida para o democratismo, nos baseamos na metodologia aplicada por Casalecchi, David e Quaresma (2013), cujas variáveis são as seguintes:

- Para **adesão aos procedimentos de escolha**: *Diante de desemprego muito alto, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de Estado? Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?; Diante de muita corrupção, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?.*

- Para **adesão normativa ao voto**: *Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?.*

- Para **adesão à participação de todos**: *O(A) sr./sra. acredita que em nosso país faz falta um governo de “pulso firme”, ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?*

- Por fim, para a **adesão ao regime democrático partidário**: *Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?*

Já para a variável que relaciona cultura política e gênero optamos pela pergunta *De modo geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres?* Observamos que as variáveis de democratismo foram recodificadas para serem medidas de adesão ao democratismo e posicionamento favorável em relação à igualdade de gênero, portanto, a maioria teve sua escala invertida.

Para confirmar a relação apontada anteriormente, propusemos inicialmente testes de associação GAMMA envolvendo as variáveis acima citadas, que foram escolhidas por serem as melhores que representam as duas dimensões discutidas. Como podemos verificar abaixo (TABELA 1), em primeiro lugar, fizemos a junção das variáveis de adesão aos procedimentos de escolhas compondo um índice com uma medida de 4 pontos, de 0 a 3. A construção de tal índice foi justificada em termos estatísticos pelos resultados de análise fatorial (TABELA 2). Podemos verificar que foi encontrada associação em todos os testes envolvendo as variáveis de democratismo. Os testes tiveram valores aceitáveis de significância ($< ,005$), sendo que na maioria dos casos a rejeição da hipótese nula da independência se dá em níveis bastante rigorosos ($,001$ e $,000$). Os valores de γ indicam a existência de associação positiva entre a adesão à democracia e manifestação de posicionamento favorável ao empoderamento feminino.

TABELA 1. ASSOCIAÇÕES ENTRE DEMOCRATISMO E DISPOSIÇÕES FAVORÁVEIS AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO, AMÉRICA LATINA, 2012.

	γ	Sig.
Adesão a procedimento de escolha	,029	,001
Adesão normativa ao voto	,097	,000
Adesão a participação de todos	,047	,000
Adesão ao regime democrático partidário	,053	,000

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

Esse resultado na análise bivariada, contudo, não pode ser tomado como definitivo sobre o relacionamento entre as variáveis, pois não possibilita a utilização de controles relevantes, como aqueles derivados de variáveis sócio-demográficas dos componentes da amostra, como sexo, idade e escolaridade. Para inclusão desses controles optamos então pela construção de modelos multivariados que tomam a variável relativa às disposições sobre o empoderamento feminino como dependente e as medidas de adesão à

democracia como preditores. Em razão da forma assimétrica da distribuição da variável dependente optamos pela sua recodificação e dicotomização. Sendo assim, combinamos de um lado as respostas “concorda muito” e “concorda” e de outro, as alternativas “discorda” e “discorda muito”. Em razão dessa nova condição o modelo de análise utilizado foi o logístico binário.

Inicialmente nos propusermos a reduzir as medidas de democratismo em um índice integrado de adesão a democracia. Contudo, a análise fatorial da construção do índice (TABELA 2) nos indicou a impossibilidade de correlação entre as variáveis para tal fim, tornando então inviável a criação de um único índice.

**TABELA 2. ANÁLISE FATORIAL PARA AS VARIÁVEIS
 SOBRE DEMOCRATISMO**

Variável	Carga Fatorial Componente 1
	2006
Adesão a procedimento de escolha 1	,716
Adesão a procedimento de escolha 2	,860
Adesão a procedimento de escolha 3	,857
Adesão normativa ao voto	,233
Adesão à participação de todos	,292
Adesão ao regime democrático partidário	-,059
% de variação explicada com 1 componente	35,5
KMO	,644

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

Desta forma, construímos 4 modelos de regressão logística binária, sendo que em cada um foi inserida como variável independente uma medida de democratismo. Concomitantemente, foram inseridas as variáveis de controle como sexo, idade e escolaridade dos entrevistados no ano de 2012 do LAPOP. Os resultados dispostos nas TABELA 3, TABELA 4, TABELA 5 e TABELA 6 confirmam as conclusões a que chegamos com base na análise bivariada, ou seja, o democratismo está associado à disposição favorável sobre a igualdade política entre os gêneros.

TABELA 3. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 1

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão aos procedimentos de escolha	,038	,005	,963
Sexo	,772	,000	,462
Idade	,000	,854	1,000
Escolaridade	,042	,000	,959
Constante	,517	,000	1,677

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

TABELA 4. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 2

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão normativa ao voto	,292	,000	,747
Sexo	,766	,000	,465
Idade	,001	,580	1,001
Escolaridade	,041	,000	,960
Constante	,652	,000	1,919

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

TABELA 5. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 3

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão à participação de todos	,122	,000	,885
Sexo	,763	,000	,466
Idade	,000	,736	1,000
Escolaridade	,043	,000	,958
Constante	,515	,000	1,674

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

TABELA 6. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO – MODELO 4

	B	Sig.	Exp(B)
Adesão ao regime democrático	,031	,000	,969
Sexo	,761	,000	,467
Idade	,000	,830	1,000
Escolaridade	,043	,000	,958
Constante	2,329	,000	,097

FONTE: Latin American Public Opinion Project, 2012

De modo geral, a priori foi possível perceber que em todos os modelos a variável que não se apresentou como preditor significativo foi idade. A respeito das variáveis de democratismo, em uma análise individual, observou-se que cada elevação na escala de adesão aos procedimentos de escolha diminui em 3,7% a chance do entrevistado concordar com a afirmação de que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres. Importante destacar que como esse índice possui 4 pontos, o efeito cumulativo apenas para essa variável é cerca de 15%. Para adesão normativa ao voto e adesão à participação de todos, os indivíduos que respondem favoravelmente a atitudes democráticas para essas variáveis elevam em 25,3% e 11,5%, respectivamente, as chances em discordar que os homens são melhores líderes políticos com as mulheres. A variável de adesão ao regime democrático é uma variável escalar que vai de 1 a 7; sendo assim, cada avanço nessa escala eleva em 3,1% a chance do indivíduo rejeitar a afirmativa.

Para os preditores sócio-demográficos, o sexo apresentou efeito expressivo e indica que ser mulher eleva em média 53% a probabilidade de não concordar com a afirmativa. E a escolaridade apresenta resultado favorável mesmo que não tendo uma porcentagem alta: cada elevação de nível escolar aumenta em 4% a chance de não concordar que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres.

Considerações finais

Como alertamos na introdução, a sub-representação feminina no espaço político tem sido apontada como um grave déficit das democracias contemporâneas (NORRIS, 2011). A sua adequada compreensão envolveria a análise de fortes constrangimentos culturais que se combinam com

constrangimentos políticos-institucionais, compondo uma dinâmica perversa de retroalimentação.

Focalizando especificamente essa primeira dimensão cultural do problema, pesquisadores têm alertado para a presença de valores culturais contrários à participação das mulheres no interior de instituições centrais da democracia, como os partidos políticos (GROSSI, MIGUEL, 2001). Entretanto, ainda no interior dessa perspectiva culturalista, um grupo influente de pesquisadores internacionais tem identificado mudanças importantes neste quadro. Capitaneados principalmente por Ronald Inglehart e orientados pelos seus estudos sobre mudança cultural, esse grupo tem apresentado evidências acerca de alterações nas orientações subjetivas dos públicos de diversas nações em relação à igualdade de gênero (INGLEHART & WELZEL, 2005; INGLEHART & NORRIS, 2003). Como apontamos anteriormente, essa reorientação estaria associada a uma mudança maior na constituição de uma cultura política mais congruente com processos de democratização, sobretudo fundamentada em valores como “auto-expressão” e “tolerância” (INGLEHART, 1977; 2001; RIBEIRO, 2007).

O nosso objetivo nesse artigo foi testar essa hipótese para o contexto latino americano através da identificação de possíveis associações entre essa mudança na cultura política e a incorporação de disposições favoráveis à igualdade de gênero entre o público nacional. Confirmando essa relação, por meio de análises bivariadas e modelos multivariados, identificamos que essas duas ordens de orientações estão associadas no nível individual. Desta forma, somos levados a concordar com Inglehart, Norris e Welzel (2002) a respeito da íntima relação entre a constituição de uma cultura política democrática e a manifestação de posturas mais tolerantes e igualitaristas, especialmente no que diz respeito às relações entre os gêneros.

Referências

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York, SAGE, 1989.
- CASALECCHI, G; DAVID, F; QUARESMA, G. *Qualificando a adesão à democracia no Brasil*. In: V CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, Curitiba, 2013.
- CENTRO DE ESTUDO EM COMPORTAMENTO POLÍTICO DA UFMG. Belo Horizonte. Minas Gerais.
- DALTON, R. J. "Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, Pippa. (Ed). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, p.57-77, 1999.
- EASTON, D. A Re-Assesment of the Concept of Political Support, *British Journal of Political Science*, v.5, n.58, p.435-457, Out. 1975.
- GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, p.167-206, 2001.
- INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, Ronald. *Modernización y pos modernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P.; WELZEL, C. Gender equality and democracy. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46, 2002.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world*. New York, Cambridge University Press, 2003.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York, Cambridge University Press, 2005.
- KLINGEMANN, H. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, Pippa (Ed). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, p.31-56, 1999.
- LAPOP, Latin American Public Opinion Project. The AmericasBarometer. Nashville, Tennessee, USA, 2012. Disponível em: <<http://www.LapopSurveys.org>>.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil, *Revistas Estudos Feministas*, n.14(2), 363-385, 2006.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática, 1995.
- NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit*. New York, Cambridge University Press, 2011.
- PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- PHILLIPS, Anne. *Engendering democracy*. Cambridge, Polity Press, 1991.
- RIBEIRO, Ednaldo A. *Valores Pós-Materialistas e Cultura Política No Brasil*. Maringá, Eduem, 2011.
- RIBEIRO, E. A; BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n.12, p. 83-110, 2008.
- RIBEIRO, Ednaldo. Teoria do desenvolvimento humano, cultura política e democracia. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v.64, p.75-89, 2007.
- RIBEIRO, E. A; OLIVEIRA, R. A. Cultura Política e Gênero no Brasil: Estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina, In: M. Baquero (org), *Cultura(s)*

Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

WELZEL, Christian. Effective democracy, mass culture, and the quality of elites: the human development perspective. *International Journal of Comparative Sociology*, v.43, n.3-5: 317-349, 2003.

YOUNG, Iris Marion. *A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política*. In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA, p. 66-86, 1987.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LA BRECHA ELECTORAL DE GÉNERO EN MÉXICO¹

Miguel Angel Torhton Granados

Licenciado en Ciencia Política y Relaciones Internacionales

✉ miguel.torhton@gmail.com

Resumen: *La presente investigación indaga en las diferencias en la preferencia electoral entre hombres y mujeres en las elecciones federales de 1994 a 2006. En estos comicios se ha encontrado que las mujeres tienden a votar más que los hombres por el candidato del partido en el gobierno. A partir de un análisis desde la cultura cívica, se exploran algunas hipótesis para explicar la razón de este fenómeno. Mediante un modelo estadístico se concluye que estas diferencias responden más a factores socioeconómicos que a motivaciones ideológicas.*

Palabras claves: *Elecciones, brecha de género, México.*

Abstract: *This research investigates the differences in electoral preference between men and women in federal elections from 1994 to 2006. In this election it has been found that women tend to vote more than men for the candidate of the ruling party. Beginning from an analysis of civic culture, some hypotheses are explored to explain the reason for this phenomenon. Using a statistical model, we conclude that these differences are more responsive to economic factors than ideological motivations.*

Keywords: *Elections, gender gap, Mexico.*

Introducción

En las sociedades democráticas se ha reconocido que las mujeres tienen iguales derechos que los hombres para ejercer su ciudadanía. Una de las manifestaciones institucionales de esta igualdad es la posibilidad de que quienes participan de esta ciudadanía elijan a sus gobernantes y se postulen para cargos públicos. Sin embargo, incluso en instituciones igualitarias como éstas es posible reconocer diferencias motivadas por el género. El reducido número de mujeres que ocupa cargos públicos por medio de sufragio directo es un ejemplo en la sociedad mexicana. Pese a tener iguales posibilidades de

¹ Artículo ganador de la Mención Honorífica del III Premio Internacional Marcus Figueiredo del VI Congreso Latinoamericano de Investigación en Opinión Pública (WAPOR, 2014).

ejercer el cargo, las mujeres siguen siendo menos favorecidas que los hombres en las boletas de votación. Estas inequidades que se traducen en los hechos son indicativas de los diferentes roles que desempeñan hombres y mujeres en la vida social. Un tema que igualmente muestra estas diferencias es el de las distintas preferencias electorales de los sexos. Si bien estas discrepancias son acaso menos discutidas en el debate público, desde mediados del siglo pasado han sido objeto de diversas investigaciones por parte de la Ciencia Política.

La brecha electoral de género puede definirse como la diferencia entre el porcentaje de mujeres y el porcentaje de hombres en favor de un candidato o partido. La presente investigación ha encontrado que la tendencia en esta brecha en México es que las mujeres votan más que los hombres por el partido en el gobierno independientemente de cuál sea este partido.² La respuesta que se ha propuesto para explicar este fenómeno es que la mujer ha desarrollado una cultura cívica menos participativa que los hombres. Esto significa que en el electorado femenino se ha mantenido un voto conservador que favorece más la estabilidad que las posibilidades de cambio político (ALMOND, VERBA, 1963). Para explicar estas diferencias en la cultura cívica se propone analizar factores como la educación, la inclusión al mercado laboral, la religiosidad, el interés en la política, la participación, el grado de conocimiento del sistema político y la aversión al riesgo (ALMOND, VERBA, 1963; INGLEHART, NORRIS 2000; MANZA, BROOKS, 1998; MORGENSTERN et al., 2001). Los datos que van de 1994 a 2006 muestran efectos diferenciados de estas variables en la probabilidad de votar por el partido en el gobierno según el género de quien emite el sufragio. De ahí que este trabajo proponga la hipótesis de que la brecha de género en México es

² En esta investigación se toman en cuenta las tres elecciones presidenciales de 1994 a 2006 con el fin de analizar si ha habido efectos persistentes en la brecha de género a lo largo del tiempo. De esta manera se puede indagar si la brecha ha respondido a efectos propios de cada elección o si hay elementos que han permanecido constantes pese a las diferencias en las contiendas. Cabe mencionar que se ha tomado como casos de estudio las elecciones para Ejecutivo Federal debido a que los comicios nacionales han sido los más estudiados por la literatura sobre la brecha de género y a la relevancia de las contiendas presidenciales en el desarrollo político del país.

consecuencia de diferencias en la cultura cívica entre los sexos; las mismas explicarían el que las mujeres voten más al partido en el gobierno.

Marco Teórico

En este planteamiento teórico se busca explicar las razones que contribuyen a la brecha electoral de género en México a partir de la comparación con estudios anteriores. Por ello, es necesario definir en qué consisten las diferencias en el comportamiento electoral entre los sexos. Como ya se señaló, en los comicios para elegir Ejecutivo Federal las mexicanas han favorecido a los candidatos pertenecientes al partido en el gobierno³. Esto significa que en cada elección ha habido siempre un solo candidato al que las mujeres apoyan más que los hombres y que el candidato preferido por ellas ha sido siempre del partido gobernante.⁴ En 1994, el candidato preferido de las mexicanas pertenecía al Partido Revolucionario Institucional (PRI). Ellas prefirieron al candidato de este partido en un 42% contra el 38% de parte de los hombres. En 2000, las electoras optaron de nuevo por el candidato del PRI en mayor proporción que los hombres. Las proporciones fueron de 25% contra 24%. Aunque la diferencia es escasa, y acaso debido al margen de error del método de encuestas pudiera no ser concluyente, lo cierto es que incluso en esta elección ningún otro candidato de oposición fue más preferido por las mujeres. De ahí que se tome como una brecha en favor del partido en el gobierno. Finalmente, baste recordar que el sexenio de 2000 a 2006 lo gobernó el Partido Acción Nacional (PAN). Es curioso que también en este caso las ciudadanas apoyaran más al candidato del partido en el gobierno que su contraparte masculina. La diferencia fue de 35%

³Esta afirmación se obtiene a partir del análisis de los datos utilizados. Las bases de datos fueron la Encuesta Post-Electoral de la Oficina de la Presidencia de la República de 1994 y los Estudios Comparativos de los Sistemas Electorales de 2000 y 2006. Estos datos fueron obtenidos del Banco de Información para la Investigación Aplicada en Ciencias Sociales del Centro de Investigación y Docencia Económicas.

⁴ La presente investigación se concentra en el análisis de las elecciones presidenciales desde 1994 hasta 2006. El motivo por el cual se usa a 1994 como punto de partida se debe a la historia reciente del sistema político mexicano y a su relación con el fenómeno a analizar. Es decir, sólo al existir opciones reales de competencia electoral puede existir una brecha de género partidaria.

contra 31%. De esta manera, incluso si consideramos la alternancia en 2000, las mujeres han preferido al partido gobernante en las tres últimas contiendas para elegir Ejecutivo Federal.

Una observación necesaria para comprender los matices de esta brecha de género es el comportamiento del electorado masculino. De los datos de las encuestas se desprende que los hombres han tendido a votar más por la oposición que las mujeres, aunque su voto se ha repartido entre diferentes opciones políticas. En 1994 los ciudadanos prefirieron más a los partidos de oposición que las ciudadanas. Su primera opción fue el PAN y la segunda opción fue el Partido de la Revolución Democrática (PRD), aunque ambos fueron más preferidos por hombres que por mujeres. En 2000 se repitió la tendencia de la elección precedente. En 2006 los hombres prefirieron más a la oposición que las mujeres, aunque en este caso su primera opción fue el PRD y su segunda el PRI. Mediante estos datos, es posible reconocer el carácter de la brecha de género en las elecciones presidenciales en México. Asimismo, es notoria la tendencia de que esta brecha de género se exprese mediante la preferencia o la oposición al partido en el gobierno.

En uno de los primeros estudios sobre el tema, Maurice Duverger señaló que la obtención del derecho al voto por parte de la mujer no había provocado diferencias significativas en los resultados electorales (DUVERGER, 1955). Desde entonces, sin embargo, han tenido lugar cambios en las sociedades democráticas que produjeron a su vez brechas de género en las preferencias electorales. A finales de la década de los setenta, por ejemplo, las votantes estadounidenses tendieron a favorecer más que los hombres al Partido Demócrata (BOX-STEFFENSMEIER, BOEF, LIN, 2004). Estudios posteriores concluyeron que en la mayor parte de los países industrializados las mujeres habían reorientado sus preferencias políticas hacia partidos de izquierda (INGLEHART, NORRIS, 2000). La creciente inclusión de la mujer en la esfera pública reorientó los valores de las naciones

desarrolladas y favoreció la desaparición del “voto tradicional”, según el cual las mujeres votaban más conservadoramente que los hombres.

La brecha de género en los primeros años de sufragio igualitario entre los sexos difiere de aquella de la de las últimas décadas. Para Inglehart y Norris, los cambios culturales y estructurales en las sociedades industriales avanzadas han promovido que este voto tradicional deje de ser una tendencia importante en la preferencia política de las mujeres (INGLEHART, NORRIS, 2000, p. 458). Al participar en la sociedad más allá del ámbito doméstico, las mujeres han adquirido mayor cercanía para juzgar los asuntos públicos. Asimismo, estos cambios han ido acompañados de cierto desapego con los valores morales religiosos en las sociedades industriales avanzadas. Estos son los principales factores que han llevado a la disminución de la brecha de género tradicional y al surgimiento de una brecha en favor de opciones políticas menos conservadoras. Sin embargo, también señalan los autores países en los que las mujeres han mantenido el voto tradicional. En este estudio, México es uno de ellos. Empero, la explicación que dan Inglehart y Norris a este respecto falla en definir las características del voto tradicional en el contexto mexicano. Para Almond y Verba, los orígenes del voto tradicional de las mujeres varían con respecto a cada país y dependen en buena parte de la estructura social del mismo (ALMOND, VERBA, 1963, p. 387-400). Es por ello que, antes de explicar sus particularidades en México, es necesario referir los elementos que definen de forma general el voto tradicional.

El voto tradicional de la mujer y la cultura política

La tesis del voto tradicional de las mujeres se ha sustentado en el concepto de cultura política de Gabriel Almond y Sidney Verba. Para los autores, este término se refiere a las actitudes del individuo dentro de sociedades democráticas. La cultura política es la suma de orientaciones cognitivas, afectivas y evaluativas del individuo con respecto a los asuntos

públicos y a su auto identificación como actor político (ALMOND, VERBA, 1963, p. 13). De ahí se deriva un continuo que clasifica a los diferentes tipos de cultura política en tres: parroquial, sujeto y participante. En una cultura de tipo parroquial el individuo no es consciente del sistema político, no entiende los efectos ni los resultados que emanan de él y tampoco se considera involucrado como un participante activo (ALMOND, VERBA, 1963, p. 17). En síntesis, el individuo parroquial no espera ni entiende nada del sistema político. En la cultura política de sujeto sólo se entiende al sistema político a partir de sus características generales y de los resultados que puede obtener el ciudadano del gobierno (ALMOND, VERBA, 1963, p. 18). Esto genera una relación pasiva que se basa en el involucramiento afectivo del ciudadano hacia el sistema político en el que se desenvuelve, aunque no hay un desarrollo cognitivo del funcionamiento del gobierno ni de las formas de participación en el mismo. Finalmente, el individuo participante es el que comprende al sistema político y las formas de participar en la sociedad (ALMOND, VERBA, 1963, p. 19).

Estas definiciones son relevantes en tanto que la noción del voto femenino tradicional al que se refieren algunos estudios de brecha de género se relaciona con una cultura política poco participante en este sector del electorado (ALMOND , VERBA, 1963). Así lo prueba el estudio de Almond y Verba para cinco democracias,⁵ en el que las mujeres tendieron a mostrar menores niveles de socialización y participación que los hombres. Pese a las notables diferencias entre estos países, la cultura política de las mujeres fue clave para explicar el voto parroquial, apático y conservador que mostraron los primeros estudios electorales de género (DUVERGER, 1955). A partir de estos resultados, estudios posteriores relacionaron la reubicación ideológica de la mujer con el aumento de su participación en la sociedad (INGLEHART,

⁵ El estudio fue realizado en los primeros años de la década de los sesenta. Los países analizados por los autores fueron Estados Unidos, Reino Unido, Alemania, Italia y México. Es discutible si México era o no una democracia en ese entonces; sin embargo, la prioridad de los autores era la comparación de diferentes sociedades y tipos de gobiernos.

NORRIS, 2000). Es por ello que estos antecedentes teóricos son útiles para explicar qué implica la persistencia de una brecha de género tradicional en el electorado mexicano.

El voto tradicional de las mujeres en México

Un argumento clave de esta investigación es que la cultura política es determinante en la formación de preferencias políticas. Para el caso mexicano, se asume que una cultura política menos participante aumenta la probabilidad del voto por el partido en el gobierno. Esto se debe a que los factores que dan muestra de una cultura política menos participante generan formas de involucramiento menos críticas al gobierno y más conformes con el statu quo. Un votante parroquial preferiría electoralmente a las opciones políticas más conocidas; en contraste, un votante participante podría cuestionar al gobierno mediante su voto por la oposición. Dadas esta hipótesis, es pertinente la comparación entre la cultura política y el comportamiento electoral de los sexos.

La mejor manera de medir las diferencias en la cultura política es mediante los factores que la componen. En la literatura se han evidenciado algunas de las variables que influyen de forma diferenciada en las actitudes hacia el sistema político entre hombres y mujeres. A partir de ellas, es posible definir los mecanismos causales que relacionan a la cultura política con la diferencia en la preferencia electoral entre los sexos. Esta investigación explora, a partir de una revisión de concienzuda de la literatura del tema, algunos de estos factores como posibles explicaciones para la brecha de género en México. Mediante estas hipótesis se proponen las explicaciones a comprobar en el modelo estadístico posterior.

1) Escolaridad

La hipótesis de educación en el electorado mexicano sugiere que a mayor educación la probabilidad de votar por el partido en el gobierno es menor. Esto debido a la capacidad crítica que dan los años de estudio al individuo. Tanto para hombres como para mujeres, a mayor educación la tendencia de votar por el partido en el gobierno es menor. La formulación matemática de esta hipótesis, para ambos sexos, es la siguiente:

$$\beta_{\text{ESCOLARIDAD, HOMBRE}} < 0$$
$$\beta_{\text{ESCOLARIDAD, MUJER}} < 0$$

En México, como en otros casos en Latinoamérica, puede constatarse una diferencia en los años de estudio promedio entre hombres y mujeres: en las tres elecciones, las encuestas utilizadas para esta investigación apuntan a que los hombres tienden a completar la educación secundaria y las mujeres no. Esta tendencia se repite en los datos censales que proporciona el Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) para los años 1990, 2000 y 2010 (INEGI, 39). En estos datos, que corresponden con los años analizados en la encuesta, se muestra que la escolaridad promedio ha tendido a ser menor para las mujeres. Aunque las diferencias en los promedios se han reducido, es necesario resaltar que la tendencia de mayor escolaridad para los hombres se ha mantenido. Esto quizás pueda dar indicios de una menor involucramiento crítico en el electorado femenino, que lleva a una mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Por esta razón, se puede formular la hipótesis de que la variable de educación tendrá un efecto mayor para las mujeres que para los hombres, lo que implica que la relación entre voto por el gobierno y años de escolaridad será más negativa en el electorado femenino. La formulación matemática de esta hipótesis es la siguiente:

$$\beta_{\text{ESCOLARIDAD, HOMBRE}} > \beta_{\text{ESCOLARIDAD, MUJER}}$$

2) Trabajo asalariado

La hipótesis es que las personas en la fuerza laboral, independientemente de su sexo, tienen menor probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Puede sugerirse que esto se debe al proceso de socialización política que se enfrenta en el área de trabajo, así como por el interés individual en temas de política pública que pueden afectar su desarrollo personal y profesional. Matemáticamente, esto se formularía de la siguiente manera:

$$\begin{array}{l} \beta_{\text{TRABAJO, HOMBRE}} < 0 \\ \beta_{\text{TRABAJO, MUJER}} < 0 \end{array}$$

Para comparar las diferencias laborales en México, es posible confirmar que el desempleo reportado en las encuestas usadas es mayor entre mujeres que en hombres. Esta tendencia también se advierte en los datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (MILOSAVLJEVIC, 2007, p. 113-140). De acuerdo con este documento, en México la población económicamente activa desde 1994 hasta 2004 se ha conformado por más hombres que mujeres. Estos resultados se repiten para todos los grupos de edad. La diferencia en la población económica activa masculina y femenina es a veces del doble; esto se debe a que en promedio las mujeres en estos años han participado más en los quehaceres domésticos que en la vida laboral. De hecho, este nivel de participación laboral sitúa a México como uno de los países con menor inclusión de las mujeres en la economía en toda América Latina. De esta manera, las mujeres, excluidas de las experiencias que ofrece el ingreso al mercado de trabajo, podrían mostrar una mayor tendencia a votar por el partido que gobierna en comparación con los hombres. Esto significa que el trabajo asalariado en el voto por el partido en el gobierno tendría un efecto mayor para las mujeres, lo que implica que la relación de las variables sería

más negativa para las mujeres. Esta hipótesis se puede expresar de la siguiente forma:

$$\beta_{\text{TRABAJO, HOMBRE}} > \beta_{\text{TRABAJO, MUJER}}$$

3) Estado civil

Podría esperarse que las personas casadas, independientemente de su sexo, tengan más probabilidades de votar por el partido en el gobierno. La asunción básica de esta hipótesis es que el voto conservador es equivalente al voto por el partido en el gobierno. Si bien esta asunción es discutible por los factores ideológicos o morales que pueden conformar a las preferencias políticas conservadoras, la posterior exploración de dichos factores permite esta simplificación en la variable de estado civil. Matemáticamente, esta relación se expresa de la siguiente manera.

$$\begin{aligned} \beta_{\text{MATRIMONIO, HOMBRE}} &> 0 \\ \beta_{\text{MATRIMONIO, MUJER}} &> 0 \end{aligned}$$

Conforme a los estudios del efecto del matrimonio en las preferencias políticas de las mujeres, es posible proponer la hipótesis de que para las mujeres el efecto del matrimonio en el voto por el partido en el gobierno será mayor que para los hombres. Esto implica que el matrimonio influirá de forma más positiva en el voto por el partido en el gobierno del electorado femenino que en el masculino. Esta hipótesis puede expresarse como se indica a continuación.

$$\beta_{\text{MATRIMONIO, HOMBRE}} < \beta_{\text{MATRIMONIO, MUJER}}$$

4) Religiosidad y ideología

Es posible formular la hipótesis de que la religión, como un aproximado de las ideologías de los votantes, tiene influencia en la formación de las preferencias políticas. Al ser la base de preferencias más conservadoras

y de formas parroquiales de participación según Almond y Verba, se puede sugerir la hipótesis de que la religión tiene efectos positivos en el voto por el partido en el gobierno. Esto significa que a mayor religiosidad aumenta la probabilidad de los individuos de votar por el partido en el gobierno, debido al involucramiento parroquial que ésta genera. Matemáticamente, para hombres y mujeres, esta hipótesis se puede exponer de la siguiente manera.

$$\begin{array}{l} \beta_{\text{RELIGIÓN, HOMBRE}} > 0 \\ \beta_{\text{RELIGIÓN, MUJER}} > 0 \end{array}$$

En México, los datos muestran que las mujeres son más proclives a la asistencia a lugares de culto que los hombres. Para las mexicanas, este involucramiento en la religión podría llevar a una participación política más parroquial que la de los hombres. Por lo tanto, el efecto de la religión sería más importante para las mujeres que para los hombres. De esta manera, el planteamiento matemático de la comparación entre los sexos es el siguiente.

$$\beta_{\text{RELIGIÓN, HOMBRE}} < \beta_{\text{RELIGIÓN, MUJER}}$$

5) Evaluación presidencial e identificación partidista

Es posible formular la hipótesis de que a mayor aprobación presidencial será mayor la probabilidad del voto por el partido en el gobierno. Esto se debe a que al aprobar a la opción política en turno es posible que se esté conforme con mantenerla (ya sea al mantener al partido o por reelección). Es posible que esto suceda para todos el electorado. Matemáticamente, esta hipótesis puede ser planteada de la siguiente manera.

$$\begin{array}{l} \beta_{\text{APROBACIÓN, HOMBRE}} > 0 \\ \beta_{\text{APROBACIÓN, MUJER}} > 0 \end{array}$$

En esta variable, las diferencias entre hombres y mujeres para México son interesantes. En promedio, para las tres elecciones analizadas, las mujeres

han tendido a evaluar mejor al presidente en turno. En conformidad con el trabajo de Louise Bolce, estos datos puede sugerir la hipótesis de que la aprobación al presidente tendrá un mayor efecto (es decir, más positivo) en el voto de las mujeres por el partido en el gobierno que en los hombres (BOLCE, 1985).

$$\beta_{\text{APROBACIÓN, HOMBRE}} < \beta_{\text{APROBACIÓN, MUJER}}$$

6) Situación económica personal

Es posible formular la hipótesis de que a mejor evaluación de su economía personal, los individuos serán más propensos a votar por el partido en el gobierno. Como ha mostrado la literatura, que dicha relación efectivamente suceda puede ser indicativo del nivel de sofisticación política individual. Por este motivo, la expresión matemática de esta hipótesis se puede expresar de la siguiente manera.

$$\begin{aligned} \beta_{\text{ECONOMÍA, HOMBRE}} &> 0 \\ \beta_{\text{ECONOMÍA, MUJER}} &> 0 \end{aligned}$$

Sobre las posibles diferencias de género en esta variable, es notorio que los datos analizados no ofrecen grandes diferencias en términos de la evaluación de la economía personal en México. Acaso las mujeres han percibido ligeramente mejor su situación económica que los hombres, aunque la información no es concluyente. Empero, de la literatura se puede derivar la hipótesis de que el efecto de la evaluación económica individual tendrá más efecto en los hombres que en las mujeres en su probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Esto se debe a una mayor sofisticación política que incide en que el electorado masculino valore más su situación económica personal en el momento de emitir su voto. Dicha hipótesis puede formularse también de la siguiente manera.

$$\beta_{\text{ECONOMÍA, HOMBRE}} > \beta_{\text{ECONOMÍA, MUJER}}$$

7) Interés en la política y participación

Se puede formular la hipótesis de que a mayor interés en la política es menos probable el voto por el gobierno. Esto se debe al efecto que tiene el involucramiento y la socialización política individual en la formación de un pensamiento crítico hacia el gobierno. Esta hipótesis puede expresarse para los individuos de la siguiente manera.

$$\begin{aligned} \beta_{\text{INTERÉS, HOMBRE}} &< 0 \\ \beta_{\text{INTERÉS, MUJER}} &< 0 \end{aligned}$$

Los datos sobre interés en México provenientes de las encuestas analizadas muestran una ligera tendencia a que los hombres muestren mayor interés en política que las mujeres. De ahí que, con el respaldo de lo señalado por la literatura se puede formular la hipótesis de que el involucramiento en política tendrá un efecto mayor para las mujeres que para los hombres, lo que implica que la relación entre voto por el gobierno e interés reportado será más negativa en el electorado femenino. Matemáticamente, esta expresión puede expresarse de la forma siguiente.

$$\beta_{\text{INTERÉS, HOMBRE}} > \beta_{\text{INTERÉS, MUJER}}$$

8) Aversión al riesgo

De la evidencia de la literatura se puede formular la hipótesis de que a mayor aversión al riesgo es mayor la probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Esto se debe a la preferencia por la estabilidad en los electores con más temor al cambio. Matemáticamente, esta relación se puede definir de la siguiente manera.

$$\begin{aligned} \beta_{\text{AVERSIÓN, HOMBRE}} &> 0 \\ \beta_{\text{AVERSIÓN, MUJER}} &> 0 \end{aligned}$$

Conforme a las encuestas analizadas, es posible señalar que hay una ligera tendencia a que las mexicanas sean más adversas al riesgo que los mexicanos. De esta manera puede formularse la hipótesis de que el efecto positivo de la aversión al riesgo en el voto por el partido en el gobierno será mayor para las mujeres que para los hombres. Este planteamiento también puede expresarse con la siguiente relación matemática.

$$\beta_{\text{AVERSIÓN, HOMBRE}} < \beta_{\text{AVERSIÓN, MUJER}}$$

Modelo estadístico

Para probar las hipótesis planteadas se llevó a cabo un modelo de regresión logística estratificado entre hombres y mujeres para cada elección. De esta manera se compararon los efectos que tienen en el electorado femenino y en el masculino las variables propuestas. El modelo estratificado prueba por separado las variables en las muestras de hombres y mujeres para comparar si éstas tienen magnitudes distintas. El modelo de regresión logística (logit) se utiliza en este modelo debido al carácter binomial de la variable dependiente. Con ello se buscó probar si los efectos de las variables en el voto por el partido en el gobierno son diferenciados entre hombres y mujeres.

Discusión de resultados

El presente apartado muestra los resultados en cada una de las elecciones observadas para contrastarlos con las hipótesis planteadas. Para fundamentar la discusión, se presentan las siguientes tablas de análisis⁶. En la primera, se pueden apreciar los resultados de los modelos logísticos de mujeres y hombres para cada elección con sus desviaciones estándar y valores-p. La segunda muestra los intervalos de confianza. Donde no se traslapan los intervalos se puede asegurar que hay efectos diferentes entre hombres y

⁶ El estudio fue realizado en los primeros años de la década de los sesenta. Los países analizados por los autores fueron Estados Unidos, Reino Unido, Alemania, Italia y México

mujeres. Mediante este análisis es posible responder si estas hipótesis sobre la brecha de género tienen sustento en México.

1) Escolaridad

La primera variable socioeconómica de interés es la de escolaridad. La hipótesis que se planteó en esta investigación es que más años de educación harían menos probable el voto por el partido en el gobierno. Asimismo, se propuso que los años de educación tendrían un efecto mayor para las mujeres que para los hombres. Los resultados de esta variable para las tres elecciones muestran que la escolaridad afecta de forma diferente la probabilidad de hombres y mujeres de votar por el partido en el gobierno. Sin embargo, los efectos no siempre fueron conforme a lo esperado.

En la elección de 1994, la variable fue sólo significativa para los hombres. A más años de educación, los hombres mostraron mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Esto contradice la hipótesis de que una menor escolaridad influía en votar por el statu quo. Este efecto diferenciado de género se prueba al no haber traslape entre los intervalos de confianza. Para las mujeres la escolaridad no afectó en el voto por el partido en el gobierno. Para los hombres sí, aunque en sentido opuesto al esperado.

En 2000 se probó la hipótesis tal cual se había planteado. A menor educación, las mujeres mostraron mayor tendencia de votar por el partido en el gobierno. Esta variable no fue significativa para los hombres, por lo que se comprobó también que el efecto negativo era mayor para las mujeres. Además, los intervalos de confianza no se traslaparon, por lo que podemos entrever un comportamiento diferenciado en esta variable. A las mujeres una menor educación influyó en su voto por el partido en el gobierno, mientras que en los hombres la educación no tuvo efecto.

De forma muy interesante, en 2006 el patrón cambió. A mayor educación las mujeres votaron más por el partido en el gobierno mientras que en los hombres los años de escolaridad no mostraron ningún efecto. Cabe recordar que en este año el partido en el gobierno fue distinto al de las elecciones anteriores. Aunque los intervalos de confianza se traslapan, comparar la significancia entre hombres y mujeres prueba un efecto diferenciado. Las mujeres con más años estudio tendieron a votar más por el partido en el gobierno.

2) Trabajo asalariado

Otra variable socioeconómica de interés para esta investigación fue el trabajo asalariado. La hipótesis planteada antelaba que las personas en la fuerza laboral tendrían menor probabilidad de votar por el partido en el gobierno, debido al proceso de socialización que se obtiene en la vida laboral. Por ello también se asumía que para las mujeres este efecto sería menor en comparación con los hombres. Los resultados de esta variable demuestran tendencias muy diferentes para las tres elecciones.

En 1994 la tendencia fue que en los hombres había una mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno al estar incorporados a la fuerza de trabajo, mientras que en las mujeres la variable no tuvo efecto. Esto contradice definitivamente la hipótesis de que las personas en la fuerza laboral tenderían a votar menos por el partido en el gobierno. Sin embargo, es importante recalcar que hay un efecto diferenciado de género que se aprecia en los intervalos de confianza poco traslapados entre los grupos de mujeres y hombres.

En 2000, por su parte, el resultado también fue opuesto al planteado en la hipótesis. Para las mujeres hubo un efecto significativo por el que a mayor participación laboral se mostró mayor tendencia a votar por el partido en el gobierno. En cambio, en esta elección para los hombres no hubo ningún

efecto. Esto contradice la hipótesis de que la socialización en la vida laboral sea menor para las mujeres, en tanto que se demuestra que el trabajo afectó al voto de las mujeres de forma más significativa que para los hombres. Tras estas tendencias, resulta curioso que en 2006 la variable no mostrara ningún efecto significativo.

3) Estado Civil

La variable de estado civil, contrario a la hipótesis planteada, no mostró ningún efecto significativo. Aunque se antelaba que las personas casadas tendrían mayor tendencia a votar por el partido en el gobierno y que esto sería más probable para las mujeres que para los hombres, lo cierto es que en ninguno de los casos analizados hubo muestras de que hubiera una “brecha matrimonial” por género. De este modo podemos concluir que el estado civil no afecta de forma diferente la probabilidad de votar por el partido en el gobierno.

4) Religiosidad e ideología

Es interesante que las variables ideológicas mostraran tan pocos efectos en las dos elecciones en las que se probaron. Por una parte, la variable de religión, que suponía que las personas más religiosas votarían más por el partido en el gobierno, no fue significativa ni para hombres ni para mujeres. Esto contradice la hipótesis de que las mujeres tienden a votar más por el partido en el gobierno debido a valores más conservadores. Por otra parte, también es interesante que la variable de control sobre ideología no mostrara efectos en 2000 y sí en 2006. El resultado de esta última contienda muestra que la identificación ideológica con la derecha lleva a una mayor tendencia a preferir al partido en el gobierno — lo cual puede resultar lógico si se recuerda que en este sexenio el Ejecutivo en turno pertenecía a un partido de derecha. Sin embargo, es importante destacar que esta tendencia se dio

independientemente del género. Los intervalos de confianza se traslapan, lo que revela que tanto los hombres como las mujeres ubicados en la derecha tendieron a votar por el partido en el gobierno.

5) Evaluación presidencial e identificación partidista

La variable de evaluación presidencial, y el control por identificación partidista, mostró resultados parecidos a lo largo de las tres elecciones analizadas. Como se antelaba en la hipótesis, aquellos que evaluaron mejor al presidente tuvieron una probabilidad significativamente mayor de votar por el partido en el gobierno. Es interesante que no hubiera diferencias de género en las primeras dos elecciones, pero sí en la de 2006. En esta última contienda, los resultados contradijeron la hipótesis de que las mujeres serían más influidas por su percepción del mandato del presidente. De hecho, fueron los hombres los que tuvieron un efecto mayor, si bien para los dos géneros una mejor evaluación del presidente llevó a mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno.

La variable de control de identificación con el partido en el gobierno tuvo un efecto semejante al de la aprobación presidencial. Como puede parecer obvio, aquellos que declaraban identificarse con el partido en el gobierno tenían mayor probabilidad de votar por él. Sin embargo, algo que no necesariamente se desprende de este resultado es la diferencia de género que muestra la elección de 1994. Por medio de los intervalos de confianza se puede identificar que el efecto partidista fue mayor para los hombres que para las mujeres. En las dos contiendas restantes, sin embargo, no hubo diferencias de género identificables. Aunque no había una hipótesis prevista para esta variable, resulta interesante que tanto la evaluación presidencial como el partidismo mostraran efectos más significativos para los hombres que para las mujeres.

6) Situación Personal

De esta variable se esperaba que las personas que evaluaran mejor su economía tuvieran mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Esto como una vinculación de su situación con la administración del Ejecutivo, lo cual implicaría cierta sofisticación política por parte de los individuos. Se asumía que el efecto sería mayor entre los hombres debido a un mayor nivel de sofisticación. Los resultados, sin embargo, parecen contradecir esta asunción, en tanto que en ninguno de los procesos electorales hubo indicios de que esta hipótesis se cumpliera. En 2000 y 2006 la variable no fue significativa ni para hombres ni para mujeres. En 1994, en cambio, se obtuvo un resultado destacado. Para las mujeres, a mejor evaluación de su situación económica personal, mayor su probabilidad de votar por el partido en el gobierno. La variable no tuvo ningún efecto para los hombres en este caso. Por ello, pese a que los intervalos se traslapan, podemos decir que hay un efecto diferenciado contrario al esperado. Las mujeres en este caso tomaron más en cuenta su situación personal al momento de votar por el partido en el gobierno.

7) Interés y participación política

Las variables sobre el involucramiento en política fueron en general poco significativas; sin embargo, mostraron algunas diferencias de género que son importantes de mencionar. Como se recordará, la hipótesis planteada fue que a menor interés en la política, mayor sería probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Esto como consecuencia de una menor socialización política que llevaría a optar por las opciones conocidas. También se planteó que este efecto sería mayor en las mujeres que en los hombres. En las elecciones de 1994 y 2006, la variable de interés no tuvo ningún efecto. Sin embargo, la elección de 2000 mostró un comportamiento muy parecido al de la hipótesis. La variable del interés en esta contienda mostró para las mujeres

que a menor interés tenían mayor probabilidad de votar por el gobierno. Hay una diferencia de género evidente en tanto que, para este año, el interés en política no tuvo efectos significativos en la población de hombres.

Este resultado puede ser en cierta forma corroborado por la variable de control de participación. Aunque en las elecciones siguientes la variable no mostró efectos significativos, en 1994 se pudo apreciar que a menor participación, las mujeres tenían mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno. En este caso, al igual que en la variable de interés en política, los hombres no tuvieron un efecto significativo. De ahí que se pueda afirmar la tendencia de que un menor involucramiento de los electores favorecer al voto por el partido en el gobierno y, además, que este efecto sólo se ha probado para las ciudadanas.

8) Aversión al riesgo

Finalmente, la última variable de interés propuesta en esta investigación es la de la aversión al riesgo. Se ha planteado que a mayor aversión al riesgo, mayor probabilidad de votar por el partido en el gobierno. La hipótesis contemplaba que las mujeres serían más adversas al riesgo que los hombres, por lo que el efecto sobre el voto por el partido en el gobierno sería mayor para ellas. En las tres elecciones analizadas, se confirma la tendencia de que a mayor aversión al riesgo hay una mayor propensión a votar por el partido en el gobierno. En 1994 y 2000 esto ocurre independientemente de si el encuestado es hombre o mujer. Sin embargo, un efecto interesante para 2006 es que a las mujeres la variable no es significativa. De tal modo hay un efecto diferenciado por el cual los hombres toman más en cuenta su aversión al riesgo en la formulación de su preferencia. Con ello se contradice la hipótesis de que las mujeres sean más adversas al riesgo en la decisión de votar por el partido en el gobierno.

Conclusiones

En la presente investigación se han probado algunas hipótesis para explicar las razones de la brecha electoral de género en México. Con ello se ha buscado indagar en los factores por los cuales las mujeres han preferido al partido en el gobierno más que los hombres. Estas hipótesis se han basado en los estudios sobre otros países en que se han identificado diferencias por género en las preferencias electorales. Si bien esta paradoja ha sido poco estudiada para el caso mexicano, en la presente investigación se apuntan algunos efectos que pueden ser del interés para las investigaciones futuras de este tema. De esta forma se puede contrastar el caso de México con el de otras democracias. Entre las principales conclusiones de esta investigación destacan las siguientes:

- 1) Las variables socioeconómicas, específicamente las de escolaridad y de pertenencia a la fuerza laboral, han tenido efectos diferenciados por género en la probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Aunque no en todos los casos los resultados correspondieron a las hipótesis planteadas, es notorio que estos factores incidieran de forma diferente en la formación de las preferencias electorales de los sexos. Acaso esto signifique que algunas de las desigualdades socioeconómicas —las mujeres en promedio con menos escolaridad y participación en la fuerza laboral que los hombres— puedan ser fundamentales para explicar la brecha electoral de género.
- 2) Las variables de ideología y conservadurismo, que han sido fundamentales para explicar la brecha electoral de género en el mundo, en México no ha mostrado ningún efecto. Esto significa que, contrario a lo propuesto por Ronald Inglehart y Pippa Norris, las diferencias entre hombres y mujeres en las preferencias políticas no ha tenido una motivación ideológica. Asimismo, el voto tradicional que estos autores describieron para México, por el cual las mujeres votan más por los partidos de derecha, puede ser cuestionado por dos tendencias que

aparecen en esta investigación. En primer lugar, por la propensión a que la brecha de género sea en favor del partido en el gobierno independientemente de su sesgo ideológico. Lo segundo es que no hay evidencia de que la adhesión a valores conservadores o religiosos tenga efectos en la preferencia electoral ni de las mujeres ni de los hombres.

- 3) Otro efecto interesante es que la preferencia partidaria, medida por las variables de identificación partidista y evaluación presidencial, ha sido una de las más influyentes en la probabilidad de votar por el partido en el gobierno. Asimismo, es notorio que este efecto dé indicios de ser mayor en los hombres que en las mujeres.
- 4) El voto de bolsillo, definido por la variable de situación personal, ha mostrado pocos efectos en la probabilidad de votar por el partido en el gobierno. En contraste con la hipótesis inicial, la única diferencia de género identificable apunta a que las mujeres han considerado más que los hombres su situación económica para definir su preferencia electoral.
- 5) Las variables de sofisticación política, curiosamente, muestran ligeras tendencias que confirman que una menor participación en los asuntos públicos puede incidir positivamente en el voto por el partido en el gobierno. Es importante señalar que este efecto únicamente se ha encontrado en el grupo electoral de mujeres. De ahí que acaso pueda confirmarse que una menor sofisticación política de las mujeres sí puede afectar en la formación de sus preferencias políticas.
- 6) Finalmente, pese a que la aversión al riesgo ha demostrado ser una variable de suma importancia en la probabilidad de votar por el partido en el gobierno, no hay ningún indicio de que para las mujeres esta variable haya afectado sus preferencias más que a los hombres. Por el contrario, parece que en general los efectos de la aversión al riesgo son

independientes del género, aunque es notoria la tendencia a que sean mayores para los ciudadanos que para las ciudadanas.

Tras estos resultados quedan, desde luego, algunas limitaciones e implicaciones que vale la pena resaltar. En primer lugar, es importante reconocer las posibles áreas de desarrollo futuro para esta investigación. Una de ellas es la pregunta de por qué los efectos de las variables han cambiado conforme a las distintas elecciones. Acaso podrían plantearse nuevas hipótesis sobre la influencia del fortalecimiento de las instituciones democráticas en estas variables. Es decir, en cómo los cambios en las instituciones o en el contexto político pudieron haber afectado las tendencias expuestas en esta investigación. De este modo se podrían profundizar las explicaciones sobre la brecha electoral de género en México. La segunda área de oportunidad importante para este trabajo está en identificar si estos resultados pueden ser replicados en el ámbito estatal o municipal. Dado que la explicación que aquí se propone no incorpora las diferencias que existen entre los estados de la federación, sería interesante para futuros trabajos averiguar si en estos electorados hay brechas electorales de género que varían según las diversas características de las regiones del país.

En cuanto a las implicaciones de este estudio hay dos que vale la pena mencionar. En primer lugar, se muestra que las tendencias de la brecha electoral de género en México no son semejantes a las que se encuentran en otros países. Principalmente esta afirmación proviene de la falta de efectos en las variables de ideología, factores que han sido fundamentales para explicar este tipo de brecha de género en democracias consolidadas. De ese modo, acaso esta investigación pueda sentar algunas bases para entender la brecha de género en contextos democráticos semejantes al mexicano. La segunda implicación se refiere a las diferencias sociales entre mujeres y hombres en México. En esta investigación se ha buscado entender de qué forma los factores sociales afectan el comportamiento electoral de los géneros. En cierto

modo, las preferencias de las mujeres en la vida política son indicativas de las características de nuestra democracia. Es por ello que conocerlas y analizarlas son un primer paso para una sociedad más incluyente y participativa.

Anexo I

Efectos sobre Voto por el Partido en el Gobierno						
	Elección 1994		Elección 2000		Elección 2006	
	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre
<i>Edad</i>	0.190** (0.0792) <i>0.016</i>	0.138* (0.0793) <i>0.081</i>	0.0328 (0.125) <i>0.792</i>	-0.0250 (0.132) <i>0.849</i>	-0.0275 (0.104) <i>0.792</i>	0.123 (0.121) <i>0.311</i>
<i>Escolaridad</i>	-0.00398 (0.0349) <i>0.909</i>	0.0686** (0.0336) <i>0.041</i>	-0.0979* (0.0506) <i>0.053</i>	0.0141 (0.0514) <i>0.784</i>	0.0725* (0.0434) <i>0.095</i>	0.0682 (0.0473) <i>0.149</i>
<i>Trabajo</i>	-0.177 (0.149) <i>0.233</i>	0.359** (0.156) <i>0.022</i>	0.564*** (0.209) <i>0.007</i>	-0.185 (0.267) <i>0.487</i>	0.0145 (0.187) <i>0.938</i>	0.312 (0.240) <i>0.195</i>
<i>Estado Civil</i>			0.176 (0.204) <i>.389</i>	-0.127 (0.236) <i>.591</i>	0.297 (0.188) <i>0.115</i>	0.368 (0.236) <i>.118</i>
<i>Religiosidad</i>			0.0710 (0.0888) <i>.424</i>	0.0852 (0.0869) <i>.327</i>	-0.161 (0.113) <i>0.156</i>	0.0905 (0.126) <i>.474</i>
<i>Ideología</i>			0.0132 (0.0222) <i>.553</i>	-0.00455 (0.0257) <i>.859</i>	0.0880*** (0.0209) <i>.000</i>	0.105*** (0.0243) <i>.000</i>
<i>Evaluación Presidencial</i>	0.391*** (0.0439) <i>.000</i>	0.390*** (0.0441) <i>.000</i>	0.314*** (0.0526) <i>.000</i>	0.469*** (0.0701) <i>.000</i>	0.775*** (0.0938) <i>.000</i>	1.061*** (0.113) <i>.000</i>
<i>Identificación Partidista</i>	1.160*** (0.0863) <i>.000</i>	1.474*** (0.101) <i>.000</i>	0.914*** (0.122) <i>.000</i>	1.001*** (0.136) <i>.000</i>	0.559*** (0.109) <i>.000</i>	0.715*** (0.121) <i>.000</i>
<i>Situación Personal</i>	0.316*** (0.0916) <i>.001</i>	0.123 (0.0977) <i>0.206</i>	0.0775 (0.0812) <i>.340</i>	-0.0105 (0.0932) <i>.910</i>	0.00179 (0.00179) <i>0.318</i>	0.00259 (0.00199) <i>.194</i>
<i>Interés en Política</i>	0.0181 (0.0882) <i>0.838</i>	0.0467 (0.0917) <i>0.610</i>	-0.180** (0.0846) <i>.034</i>	0.0249 (0.0849) <i>.770</i>	0.127 (0.108) <i>0.239</i>	-0.00063 (0.120) <i>.996</i>
<i>Participación</i>	-0.346** (0.160) <i>0.030</i>	-0.138 (0.154) <i>0.372</i>	0.0807 (0.209) <i>.699</i>	0.0606 (0.216) <i>.779</i>	-0.0642 (0.183) <i>0.726</i>	-0.177 (0.200) <i>.375</i>
<i>Aversión</i>	0.462*** (0.0669) <i>.000</i>	0.495*** (0.0728) <i>.000</i>	0.708*** (0.102) <i>.000</i>	0.844*** (0.110) <i>.000</i>	0.0469 (0.100) <i>0.641</i>	0.232** (0.112) <i>.039</i>
<i>Constante</i>	-6.45*** (0.519)	-7.34*** (0.538)	-5.38*** (0.749)	-7.07*** (0.808)	-5.06*** (0.680)	-7.43*** (0.783)
<i>No. de Observaciones</i>	1547	1517	775	784	774	733
Desviaciones estándares entre paréntesis. Valores-p en cursivas.						
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1						
Fuente: Elaboración propia con base en el modelo desarrollado						

Tabla de intervalos de confianza

	Elección 1994		Elección 2000		Elección 2006													
	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre												
<i>Edad</i>	.034	0.190**	.345	-.016	0.138*	.293	-.211	0.0328	.277	-.283	-0.0250	.233	-.231	-0.0275	.176	-.114	0.123	.360
<i>Escolaridad</i>	-.072	<u>-0.00398</u>	<u>0.64</u>	<u>0.02</u>	<u>0.0686**</u>	<u>0.134</u>	-.197	<u>-0.0979*</u>	<u>0.01</u>	-.086	<u>0.0141</u>	<u>0.114</u>	-.012	0.0725*	.157	-.024	0.0682	.160
<i>Trabajo</i>	-.468	-0.177	.113	.052	0.369**	.665	.154	0.564***	.973	-.707	-0.185	.337	-.352	0.0145	.381	-.159	0.312	.782
<i>Estado Civil</i>							-.224	0.176	.576	-.588	-0.127	.335	-.071	0.297	.665	-.093	0.368	.830
<i>Religiosidad</i>							-.103	0.0710	.245	-.085	0.0852	.255	-.382	-0.161	.061	-.157	0.0905	.338
<i>Ideología</i>							-.030	0.0132	.056	-.054	-0.00455	.045	.047	0.0880***	.128	.057	0.105***	.152
<i>Evaluación Presidencial</i>	.304	0.391***	.477	.303	0.390***	.475	.210	0.314***	.416	.331	0.469***	.606	.591	0.775***	.958	.834	1.061***	<u>1.28</u>
<i>Identificación Partidista</i>	.990	1.160***	<u>1.32</u>	<u>1.27</u>	1.474***	<u>1.67</u>	.675	0.914***	1.15	.735	1.001***	1.26	.344	0.559***	.773	.478	0.715***	.952
<i>Situación Personal</i>	.136	0.316**	.495	.067	0.123	.314	-.081	0.0775	.236	-.193	-0.0105	.172	-.001	0.00179	.005	-.001	0.00259	.006
<i>Interés en Política</i>	-.154	0.0181	.190	-.132	0.0467	.226	-.345	<u>-0.180**</u>	-.013	-.141	<u>0.0249</u>	.191	-.084	0.127	.338	-.235	0.000637	.234
<i>Participación</i>	-.658	-0.346**	-.032	-.439	<u>-0.138</u>	<u>0.164</u>	-.328	0.0807	.490	-.362	0.0606	.483	-.423	-0.0642	.295	-.569	-0.177	.214
<i>Aversión</i>	.330	0.462***	.592	.352	0.495***	.637	.508	0.708***	.907	.628	0.844***	1.05	-.149	<u>0.0469</u>	.243	.012	0.232**	.451

Los intervalos de confianza no traspados aparecen subrayados
Fuente: Elaboración propia con base en el modelo desarrollado

Referências

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney, eds. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Sage Publications, 1989.
- BLAY, Eva Alterman. The Political Participation of Women in Brazil: Female Mayors. Tradução de Susan A. Soeiro. *Signs*, Chicago, v.2, n.1, p.42–59, 1979.
- BOLCE, Louis. The Role of Gender in Recent Presidential Elections: Reagan and the Reverse Gender Gap. *Presidential Studies Quarterly*, Washington, DC, v.15, n.2, p.372–385, 1985-1989.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BOEF, Suzanna De; LIN, Tse-min. The Dynamics of the Partisan Gender Gap. *The American Political Science Review*, Denton, v.98, n.3, p.515–528, 2004.
- BURDEN, Barry C. The Social Roots of the Partisan Gender Gap. *Public Opinion Quarterly*, v.72, n.1, p.55–75, 2008.
- CAMPBELL, Rosie. *Gender and the Vote in Britain: Beyond the Gender Gap?* Londres: ECPR Press, 2006.
- CARROLL, Susan J. Women's Autonomy and the Gender Gap: 1980 and 1982. In Carol M. Mueller (ed.), *The Politics of the Gender Gap: The Social Construction of Political Influence*. Newbury Park: Sage Publications, 1988.
- DESPOSATO, Scott; NORRANDER, Barbara. The Gender Gap in Latin America: Contextual and Individual Influences on Gender and Political Participation. *British Journal of Political Science*, Essex, v. 39, n.1, p.141–162, 2009.
- DUVERGER, Maurice. *The Political Role of Women*. Paris: UNESCO, 1955.
- EDLUND, Lena; ROHINI, Pande. Why Have Women Become Left-Wing? The Political Gender Gap and the Decline in Marriage. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, MA, v.117, n.3, p. 917–961, 2002.
- ERICKSON, Lynda; O'NEILL, Brenda. The Gender Gap and the Changing Woman Voter in Canada. *International Political Science Review*, Canberra, v.23, n.4, p.373–392, 2002.
- GOMEZ, Brad T; WILSON, J. Matthew. Political Sophistication and Economic Voting in the American Electorate: A Theory of Heterogeneous Attribution. *American Journal of Political Science*, Essex, v.45, n.4, p.899–914, 2001.
- HOWELL Susan E; DAY, Christine L. Complexities of the Gender Gap. *The Journal of Politics*. Tucson, AZ, v.62, n.3, p.858–874, 2000.
- HUDSON, Valerie M. What Sex Means for World Peace. *Foreign Policy*, Washington, DC, 2012. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/04/24/what_sex_means_for_world_peace?page=0,0.
- INGLEHART, F. Ronald; NORRIS, Pippa. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. *International Political Science Review/ Revue Internationale De Science Politique*, Canberra, v.21, n.4, p.441–463, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. *Principales resultados del Censo de Población y Vivienda 2010*. México: INEGI, 2010.
- KAUFMANN, Karen M. The Gender Gap. *PS: Political Science and Politics*, Washington, DC, v.39, n.3, p.447–453, 2006.
- KAUFMANN, Karen M. The Partisan Paradox: Religious Commitment and the Gender Gap in Party Identification. *The Public Opinion Quarterly*, v.68, n. 4: p. 491–511, 2004.
- KINGSTON, Paul; FINKEL, Steve. Is There a Marriage Gap in Politics?. *Journal of Marriage and the Family*, Austin, v.49, n.1, p.57-64, 1987.
- LEWIS, Paul H. The 'Gender Gap' in Chile. *Journal of Latin American Studies*, Londres, v. 36, n. 4 p.719–742, 2004.

- MANZA Jeff, BROOKS, Clem. The Gender Gap in U.S. Presidential Elections: When? Why? Implications? *American Journal of Sociology*, Chicago, v.103, n. 5, p. 1235–1266, 1998.
- MASTERS Roger D., DE WAAL Frans B. M. Gender and Political Cognition: Integrating Evolutionary Biology and Political Science . *Politics and the Life Sciences*, Lubbock, v. 8, n. 1, p. 3–39, 1989.
- MILOSAVLJEVIC, Vivian. *Estadísticas para la equidad de género*. Santiago: CEPAL, 2007.
- MORGENSTERN, Scott; ZECHMEISTER Elizabeth. Better the Devil You Know Than the Saint You Don't? Risk Propensity and Vote Choice in Mexico. *Journal of Politics*, Tucson, AZ, v.63, n.1, p. 93–119, 2001.
- PLISSNER, Martin. The Marriage Gap, *Public Opinion* , p. 53, 1983.
- SANBONMATSU, Kira. Gender-Related Political Knowledge and the Descriptive Representation of Women. *Political Behavior*, v. 25, n. 4, p. 367–388, 2003.
- TULCHIN, Joseph S.; RUTHENBERG, Meg. Wilson Woodrow International Center for Scholars. Latin American Program. *Citizenship in Latin America*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2007.
- ZAREMBERG, Gisela. *Mujeres, votos y asistencia social en el México priista y la Argentina peronista*. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, 2009.

VALORES PÓS-MATERIALISTAS E DEMOCRACIA: BRASIL E URUGUAI EM PERSPECTIVA COMPARADA

Aline Burni

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ alineburni@gmail.com

Antônio Claret

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ antonioclaret@gmail.com

Pedro Fraiha

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

✉ pedrofraiha@yahoo.com.br

Resumo: *A teoria do desenvolvimento humano defendida por Inglehart (1977) prevê um lento aumento da adesão a valores pós-materialistas na medida em que as sociedades se desenvolvem economicamente e passam pelo processo de ampliação do acesso à educação. No sentido apresentado por esta teoria, as sociedades passariam por mudanças geracionais em termos de orientações valorativas, apresentando posturas prioritárias voltadas para a qualidade de vida e a auto-expressão, visto que os indivíduos passariam a não ter que se preocupar fundamentalmente com situações de escassez em meio à instabilidade econômica, ou seja, com questões eminentemente materiais. Estariam compreendidas dentro desta perspectiva pós-materialista posturas e atitudes mais críticas e participativas, mais interessadas na política e mais democráticas, no sentido da defesa da igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral. A proposta deste trabalho é analisar a associação entre valores pós-materialistas e atitudes democráticas em perspectiva comparada nos casos do Brasil e Uruguai a partir dos dados da penúltima rodada do World Values Survey. Existe uma diferença nos padrões de associação entre valores pós-materialistas e atitudes democráticas quando comparamos Brasil e Uruguai? A maior parcela de cidadãos orientados por valores pós-materialistas no Uruguai teria implicações para a qualidade e funcionamento de sua democracia? A escolha por estes dois países ocorre pelo interesse em analisar a força dos valores pós-materialistas em sociedades latino-americanas na atualidade, onde, portanto, as democracias são mais jovens e as economias, emergentes. Além disso, escolhemos dois países com matrizes sociais consideravelmente distintas, pois o percentual de indivíduos pós-materialistas no Uruguai é mais elevado do que no Brasil; ademais, o país do cone Sul conta com importantes conquistas para o pós-materialismo, a exemplo da legalização do aborto e do uso da maconha. Essas questões, por sua vez, são ainda tidas como tabu na sociedade brasileira.*

Palavras-chave: valores, democracia, Brasil, Uruguai, World Values Survey

Abstract: *The theory of human development defended by Inglehart (1977) predicts a slow growth in the adoption of post-materialist values as societies develop economically and undergo the process of expanding access to education. According to the ideas presented in this theory, societies would undergo generational change in terms of value guidelines, presenting priority postures focused on quality of life and self-expression, as individuals would not have to worry fundamentally with shortage situations amid economic instability, ie. eminently material issues. This post-materialist perspective would include postures and attitudes that are more critical and participatory, more interested in politics and more democratic, in the sense of defense of gender equality, homosexual rights, abortion and respect for differences in general. The purpose of this paper is to analyze the association between post-materialist values and democratic attitudes in comparative perspective in the cases of Brazil and Uruguay, considering the data obtained in the penultimate round of the World Values Survey. Is there a difference in the patterns of association between post-materialist values and democratic attitudes when comparing Brazil and Uruguay? Would the presence of a larger share of citizens guided by post-materialist values in Uruguay have implications for the quality and functioning of its democracy? The choice of these two countries was made due to an interest in analyzing the strength of post-materialist values in Latin American societies today, where democracies are younger and economies, emergent. We have also chosen two countries with significantly different social matrices, since the percentage of post-materialists individuals in Uruguay is higher than in Brazil; moreover, the first country, located in the Southern Cone, has made important achievements for post-materialism, such as the legalization of abortion and the use of marijuana. These issues are, in turn, still regarded as taboo in Brazilian society.*

Keywords: *values, democracy, Brazil, Uruguay, World Values Survey*

Introdução

Os valores têm adquirido uma dimensão cada vez mais importante no comportamento político dos indivíduos, sobretudo diante das mudanças recentemente observadas nos padrões de voto e participação política. Mesmo nas democracias mais consolidadas, os eleitorados tendem à instabilidade ao invés da estabilidade anteriormente característica, sendo que os fatores antes determinantes para a decisão do voto – como o pertencimento a grupos sociais ou a identificação partidária – não apresentam mais o mesmo potencial explicativo do comportamento eleitoral.

Nas democracias mais jovens, por sua vez, o papel dos partidos políticos no que se refere à representatividade e vínculos com a sociedade não se concretizou da mesma maneira que nas democracias mais antigas, de forma que a identificação com algum partido geralmente demonstra pouca capacidade explicativa sobre o comportamento político e esta instituição não constitui referência política fundamental para os eleitores. Por isso, os valores podem corresponder aos elementos cada vez mais importantes para a decisão

do voto e, de forma mais abrangente, para a participação política e o relacionamento do indivíduo com o sistema democrático.

Autores como Kitschelt (1995) sugerem que o fim da União Soviética teria deslocado o eixo da competição partidária da questão fundamentalmente econômica - que colocava em disputa a defesa do socialismo *versus* o capitalismo - para o eixo de valores, relacionado à vida em sociedade, direitos individuais e papel do Estado neste setor, que vai de uma postura autoritária até uma postura liberal. Nesse sentido, orientações valorativas estariam adquirindo crescente importância não só para o posicionamento dos partidos políticos, mas também para a escolha do eleitor. Em uma sociedade em que as ideologias e identidades políticas passam a ter papel estruturante muito reduzido na vida dos eleitores, outros elementos relacionados a orientações individuais crescem em termos do papel exercido na decisão do voto e na participação. Hoje, contrariamente ao passado, o eleitor parece levar em conta prioritariamente elementos de ordem individual e pessoal para fazer sua escolha político-partidária, e essa escolha pode ser, em grande medida, influenciada por valores.

Segundo Alejandro Moreno (2013), valores são orientações atitudinais em direção a diferentes conceitos sociais, econômicos e políticos, como ordem, liberdade, direitos políticos, igualdade, o Estado de Bem Estar Social, impostos, o papel do Estado, aborto, religião, participação civil, meio-ambiente, diversidade étnica, entre outros (MORENO, 2013, p.6). Abrangem, portanto, uma variada gama de temas relacionados à visão do indivíduo sobre no que consiste uma sociedade desejável a seu ver. Valores tendem a ser estáveis no tempo, mas não são imutáveis.

A literatura sobre valores defende uma relação entre valores pós-materialistas e a qualidade da democracia, visto que a tolerância e a abertura à diferença, identificadas através da defesa dos direitos dos homossexuais e do aborto, por exemplo, são parte integrante dos valores pós-materialistas no

eixo denominado escassez/auto-expressão. Contudo, as instituições democráticas não exerceriam impacto no sentido de modificar as orientações valorativas dos indivíduos, pois os valores são adquiridos no estágio inicial de suas vidas. O sentido deve ser pensado no inverso: o compartilhamento de valores pró-democráticos é favorável à consolidação deste tipo de regime. Dessa forma, é válido investigar empiricamente a associação de valores pós-materialistas e a aceitação/defesa da democracia. Neste trabalho iremos testar a hipótese de que os cidadãos que se orientam a partir de valores pós-materialistas possuem orientações subjetivas mais democráticas do que os indivíduos materialistas, rejeitando em maior medida formas autoritárias de poder.

A teoria do desenvolvimento humano defendida por Inglehart (1977) prevê um aumento da adesão a valores pós-materialistas na medida em que as sociedades se desenvolvem economicamente e passam pelo processo de ampliação do acesso à educação. No sentido apresentado por esta teoria, as sociedades passariam por mudanças geracionais em termos de orientações valorativas, apresentando posturas prioritárias voltadas para a qualidade de vida e a auto-expressão, visto que os indivíduos não deveriam mais se preocupar fundamentalmente com situações de escassez em meio à instabilidade econômica. Estariam compreendidas dentro desta perspectiva pós-materialista posturas e atitudes mais críticas e participativas, mais interessadas na política e mais democráticas, no sentido da defesa da igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral.

Portanto, quando se verifica o comportamento e a opinião dos cidadãos pós-materialistas, a tendência a se esperar é de que estes rejeitem formas autoritárias de organização política e apresentem maior adesão e preferência pela democracia (Ribeiro, 2008). Além disso, de acordo com Ribeiro (2008), os pós-materialistas tendem a eleger a democracia como a melhor forma de

governo e possuem avaliações mais favoráveis sobre o processo democrático em si. Essas e outras proposições serão testadas nesse trabalho, comparando Brasil e Uruguai.

A partir do projeto comparativo *World Values Survey*, realizaremos uma análise dos padrões atuais da relação entre valores pós-materialistas e características do regime democrático expressas em um conjunto de dez variáveis para Brasil e Uruguai. A análise exploratória do conjunto de variáveis selecionadas permitiu decompor as características do regime democrático em dois aspectos principais: orientações democráticas subjetivas e orientações quanto ao papel do Estado em uma democracia. Para o caso brasileiro ainda foi considerado um terceiro aspecto, que serão as orientações dos indivíduos em momentos de crise. O objetivo é testar as relações entre valores e os fatores associados ao regime democrático, buscando compreender em que medida os cidadãos que compartilham valores pós-materialistas rejeitam formas autoritárias de governo e organização do poder.

Brasil e Uruguai apresentam parcela distinta de cidadãos que compartilham valores pós-materialistas, sendo esta predominante no Uruguai. O Uruguai é, ainda, uma democracia que consolidou direitos importantes para o pós-materialismo, como o direito ao aborto e ao uso da maconha. Por sua vez, o Brasil destaca-se pelo peso exercido pela religião católica e pelo conservadorismo na sociedade.

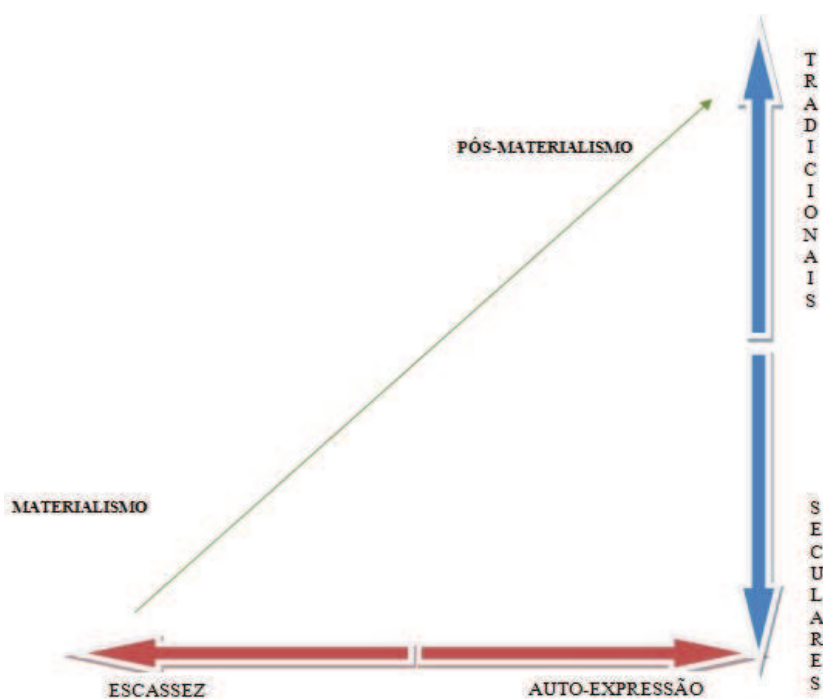
Valores

A pesquisa mundial de valores (*World Values Survey*) realiza uma investigação aprofundada sobre valores e crenças humanas em diversos países. Em sua origem, a pesquisa foi desenhada com o objetivo de testar a hipótese de que as transformações econômicas e tecnológicas estariam produzindo mudanças significativas nas percepções e valores sociais. As investigações tiveram início nos anos 80 e, desde então, o número de parceiros e países

investigados têm crescido substancialmente. A pesquisa foi perdendo o caráter eurocêntrico e atualmente já são mais de 100 países investigados e cerca de 400 mil entrevistas realizadas.

A partir dos resultados da pesquisa mundial de valores, os cientistas políticos Ronald Inglehart e Christian Welzel construíram o mapa mundial de valores, propondo a existência de duas grandes dimensões de variância cultural: *valores tradicionais versus valores racionais* e *valores de sobrevivência versus valores de auto-expressão*. Os valores tradicionais ressaltam a importância da religião, da deferência à autoridade, do nacionalismo e dos laços familiares. De forma contrária, os valores racionais seculares colocam menor ênfase na religião e, em geral, expressam a aceitação de atitudes como o divórcio, a eutanásia e o aborto. Por sua vez, os valores de sobrevivência traduzem a ênfase na importância da estabilidade econômica e na segurança, diferentes dos valores de auto-expressão, os quais conferem prioridade à proteção do meio ambiente, igualdade entre os gêneros, tolerância em relação à imigração e à diferença em geral, entre outros.

Figura 1. Os dois eixos dos valores pós-materialistas

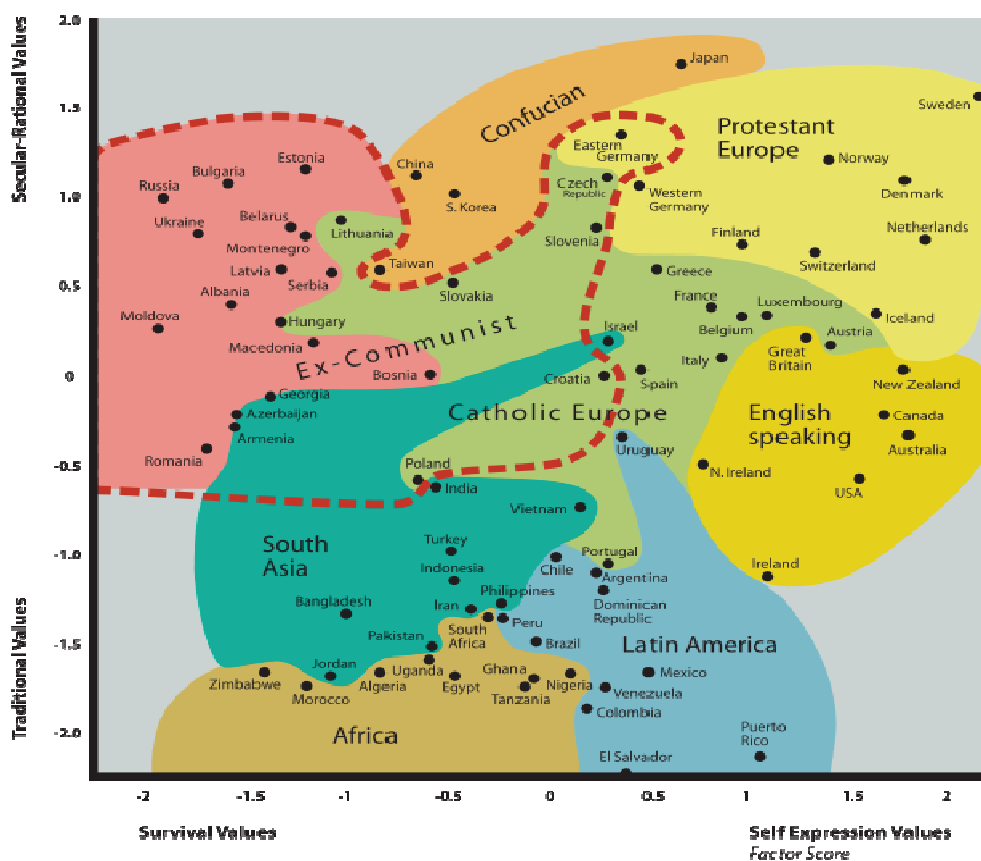


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados de CARBALLO e MORENO, 2013

O mapa de Inglehart e Wezel revela a existência de grandes zonas culturais no mundo, configuradas pelo compartilhamento de valores entre nações. Os países de tradição islâmica, como Paquistão, Jordânia e Marrocos, em geral, encontram-se marcados pela presença de valores tradicionais e de sobrevivência. Seguindo em diagonal, os países da Europa protestante, como Suécia, Dinamarca e Noruega, são aqueles onde os valores racionais seculares e de auto-expressão são mais fortemente presentes. A maior parte das nações de língua inglesa possui os mesmos níveis de auto-expressão da Europa protestante, porém são mais tradicionais. Os valores do grupo dos países confucionistas, China, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan, são marcadamente do tipo sobrevivência e racional-seculares.

No caso da América Latina, é igualmente possível identificar uma zona cultural relativamente homogênea. “Os povos das quatro sociedades latino-americanas (pesquisadas na onda de 1990) revelam de maneira consistente valores relativamente similares através de uma ampla gama de temas” (INGLEHART e CARBALLO, 2013, p. 31). As características valorativas do continente são marcadamente tradicionais e tendem para um meio termo entre os valores de sobrevivência e auto-expressão. Segundo Inglehart e Carballo (2013), o continente reflete a convergência de uma série de influências econômicas, religiosas e históricas e a configuração dos valores na América Latina se aproxima daquela dos países da Europa católica, especialmente Espanha, Portugal e Itália.

Figura 2. Mapa mundial de valores



Fonte:

Fonte: CARBALLO e MORENO, 2013.

Brasil e Uruguai: valores em perspectiva comparada

Brasil e Uruguai, apesar da proximidade, de compartilharem o mesmo contexto continental e semelhanças em suas trajetórias históricas e culturais, têm vivenciado distintos momentos no que se refere às transformações das estruturas legais e sociais em direção à consagração de valores de auto-expressão. Diferentemente do Brasil, que ainda encontra dificuldades para a realização do debate sobre temas contidos no campo de valores pós-materialistas, o Uruguai já realizou tais debates e promoveu transformações significativas em suas estruturas legais. O País vizinho foi o primeiro do mundo a legalizar a produção e o comércio da maconha (2013) e se tornou o segundo país a aprovar o “matrimônio igualitário” na América do Sul (2013). Os uruguaios estiveram também entre os primeiros latino-americanos a

legalizar o aborto (2012) e, em janeiro de 2014, iniciaram o debate parlamentar pela simplificação da imigração de cidadãos do Mercosul e países associados¹.

No mapa mundial de valores de Inglehart, no eixo tradição/racionalidade, o Brasil pontua próximo de -1 e o Uruguai pontua em -0,5. Quanto mais positiva a pontuação, menor a presença dos valores tradicionais e maior a presença de valores racional-seculares. No eixo sobrevivência/auto-expressão, o Brasil pontua ligeiramente acima de 0,5 e o Uruguai ligeiramente acima de 1, sendo que, quanto mais positiva a pontuação, menor a presença de valores de sobrevivência e maior os valores de auto-expressão. O Uruguai é o país menos tradicional na zona cultural da América Latina e, junto com o México, o país com maior presença de valores de auto-expressão.

Quando analisadas, em separado, as variáveis que compõem o eixo tradição-racionalidade, é possível notar com mais clareza as diferenças entre os dois países. O percentual de brasileiros que se consideram pessoas religiosas é de 87,2%. Por sua vez, os uruguaios que se consideram religiosos somam 56,2%. A prática religiosa é igualmente distinta entre os nacionais dos dois países. Enquanto 67,3% dos uruguaios relatam nunca freqüentar cultos e cerimônias religiosas, o percentual de brasileiros não-praticantes é de apenas 5,7%. A presença de valores tradicionais interfere também na visão dos cidadãos sobre a política, pois, no Brasil, quase metade dos entrevistados (48,1%) afirma que os políticos que não acreditam em Deus não servem para ocupar cargos públicos. No Uruguai, esse percentual é de cerca de quatro vezes menor, 12,4%.

Quando questionados sobre autoridade e orgulho nacional, brasileiros e uruguaios também possuem visões distintas. Cerca de $\frac{3}{4}$ dos brasileiros (77,4%) concordam que o aumento do respeito pelas autoridades é algo

¹ Segundo informações do periódico uruguaio *El País*, o presidente José Pepe Mujica enviou ao parlamento um projeto de lei que dá residência permanente "automática" no Uruguai a todos os cidadãos dos países do Mercosul. Deputados e senadores ainda precisam votar para a aprovação da medida, que modifica a lei de Migração número 18.250. Disponível em: <http://goo.gl/zije9w>

positivo. No Uruguai, 62,3% da população considera positivo o aumento do respeito pelas autoridades. Quando o tema é o nacionalismo, uma parcela maior de uruguaios (73,4%) se declara muito orgulhosa de seu país em comparação com os brasileiros (39%) que se declaram muito orgulhosos.

No que se refere aos valores pós-materialistas (eixo sobrevivência/auto-expressão), as diferenças são igualmente marcantes. No Brasil, 30,7% dos entrevistados acredita que a homossexualidade nunca é justificável, quase o dobro do percentual de uruguaios que concordam com a afirmativa (17,6%). A mesma diferença é observada quando a temática é o aborto, uma vez que, no Brasil, 62,3% acreditam que esta prática nunca é justificável, contra apenas 33,2% no Uruguai. Quando o tema é o divórcio, 19,1% dos brasileiros e 9,9% dos uruguaios consideram-no injustificável.

Traçado o contorno dos valores predominantes nos dois países, é possível notar que, apesar de compartilharem de uma mesma zona cultural, Brasil e Uruguai possuem diferenças importantes no que tange à configuração de valores. Na sequência, propomos uma análise exploratória dos padrões atuais da relação entre valores compartilhados e aspectos latentes da democracia nos dois países. O objetivo é testar a hipótese central de que os cidadãos que demonstram valores pós-materialistas possuem orientações subjetivas mais democráticas e rejeitam alternativas autoritárias.

Ademais, a análise exploratória dos dados permitiu categorizar mais duas dimensões do regime democrático que poderiam estar correlacionadas a valores materialistas e pós-materialistas: “orientações de apoio à intervenção do Estado na economia e na proteção social” e “orientação quanto ao risco de crise” (somente para o caso do Brasil). Em consonância com a teoria do desenvolvimento humano, poderíamos esperar que os pós-materialistas seriam menos orientados à atuação do Estado na economia, pois se mostram mais críticos às instituições políticas tradicionais de forma geral, preferindo maior liberdade individual *vis-à-vis* a autoridade do Estado, e já ultrapassaram os

limites dos valores de sobrevivência, ou alcançaram níveis de bem estar material suficientes para dispensar a atuação do governo no provimento de recursos econômicos. De modo contrário, é de se esperar que materialistas estejam orientados a apoiar a atuação do governo na economia através de medidas de redistribuição de renda e proteção social.

Subjacente a esta hipótese está a ideia de que materialistas caracterizariam a democracia como um regime que proporciona bens materiais, ao contrário de pós-materialistas. Sobre a dimensão de “orientação sob o risco de crise” propomos, ainda, que os materialistas brasileiros seriam mais orientados no sentido de apoiar determinadas ações em momentos de crise ou risco.

Metodologia e análise empírica

Com o objetivo de realizar inferências sobre a relação entre orientações democráticas subjetivas e valores pós-materialistas, selecionamos um conjunto de variáveis referentes a um bloco de perguntas da pesquisa do *World Values Survey*². As questões indagavam aos entrevistados sobre a importância de determinadas características para a definição do regime democrático.

Mais especificamente, é colocado aos entrevistados quão necessários são os seguintes aspectos para caracterizar a democracia, em um contínuo de 0 a 10, que vai de “característica não essencial à democracia” (0) até “característica essencial para a democracia” (10). Ao entrevistado era solicitado se posicionar nesta escala para cada um dos itens a seguir, conforme sua importância para definir a democracia:

- 1- Governos que taxam os ricos e subsidiam os pobres
- 2- Autoridades religiosas formulam e interpretam leis
- 3- As pessoas escolhem os representantes através de eleições livres
- 4- As pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado

² A base de dados utilizada consta a rodada de pesquisas 2005-2006. A escolha se justifica pelo fato de tal rodada ser a única em que constam dados de Brasil e Uruguai para o mesmo recorte temporal.

- 5- O exército militar toma o controle quando o governo é incompetente
- 6- Direitos civis que protegem a liberdade das pessoas contra a opressão
- 7- A economia está prosperando
- 8- Criminosos são severamente punidos
- 9- As pessoas podem mudar as leis através de referendos
- 10- Mulheres possuem os mesmos direitos que homens.

A tabela abaixo apresenta a distribuição das médias e desvios padrões das variáveis da amostra dos dois países latino-americanos abordados neste estudo.

Tabela 1. Distribuição média das características essenciais à democracia - Brasil e Uruguai

Variável	País	Média	Desvio Padrão
O governo taxar ricos e subsidiar os pobres	Brasil	4,272	2,956
	Uruguai	5,937	2,772
Autoridades religiosas formulam e interpretam leis	Brasil	3,775	2,674
	Uruguai	3,575	2,695
Escolha dos representantes em eleições livres	Brasil	8,271	2,372
	Uruguai	8,789	1,949
Pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado	Brasil	7,839	2,514
	Uruguai	7,161	2,662
O exército militar tomar o quando o governo democrático for incompetente	Brasil	4,922	3,332
	Uruguai	3,108	2,861
Direitos civis que protegem a liberdade das pessoas contra a opressão.	Brasil	7,361	2,681
	Uruguai	7,661	2,455
A economia estar prosperando	Brasil	6,764	2,643
	Uruguai	7,202	2,368
Criminosos são severamente punidos	Brasil	5,536	3,356
	Uruguai	6,256	2,811
Pessoas podem mudar as leis em referendos	Brasil	8,050	2,645
	Uruguai	8,480	2,065
Mulheres tenham os mesmos direitos que homens	Brasil	8,437	2,480
	Uruguai	8,689	2,054

Fonte: World Values Surveys, 2005-2006.

A análise descritiva das variáveis que compõem a tabela acima permite observar a existência de alguns diferenciais entre os padrões de respostas de brasileiros e uruguaios quanto à essencialidade das características citadas nas perguntas para definir a democracia.

Os distanciamentos entre médias são evidentes quando a participação do governo em questões econômicas é colocada em questão. Se compararmos a pontuação média entre a população do Uruguai e Brasil para a questão sobre taxar ricos e subsidiar pobres, a média uruguaia é 1,665 pontos mais alta do que a do Brasil. Em outras palavras, os uruguaios atribuem ao governo maior papel em interferir em questões econômicas e no auxílio às classes mais desfavorecidas do que os brasileiros, sendo mais inclinados a apoiar a intervenção do Estado na promoção de distribuição de renda e de igualdade social. Do mesmo modo, a prosperidade econômica também alcança diferenças significativas, sendo considerada mais essencial para uruguaios do que para brasileiros na definição da democracia.

Outra característica que dão contornos expressivos aos padrões de ideais democráticos entre brasileiros e uruguaios é a possibilidade de militares tomarem o poder quando o governo democrático é incompetente, além da necessidade de punir criminosos com severidade. Aceitar a presença de autoridade militares no poder em momentos difíceis pode ser um indicador de tendência ao autoritarismo, valor compreendido no eixo valores tradicionais/rationais-legais. Quanto à primeira questão, percebe-se que a população do Brasil tende a identificar a ação militar como algo necessário em momentos de crise. Já os uruguaios possuem menor credibilidade nesse tipo de ação política. De modo contrário à população do Uruguai, a população brasileira considera que punir criminosos com rigor é uma característica mais necessária ao regime democrático. Isso demonstra a maior preocupação dos

brasileiros com a questão da segurança física, um valor compreendido no grupo de orientações materialistas.

Por fim, eleições livres, a possibilidade de mudar leis através de referendos, a proteção dos direitos civis e liberdade dos cidadãos contra opressão, e ainda, a igualdade de direitos entre homens e mulheres são características consideradas mais essenciais à democracia por parte de uruguaios do que brasileiros. São valores que podem indicar orientações pós-materialistas mais fortes entre os uruguaios, pois sugerem que estes cidadãos definem a democracia prioritariamente a partir de questões de direito e participação nas decisões políticas.

A escolha do bloco de perguntas permite tratar duas dimensões da democracia, pois revela dois temas importantes para o regime democrático: orientações políticas e orientações quanto à intervenção na economia. Assim, uma análise exploratória das variáveis nos permitiria agrupá-las em conjuntos que expressem as dimensões subjacentes a elas. Neste caso, o uso da técnica de Análise Fatorial nos parece vantajosa, pois nos permitiria agrupar variáveis sob o critério de variação conjunta, ou seja, formar grupos que contenham variáveis que apresentem variância semelhante. Deste modo, a análise fatorial e a matriz de correlação permitem investigar os padrões ou relações latentes do conjunto de variáveis e determinar se a informação pode ser resumida em um conjunto menor de fatores.

O fator encontrado pode ser definido como uma combinação linear das variáveis originais, ou representação das dimensões latentes (constructos) que resumem o conjunto original das variáveis, mantendo a representatividade das características das variáveis originais (HAIR et al, 2005). Em outras palavras, a existência de um fator demonstra uma relação entre variáveis e sugere que elas estejam medindo aspectos da mesma dimensão subjacente, ou fator.

A análise da matriz de correlação evidenciou que existe boa relação linear entre o conjunto de variáveis observadas, com exceção da variável que

questiona a possibilidade do governo militar intervir para o caso do Uruguai e a necessidade de interpretação das leis pelas autoridades religiosas no caso brasileiro. Portanto, as variáveis mencionadas foram retiradas da análise fatorial para cada país.

As tabelas de extração dos fatores estão apresentadas na sequência deste trabalho. As comunalidades entre as variáveis estão todas acima do patamar de 50% da variância explicada. Baixas comunalidades significariam que a variância de cada variável incluída na análise não é explicada pelos fatores extraídos e, portanto, que não poderíamos estabelecer uma correlação linear. As cargas fatoriais também não apresentaram estruturas complexas, ou seja, nenhuma variável apresenta carga fatorial acima de 0,4 para mais de um fator. O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), para adequação da base de dados, atinge nível considerado bom para o caso Uruguai (0,836) e nível mediano para o caso brasileiro (0,724). Hair et al. (2005) sugerem que o teste apresente valor maior que 0,5 para que os resultados da análise sejam aceitáveis.

O desenvolvimento da análise multivariada permitiu a identificação de quatro fatores latentes para o caso do Uruguai e quatro fatores latentes para o caso do Brasil. Entretanto, conforme o padrão de relação de algumas variáveis e devido às baixas cargas fatoriais de outras foram considerados apenas dois fatores para o caso do Uruguai³ e três fatores para o caso do Brasil.

Para o Uruguai, o fator denominado “Orientações Democráticas” foi considerado uma dimensão explicada pelos itens: “escolha dos representantes em eleições livres”, “direitos civis que protegem a liberdade das pessoas contra a opressão”, “pessoas podem mudar as leis através de referendos”, “mulheres tenham os mesmos direitos que homens”. Já o fator “Orientação de apoio a um Estado atuante na economia e na proteção social” é uma dimensão composta pelas seguintes variáveis: “o governo taxar ricos e

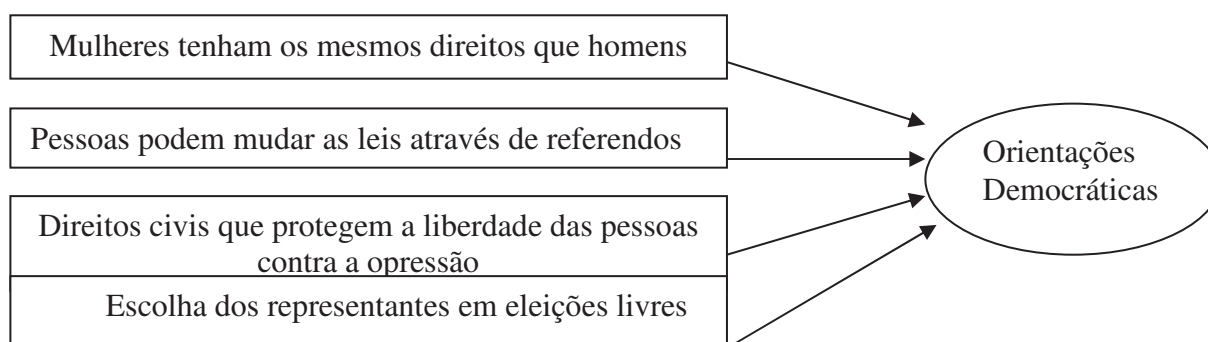
³ Para o caso do Uruguai, além da variável “O exército militar tomar o quando o governo democrático for incompetente”, a variável “Autoridades religiosas formulam e interpretam leis” não foi considerada enquadrada em nenhuma dimensão latente, e portanto foi retirada.

subsidiar os pobres”, “pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado”, “a economia estar prosperando”, “criminosos são severamente punidos”.

Para as observações referentes ao Brasil, propomos, dada a boa distribuição proporcional da variância explicada pelos fatores, três dimensões subjacentes ao conjunto de variáveis. A primeira foi designada do mesmo modo para o caso Uruguaio, “Orientações democráticas”. Já a segunda, “Orientação de apoio a um Estado atuante na economia e na proteção social”, contém informações das seguintes variáveis: “o governo taxar ricos e subsidiar os pobres”, “a economia estar prosperando”, “criminosos são severamente punidos”. A terceira dimensão (fator) foi designada “Orientações sobre o risco de crise” e contém informações das variáveis: “O exército militar tomar o poder quando o governo democrático for incompetente” e “pessoas desempregadas recebem ajuda do Estado”.

A denominação do terceiro fator como uma dimensão que carrega informações referentes ao risco de crise é justificada pelo histórico brasileiro de instabilidade política e econômica de décadas passadas. A variância compartilhada entre as variáveis da terceira dimensão poderiam ser explicadas de outras formas; entretanto, neste trabalho interessa denominar seu agrupamento pela suposição de que o fator desemprego e a possibilidade de intervenção militar estejam relacionadas a momentos de crise. Os diagramas a seguir deixam mais clara a extração dos fatores para Brasil e Uruguai.

Diagrama 1. Fatores extraídos das orientações da população do Uruguai



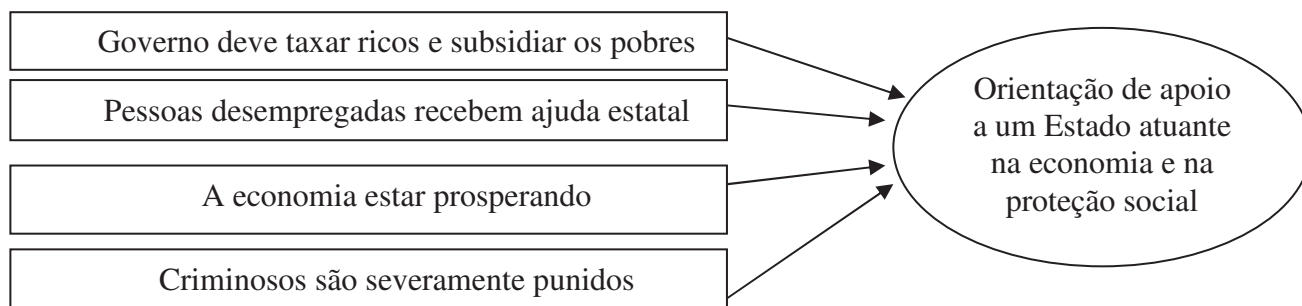
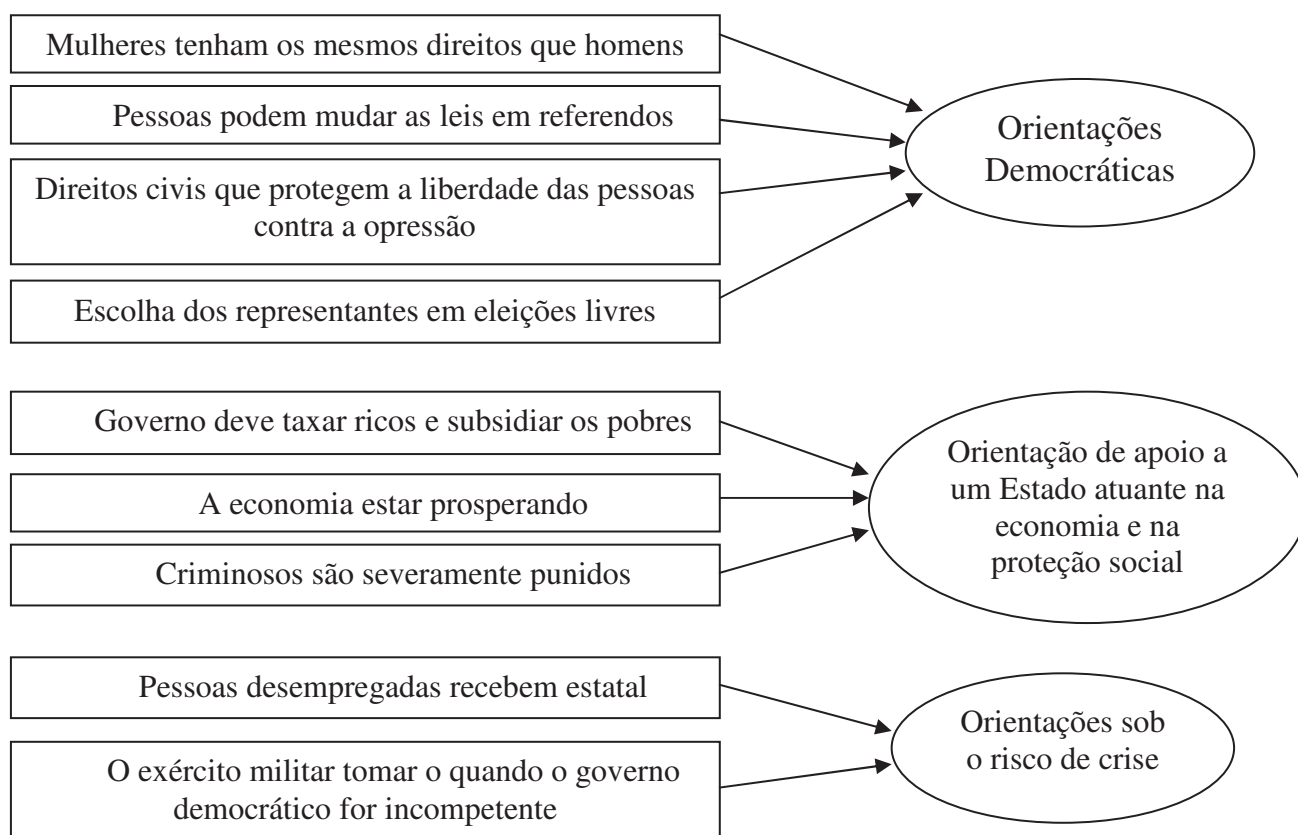


Diagrama 2. Fatores extraídos das orientações da população do Brasil



Expostas as dimensões, pretendemos analisar suas relações com o índice de valores pós-materialistas. O indicador de interesse, como mencionado anteriormente, é composto por duas medidas de variação cultural: valores tradicionais *versus* valores racionais e valores de sobrevivência *versus* valores de auto-expressão. A tabela abaixo expõe os escores do índice de pós-materialismo para Brasil e Uruguai, bem como os valores desagregados para as duas medidas de variação cultural.

Tabela 2. Distribuição das médias do Índice de Pós-Materialismo – Brasil e Uruguai

Índice de pós materialismo				
País	Média	Desvio Padrão	Máx.	Mín.
Brasil	2,046643	1,127928	0	5
Uruguai	2,513921	1,157379	0	5
Valores tradicionais/seculares				
País	Média	Desvio Padrão	Máx.	Mín.
Brasil	0,2871084	0,7447435	-0,998249	3,008977
Uruguai	0,6342512	0,9015078	-0,972261	3,063341
Valores de sobrevivência/auto expressão				
País	Média	Desvio Padrão	Máx.	Mín.
Brasil	0,382373	0,6283393	-0,98868	1,824282
Uruguai	0,2950957	0,6504911	-0,980553	1,762878

Fonte: World Values Surveys, 2005-2006.

A partir dos fatores latentes relacionados ao regime democrático e da exposição da distribuição dos valores por cada país, propomos testar as seguintes hipóteses:

H1: Os cidadãos que demonstram valores pós-materialistas possuem orientações subjetivas mais democráticas.

H2: Os cidadãos que demonstrem valores pós-materialistas devem possuir menor orientação de apoio à intervenção do Estado na economia e proteção social (pois rejeitam formas autoritárias de poder).

H3: Para o caso do Brasil, os cidadãos que demonstrarem valores pós-materialistas devem possuir menos orientações autoritárias sob o risco de crise.

Propomos uma análise entre a correlação dos fatores com os índices de pós-materialismo, sobrevivência/auto-expressão e valores tradicionais/seculares, a fim de testar as direções de relação entre valores e

dimensões do regime democrático observado anteriormente. Abaixo apresentamos as tabelas de correlação para Brasil e Uruguai.

Tabela 3. Correlação entre valores e orientações, Brasil

		Índice de pós materialismo	Valores tradicionais /seculares	Valores de sobrevivência/ autoexpressão	Orientações Democráticas Subjetivas	Apoio a atuação do governo na economia e proteção social	Orientações sob o risco de crise
Índice de pós materialismo	Cor. sig. obs	1 1415					
Valores tradicionais / seculares	Cor. sig. obs	0,3637 0 985	1 992				
Valores de sobrevivência / autoexpressão	Cor. sig. obs	0,105 0,0009 996	0,1202 0,0002 939	1 1002			
Orientações Democráticas	Cor. sig. obs	0,0549 0,0553 1221	0,081 0,0174 862	0,1618 0 864	1 1282		
Apoio a atuação do estado na economia e proteção social	Cor. sig. obs	-0,0683 0,010 1221	-0,0186 0,5861 862	0,0969 0,0044 864	0,2212 0 1282	1 1282	
Orientações sob o risco de crise	Cor. sig. obs	-0,0886 0,0019 1221	-0,0031 0,9284 862	-0,1501 0 864	0,3351 0 1282	0,2551 0 1282	1 1282

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do World Values Surveys, 2005-2006.

Para o caso do Brasil, podemos corroborar a hipótese (H1), em um intervalo de confiança de 95%, de que os cidadãos que expressem valores pós-materialistas têm mais possibilidade de apresentarem orientações democráticas, de acordo com o apontado pela teoria. Por outro lado, valores materialistas se relacionam diretamente com orientações de apoio à intervenção do Estado na economia e na proteção social, o que também confirma a hipótese (H2), em um intervalo de confiança de 99%. A suposição de que orientações sob o risco de crise estariam relacionadas de maneira direta a valores materialistas também pode ser aceita a um intervalo de confiança de 99% (H3).

Quanto aos conjuntos de valores tradicionais/seculares e de sobrevivência/auto-expressão observa-se que o item “orientações sob o risco de crise” está diretamente relacionado a valores tradicionais e de sobrevivência, enquanto orientações de apoio à atuação do Estado na economia e na proteção social estão diretamente relacionadas a valores tradicionais e de autoexpressão.

Tabela 4. Correlação entre valores e orientações, Uruguai.

		Índice de pós materialismo	Valores tradicionais /seculares	Valores de sobrevivência/ autoexpressão	Orientações Democráticas Subjetivas	Apoio a atuação do governo na economia e proteção social
Índice de pós materialismo	Cor. sig. obs	1 862				
Valores tradicionais / seculares	Cor. sig. obs	0,3673 0 361	1 372			
Valores de sobrevivência / autoexpressão	Cor. sig. obs	0,0551 0,3085 343	-0,126 0,0205 338	1 355		
Orientações Democráticas	Cor. sig. obs	0,1493 0 802	0,1119 0,0372 347	0,0511 0,3576 326	1 914	
Apoio a atuação do estado na economia e proteção social	Cor. sig. obs	0,0523 0,139 802	0,2507 0 347	0,0122 0,826 326	0,3098 0 914	1 914

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do World Values Surveys, 2005-2006.

Para o caso do Uruguai, a hipótese de que pessoas que apresentem valores pós-materialistas demonstrem orientações democráticas também pode ser comprovada (H1), e tal correlação é ainda mais forte que o caso brasileiro. Os que consideram a intervenção do Estado na economia e na proteção social como necessárias à democracia tendem a ser indivíduos com orientações pós-materialistas, ou seja, a correlação inversa ao caso brasileiro (H2).

Em relação às dimensões de valores tradicionais/seculares e de sobrevivência/auto-expressão, observa-se que ambas estão diretamente

correlacionadas com orientações democráticas e apoio à intervenção do Estado na economia e proteção social.

Apontamentos finais

A análise dos dados demonstra que existe relativa semelhança entre os padrões de valores pós-materialistas e as orientações democráticas, tanto no Brasil quanto no Uruguai, ainda que estas sejam mais fortemente correlacionadas no caso do Uruguai. Em ambos os casos, houve vínculo entre posicionamentos sobre o que é essencial para definir a democracia que podem ser interpretados como coerentes entre si e relacionados a uma tendência pós-materialista, quais sejam: igualdade de direitos entre homens e mulheres, possibilidade de mudar leis através de referendos populares, proteção aos direitos civis e eleições livres. Isso significa que um mesmo grupo de indivíduos considera importante para definir o regime democrático todos esses fatores vinculados a um posicionamento pró-participação e em defesa dos direitos individuais, ao mesmo tempo. Por outro lado, houve um agrupamento dos posicionamentos referentes à essencialidade de termos de intervenção do Estado na economia e na segurança. Esses termos podem ser sugestivos tanto de uma orientação que aceita com mais facilidade a autoridade e formas autoritárias de poder quanto de uma orientação materialista, que atribui ao Estado funções eminentemente relacionadas à provisão de bem-estar econômico e segurança aos seus cidadãos. Mais do que isso, definem o regime democrático a partir dessa intervenção do Estado em questões fundamentalmente materiais.

Por outro lado, nossa análise também trouxe à tona diferenças entre as orientações de brasileiros e uruguaios em perspectiva comparada. No Uruguai a média do índice de pós-materialismo é 0,5 pontos mais elevada do que no Brasil. Quando desmembrados os dois eixos que compõem os valores, o Uruguai apresenta uma média no eixo de valores tradicionais/seculares quase

duas vezes mais alta do que a do Brasil, ainda que ambas sejam baixas no contexto do mapa mundial de valores. Essas medidas demonstram o quão fortemente ainda persistem os valores tradicionais, que evocam a religião católica e o respeito à hierarquia e autoridade, nas sociedades latino-americanas de uma forma geral, comprovando a homogeneidade cultural que engloba os países da região no mapa mundial de valores e que justifica, portanto, seu pertencimento ao mesmo grupo.

Por sua vez, contrariamente ao que se esperaria em função da tendência de evolução dos valores em ambos os eixos na mesma direção, o Brasil apresentou média ligeiramente acima do Uruguai no eixo dos valores de sobrevivência/auto-expressão. Enquanto no Uruguai a média é de 0,29, no Brasil fica em 0,38. Ainda que também baixas, isso demonstra que, na comparação, médias mais altas no eixo tradicional/secular e sobrevivência/auto-expressão não necessariamente andam juntas. Ao mesmo tempo em que, no balanço geral, o pós-materialismo é mais presente no Uruguai do que no Brasil, quando desmembramos nos dois eixos, os valores são mais seculares no Uruguai, comparando-se com o Brasil, mas o Brasil é mais orientado em direção à auto-expressão do que o Uruguai. Isso com base nos dados da 5ª onda do *World Values Survey*.

Esses achados corroboram as pesquisas recentes de Moreno (2013) de que há casos em que a evolução dos valores pós-materialistas não atua como esperado pela teoria. Ou seja, não necessariamente se observa o mesmo sentido de evolução dos valores do eixo tradicional/secular e escassez/auto-expressão ao longo do tempo. Por sua vez, o fato de não mensurar a mesma tendência simultaneamente em ambos os eixos sugere que o chamado “*Western template*” deve ser revisado ao se investigar outras sociedades para além das consolidadas democracias da Europa Ocidental. Isso porque os sistemas de valores eurocêntricos podem não apreender os valores

importantes para compreender outras sociedades, a evolução desses através das gerações e sua associação com atitudes pró-democracia.

Bibliografia

- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v.16, n.1, p.28-63, 2010.
- PEREIRA, Cícero; CARDOSO, Sandro José; RIBEIRO, Ana Raquel Correia. Teste empírico de um modelo sobre as relações entre os sistemas de valores e as atitudes. *Psicologia*, Lisboa, v. 19, n. 1-2, 2005. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492005000100010&lng=pt&nrm=iso>.
- CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro. *El cambio de valores en America Latina. Hallazgos de La encuesta mundial de valores*. CESOP: DF, Mexico, 2013.
- EL PAIS, Proyecto de ley modifica la ley de migración. *El Pais*, Montevideo, jan. 29 de 2014, Información. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/residencia-uruguay-automatizada-nacidos-mercosur.html>>. Acesso em 19 de agosto de 2014.
- HAIR Jr., J.F. et al. Análise Multivariada de Dados. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- INGLEHART, Ronald; CARBALLO, Marita. ¿Existe Latinoamérica?: Un análisis global de diferencias transculturales. *Perf. latinoam.*, México, v. 16, n. 31, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532008000100002&lng=es&nrm=iso>.
- INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*, Princeton University Press, EUA, 1977.
- KITSCHELT, H. *The Radical Right in Western Europe: A Comparative Analysis*. United States of America: University of Michigan Press, p.352, 1995.
- LAGOS, Marta; MORENO, Alejandro. Generational Change and Democracy in Latin America. Capítulo a incluirse en el libro *Democratic Attitudes and Behaviour in Post-Authoritarian Societies*, coordinado por David Denemark, Richard Niemi, Robert Mattes y Russell Dalton, en proceso MORENO, Alejandro. *Value Cleavages Revisited*. No prelo, 2013.
- MORENO, Alejandro. La libertad de elegir: comparando América Latina con otras regiones del mundo In CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro (Org.). *El Cambio de Valores en América Latina: Hallazgos de la Encuesta Mundial de Valores*. 1ed, México, D.F. 2013, D.R. © Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública Cámara de Diputados / LXII Legislatura. Cap. 3, p. 83-127, 2013.
- MORENO, Alejandro: *Value Cleavages Revisited In: Values changes in Latin America*. 2013.
- RIBEIRO, Ednaldo. Pós-materialismo e participação política no Brasil. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p. 375-387, 2008.
- RIBEIRO, Ednaldo. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.2, n.2, p.103-133, jul/dez.2008.
- RIBEIRO, Ednaldo. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. 300f. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2008.

CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS E VALORES: O CASO ESPANHOL

Nerea Ramírez

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ nramirb@gmail.com

Noelle del Giúdice

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ noellecg@yahoo.com.br

Paulo Victor Melo

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

✉ paulovictormelo@gmail.com

Resumo: *Tem-se percebido nos últimos anos uma transformação na prioridade que os cidadãos dão a antigos valores e o surgimento de novas demandas valorativas, notando-se a existência, de um lado, de valores materialistas, representados por indivíduos preocupados por questões mais relativas à segurança e economia, e, de outro lado, valores pós-materialistas, representados por indivíduos que tratam de questionar os mecanismos tradicionais de representação para alcançar uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões do Estado. Ao mesmo tempo, nota-se uma crise dos partidos políticos, representada sobretudo pelo declive nos níveis de afiliação e por uma desconfiança generalizada nos partidos políticos. Este trabalho busca verificar a relação entre o crescimento de valores pós-materialistas e o aumento da desconfiança nos partidos políticos na Espanha, testando-se a hipótese de que quanto mais pós-materialista é o indivíduo menos confiança ele tem em relação aos partidos políticos. A análise demonstra que a incorporação ou não de valores pós-materialistas não é capaz de explicar a desconfiança nos partidos políticos por parte dos cidadãos espanhóis.*

Palavras-chave: *materialismo, pós-materialismo, valores, partidos políticos, afiliação partidária, confiança em partidos políticos.*

Abstract: *A transformation has become noticeable in recent years in which citizens give priority to old values and the emergence of new evaluative demands, with the existence of, on one side, materialist values, represented by concerned individuals for over issues relating to security and economy, and, on the other, post-materialist values, represented by individuals who question the traditional mechanisms of representation to achieve greater participation of citizens in the decision-making process of the State. At the same time, it is possible to identify a crisis of political parties, mainly represented by the slope in levels of affiliation and widespread distrust in political parties. This paper aims to investigate the relationship between the growth of post-materialist values and increasing distrust of political parties in Spain, testing the hypothesis that the more post-materialist the individual, the less confidence he has in relation to political parties. The analysis*

demonstrates that the incorporation or non-incorporation of post-materialist values is not able to explain the distrust in political parties by Spanish citizens.

Keywords: *materialism, post-materialism, values, political parties, party filiation, trust in political parties.*

Introdução

Tem-se verificado nos últimos anos, não apenas nas democracias industriais avançadas como também nas novas democracias, ainda que com diferenças culturais significativas, a ocorrência de uma transformação na prioridade que os cidadãos dão a antigos valores e o surgimento de novas demandas valorativas.

Conforme salienta Inglehart (1990), há um grupo de indivíduos entre os quais predominam objetivos dirigidos à satisfação de necessidades fisiológicas e segurança física. Por outro lado, aqueles que já tenham um sentimento de segurança em relação a estes aspectos passam a dar maior importância a outros valores, priorizando a integração, auto-expressão e satisfação intelectual e física.

Neste sentido, como afirma diversos pesquisadores (INGLEHART, 1990; TORCAL, 1989; RIBEIRO, 2010) essa transformação valorativa é derivada sobretudo do desenvolvimento econômico e social ocorrido nos países em diferentes momentos no último século.

No índice construído por Inglehart (1990) para medir essa mudança valorativa, tem-se, de um lado, os valores materialistas, representados por indivíduos preocupados por questões mais relativas à segurança e economia, os quais tendem a priorizar questões como o controle da inflação e a manutenção da ordem no país, e, de outro lado, os valores pós-materialistas, representados por indivíduos que apresentam uma postura crítica em relação às instituições políticas, questionando os mecanismos tradicionais de representação ao mesmo tempo em que buscam uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões do Estado.

Em outro sentido, tem-se percebido, de forma generalizada, uma crise dos partidos políticos, representada sobretudo pelo declive nos níveis de afiliação e por sentimentos antipartidistas, entendidos como uma desconfiança generalizada nos partidos políticos. Os cidadãos têm se mostrado céticos em relação aos partidos políticos, vistos cada vez mais como incapazes de sustentar ideias políticas consistentes, interessados maiormente em si mesmos do que na busca pelo bem comum.

Este trabalho pretende verificar a relação entre o surgimento de novos valores, classificados por Inglehart como valores pós-materialistas, e o aumento da desconfiança nos partidos políticos na Espanha. A hipótese é de que aqueles indivíduos que possuem valores pós-materialistas tendem a desconfiar mais dos partidos políticos. É dizer, quanto mais materialista o indivíduo for, maior será sua confiança nos partidos políticos,

Para testar a hipótese será analisado o caso espanhol, utilizando-se os dados produzidos pela *World Value Survey* nas quatro rodadas realizadas para a Espanha.

A Dimensão Materialismo / Pós-materialismo

Os valores tendem a ser relativamente estáveis nas sociedades. Não são, porém, imutáveis. (MORENO, 2013). Durante as últimas décadas, os valores dos cidadãos vêm mudando, tendo em vista que o desenvolvimento econômico, as transformações estruturais, o desenvolvimento institucional e a intergeracionalidade geram um impacto na hierarquia dos valores (MORENO, 2013). O bem-estar material e a segurança física perderam relevância, enquanto que questões sobre qualidade de vida se converteram em questões chave. Esta mudança se deu principalmente entre as novas gerações, posto que são pessoas que cresceram em um ambiente que foi capaz de garantir a sua sobrevivência, caracterizado pelo crescimento econômico e social, e a ausência de conflitos bélicos (TORCAL, 1989).

Neste sentido, percebe-se que a dimensão materialismo/pós-materialismo define e mede a mudança cultural que vem ocorrendo nestas sociedades. Inglehart (1990) afirma que aqueles que se sentem seguros no que se refere às suas necessidades fisiológicas e segurança física orientam seus objetivos a outros tipos de questões, como a integração, autoexpressão e satisfação intelectual e física. Sendo assim, as prioridades de um indivíduo refletem seu meio ambiente econômico, dando um maior valor subjetivo às questões relativamente escassas.

Por outro lado, Inglehart (1990) sustenta que a relação entre o ambiente econômico e as prioridades valorativas não é de ajuste imediato. Haveria aqui um desajuste temporal, já que valores básicos próprios refletem, em sua maioria, as condições que prevaleciam nos anos anteriores ao amadurecimento do indivíduo – o que poderia ser chamado de hipótese da socialização.

Desta forma, percebe-se que períodos de prosperidade prolongada incentivam a difusão de valores pós-materialistas, enquanto que um cenário de escassez tende a incentivar valores materialistas. Entretanto, é de se notar que esta não é uma relação causal direta, tendo em vista que a conformação de um tipo de valor ou outro depende da percepção subjetiva de segurança, e não do nível econômico que o indivíduo possui. Dentro deste contexto, percebe-se a importância da socialização para a definição de tais questões. Estes sentimentos estão diretamente influenciados pelo meio cultural e pelas instituições de bem-estar social nas quais os indivíduos foram educados. Consequentemente, a hipótese da escassez está conectada com a hipótese da socialização neste processo de mudança de valores (TORCAL, 1989). Esta afirmação permite entender porque nem todos os jovens criados em um ambiente de bonança e segurança são pós-materialistas.

Geralmente tende-se a crer que valores pós-materialistas são sinônimos de posições ideológicas voltadas para a esquerda. Isto se deve em grande parte

à capitalização de certos valores pós-materialistas – pacifismo, ecologismo etc. – por parte da esquerda europeia, especialmente a espanhola (TORCAL, 1989). Contudo, Inglehart (1990) demonstra em seu estudo que o ajuste de valores que implica na mudança cultural afeta tanto a esquerda quanto a direita. Neste sentido, tanto na Espanha quanto na Europa em geral existe um desejo de se romper com os valores do pós-materialismo extremo independentemente de sua posição ideológica.

Torcal (1989) afirma que a mudança de valores e orientações que vem ocorrendo na Espanha é paralela ou similar à que vem ocorrendo no resto da Europa, e que tem acontecido de forma paulatina por meio da substituição intergeracional. Moreno (2013) coincide em salientar a importância e incremento do pós-materialismo na Espanha durante a última década. Segundo este autor, o aumento no número de cidadãos pós-materialistas na Espanha deve-se, fundamentalmente, ao rápido desenvolvimento econômico ocorrido neste país nas últimas décadas do século XX, que permitiu a aparição de uma nova classe média. Valores como liberdade, felicidade, crenças religiosas, racionalidade e capital social são alguns dos valores muito presentes na sociedade espanhola atual. De acordo com um estudo realizado pelo *Centro Sociológico de Investigaciones* em 2004, 83,7% dos espanhóis consideram que a democracia é o melhor regime político, 70% estão a favor da coabitação pré-matrimonial, 45% se mostraram a favor do aborto, 64,3% aprovam a homossexualidade, 67,7% consideram que os casais homoafetivos devem ter os mesmos direitos que os casais de sexos diferentes e 66% aprovam o casamento homoafetivo.

A categoria dos jovens foi onde se encontrou uma maior presença de valores pós-materialistas. Tendo em vista que estas mudanças não são imediatas e demoram em se cristalizar nos indivíduos, as novas gerações são as que vão fixando os novos valores. Segundo a pesquisa de opinião do CIS de 2008, 80% dos jovens aceitam o homossexualismo e 76% estão a favor do

casamento homoafetivo. Apenas 16% se mostraram contrários ao aborto, 74% apoiam a eutanásia e 55% estão a favor do ensino religioso nas escolas. Em que pese tudo isto, ainda é possível afirmar que coexistem ambos os tipos de cidadãos.

Cidadãos Materialistas X Pós-materialistas e sua Confiança nos Partidos Políticos

A aparição de novos valores leva a uma série de transformações na sociedade, desde a igualdade de direitos para a mulher ao estabelecimento de instituições públicas mais democráticas. Segundo Carballo e Moreno (2013), o auge dos valores pós-modernistas modifica a agenda da sociedade industrial avançada, afastando-a de sua ênfase no crescimento econômico a qualquer preço e levando-a a uma maior preocupação com os custos que gera ao meio ambiente. Também se produziram modificações nas divisões políticas para além daquelas baseadas em conflitos entre as classes sociais, baseando-se em clivagens sobre assuntos culturais e a temas relacionados à qualidade de vida. A Espanha apresenta evidências da existência de clivagens de valores cristalizadas, de modo que os valores são apenas um dos determinantes do voto atualmente (MORENO, 2013). Moreno afirma que, para que estas clivagens se cristalizem, é necessário que os partidos políticos articulem estes valores dentro das posições ideológicas e das preferências partidárias.

Neste sentido, percebe-se que os partidos políticos na Espanha têm adaptado suas ofertas, fazendo-as coincidir com as demandas dos cidadãos. Entretanto, a inclusão da questão dos valores ao discurso político dos partidos não alcançou evitar uma crise dos partidos políticos e o antipartidismo. Tanto um quanto o outro podem ser entendidos como os sentimentos negativos e a desconfiança nos partidos políticos (TORCAL, MONTERO e GUNTHER, 2007). Nota-se que cada vez mais os partidos são vistos como predominantemente interessados em si mesmos, lutando eternamente entre si

em vez de esforçar-se na busca de um bem comum, incapazes de sustentar ideias políticas consistentes, e propensos à corrupção (POGUNTKE, 1996: 320). Tudo isto acabou por levar ao declive generalizado dos partidos políticos.

Geralmente, os partidos tradicionais ou mais antigos continuam representando as demandas mais tradicionais e estão identificados com o sistema, em que pese haver incluído alguns novos valores. Por outro lado, os novos partidos foram capazes de gerar novas demandas como ecologismo, a excessiva centralização do estado ou a imigração. No caso espanhol, a esquerda, através de diversas crises, captou mais rapidamente as novas dimensões do conflito, conectando-se com os valores dos mais jovens, enquanto que a direita continua ainda pendente de evoluir aos valores pós-materialistas (TORCAL, 1989: 252).

Em que pese tudo isto, o fato de haver cidadãos com valores diferentes – materialistas e pós-materialistas, e, portanto, com interesses e participação em política desiguais, pode provocar uma avaliação desigual dos partidos políticos. Tendo isto em vista, cabe indagar se todos os cidadãos confiam da mesma forma nos partidos, ou, ao contrário, ser materialista ou pós-materialista afeta a confiança nos partidos.

Os cidadãos pós-materialistas tendem a interessar-se mais pela política, estar mais informados, ter uma maior mobilidade cognitiva, ser mais críticos e exigentes com as políticas e instituições e tomar parte nas formas de participação não convencionais. No outro sentido, os cidadãos materialistas tendem a ser mais apáticos politicamente, pouco críticos e mais influenciados pelos meios de comunicação e as informações que passam. Por conseguinte, é de esperar-se que os cidadãos pós-materialistas sejam mais críticos em relação aos partidos políticos e estejam menos satisfeitos com eles.

Entretanto, os cidadãos materialistas também podem mostrar-se altamente insatisfeitos com os partidos, ainda que por razões diferentes.

Conforme salienta Torcal, Montero e Gunther (2007), o antipartidismo, é dizer, os sentimentos negativos em relação a alguns partidos pode ser reativo, uma resposta à sua insatisfação com as elites dos partidos e os rendimentos destes, ou ainda cultural, mais estável e menos vinculados às mudanças políticas, produto do capital social, socialização, educação e quantidade de informação política – a cultura política do país. Estes diferentes tipos de antipartidismo dão lugar a consequências distintas. O antipartidismo cultural está associado a altos níveis de passividade política, enquanto que o antipartidismo reativo poderia gerar o efeito positivo de mobilizar os cidadãos para demandar mudanças nas ações dos partidos ou exigir o estabelecimento de novos representantes.

Neste sentido, apresentando-se ambos os tipos de cidadãos, materialistas e pós-materialistas, a existência de sentimentos negativos em relação aos partidos poderia ser devido à existência destes dois tipos distintos de apartidismo, sendo o reativo mais próprio dos pós-materialistas e o cultural mais próprio dos materialistas.

Medir os valores culturais é uma complicada tarefa, dada a dificuldade para se criar uma dimensão que reflita as mudanças culturais. Contudo, pode-se tentar através de um modelo baseado nas preferências que mostrem os cidadãos por uma série de objetivos a longo prazo (TORCAL, 1989). Sendo assim, seguindo os principais elementos do modelo de Inglehart (1990), foram tomados 12 (doze) indicadores agrupados em duas variáveis – materialistas e pós-materialistas – sistematizados por Torcal (1989) para o caso espanhol. Todos eles estão demonstrados no Quadro 1 e refletem objetivos a longo prazo.

Quadro 1

VARIÁVEL	<i>MATERIALISTA</i>	<i>PÓS-MATERIALISTA</i>
INDICADORES	Manter a ordem no país	Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões relevantes do governo
	Frear o aumento de preços	Proteger a liberdade de expressão
	Diminuir as desigualdades sociais	Promover a participação dos cidadãos em seu trabalho e locais de residência
	Melhorar saúde e educação públicas	Manter as cidades e o campo
	Luta contra o desemprego	Buscar a uma sociedade mais humana e menos impessoal
	Diminuir a insegurança dos cidadãos	Buscar uma sociedade onde as ideias sejam mais importantes que o dinheiro

Fonte: Torcal, 1989

Torcal (1989) exclui de seu modelo duas questões presentes no modelo de Inglehart (1977). Uma delas refere-se a questões das Forças Armadas, devido à tradição neutralista da Espanha e o papel desempenhado pelos militares no país durante o último século. O outro se trata da adaptação do crescimento econômico a questões mais relevantes no país, como a luta contra o desemprego e o controle da subida de preços.

Testando a relação de materialismo/pós-materialismo e a confiança nos partidos políticos: o caso espanhol

Com base na revisão da literatura anterior percebemos que quanto mais “pós-materialista” é o cidadão menos confiança ele teria com os partidos políticos, já que estaria mais propício a valorizar as outras formas de participação que não a institucional. O cidadão mais pós-materialista é, assim, um ser mais desconfiado dos partidos políticos. A parte que segue no trabalho irá realizar o teste desta afirmação.

Para testar esta afirmação, divide-se esta parte em duas etapas: a primeira irá descrever o cidadão espanhol que foi pesquisado nas quatro ondas da pesquisa do *World Values Surveys* (WVS) aplicadas à Espanha; na segunda etapa apresenta-se o índice de pós materialismo e correlaciona-se este com a confiança nos partidos pelo cidadão espanhol.

A primeira variável sócio demográfica que se analisa é o sexo dos entrevistados. A Espanha teve seus cidadãos entrevistados nas quatro ondas do WVS, e por isso é possível observar as mudanças ocorridas no perfil dos entrevistados. Quanto ao sexo não se pode observar uma grande variação, já que os percentuais de homens e mulheres se mantiveram muito próximos nas ondas da pesquisa.

Tabela 1: Sexo dos pesquisados por onda da pesquisa

			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Onda 1989-1993	N	682	828	1510	
	%	45,2%	54,8%	100,0%	
1994-1999	N	585	626	1211	
	%	48,3%	51,7%	100,0%	
1999-2004	N	588	621	1209	
	%	48,6%	51,4%	100,0%	
2005-2007	N	600	600	1200	
	%	50,0%	50,0%	100,0%	
Total	N	2455	2675	5130	
	%	47,9%	52,1%	100,0%	

Fonte: World Values Surveys

Como se observa na Tabela 1, as mulheres foram a maioria dos entrevistados nas três primeiras rodadas da aplicação da pesquisa. Na última rodada (2005-2007), elas apresentam o mesmo número de entrevistadas do que os homens entrevistados – 600 entrevistas.

A segunda característica analisada é a faixa etária dos entrevistados. A tabela 2 apresenta três faixas etárias determinadas pelo WVS. Estas taxas são

representativas da distribuição etária da população espanhola durante o período da onda da pesquisa.

Tabela 2: Faixa Etária dos pesquisados por onda da pesquisa

			Faixa etária			Total
			15-29 anos	30-49 anos	50 ou + anos	
Onda 1989-1993	N	413	535	562	1510	
	%	27,4%	35,4%	37,2%	100,0%	
1994-1999	N	321	404	486	1211	
	%	26,5%	33,4%	40,1%	100,0%	
1999-2004	N	276	437	496	1209	
	%	22,8%	36,1%	41,0%	100,0%	
2005-2007	N	275	435	490	1200	
	%	22,9%	36,3%	40,8%	100,0%	
Total	N	1285	1811	2034	5130	
	%	25,0%	35,3%	39,6%	100,0%	

Fonte: World Values Surveys

Os dados da Tabela 2 mostram que o percentual de população jovem (15 – 29 anos) veio se reduzindo na pesquisa, ao passo que a população adulta (30 – 49 anos) e a população mais velha (50 ou mais) tiveram sua presença majorada. Essa diferença se apresenta até pela mudança etária por que toda a Europa e a Espanha passaram nos últimos anos. Os idosos são cada vez mais presentes na sociedade europeia e os jovens apresentam uma diminuição na sua presença.

A variável a seguir analisada é a de nível educacional do pesquisado. A pesquisa divide os pesquisados em três níveis educacionais, a saber, baixo, médio e alto. A base de dados disponível no site da pesquisa não apresenta os dados para a primeira rodada da pesquisa (1989 - 1993), e por isso a esta análise se atem às três rodadas disponíveis.

O nível educacional do cidadão espanhol apresentou uma ligeira melhora durante a série pesquisada. A Tabela 3 apresenta uma redução de 9,8% de entrevistados com baixo índice educacional (de 64,6% para 54,8%).

Ao mesmo tempo, tem-se também uma redução do percentual de entrevistados que estão localizados na faixa de alta escolaridade (de 16,2% para 15,1%), ou seja, tem-se um aumento de pessoas entrevistadas de nível educacional médio de 10,9% (de 19,2% para 30,1%). Como a pesquisa do WVS é realizada com base em cotas que são representativas da sociedade, o que se observa é um aumento do número de pessoas com educação média¹ na Espanha durante o período estudado.

Tabela 3: Nível Educacional dos pesquisados por onda da pesquisa

			Nível Educacional			Total
			Baixo	Médio	Alto	
Onda	1994-1999	N	779	232	195	1206
		%	64,6%	19,2%	16,2%	100,0%
	1999-2004	N	723	298	186	1207
		%	59,9%	24,7%	15,4%	100,0%
	2005-2007	N	647	355	178	1180
		%	54,8%	30,1%	15,1%	100,0%
Total		N	2149	885	559	3593
		%	59,8%	24,6%	15,6%	100,0%

Fonte: World Values Surveys

Apresentado o nível educacional, dedica-se à análise da última variável sócio demográfica, a classe social dos entrevistados. Utiliza-se a distribuição de classe presente na base de dados disponibilizada pela pesquisa em seu website, devido à facilidade de análise. Questionamentos podem ser levantados pela utilização desta divisão, mas optou-se por utilizar o que já foi elencado pelo grupo de pesquisadores do WVS.

¹ Um destaque quanto às características de nível educacional é importante: resolvemos utilizar a classificação do próprio WVS devido a sua presença no banco. No entanto, para análises mais completas a reclassificação dessas faixas pode se mostrar interessante.

Tabela 4: Classe dos pesquisados por onda da pesquisa

		Classe Social					Total
		Classe Alta	Classe Média Alta	Classe Média Baixa	Classe Trabalhadora	Classe Baixa	
Onda 1994-1999	N	6	155	305	608	91	1165
	%	,5%	13,3%	26,2%	52,2%	7,8%	100,0%
1999-2004	N	7	202	418	524	43	1194
	%	,6%	16,9%	35,0%	43,9%	3,6%	100,0%
2005-2007	N	12	34	767	316	44	1173
	%	1,0%	2,9%	65,4%	26,9%	3,8%	100,0%
Total	N	25	391	1490	1448	178	3532
	%	,7%	11,1%	42,2%	41,0%	5,0%	100,0%

Fonte: World Values Surveys

Assim como nos dados de nível educacional, a base de dados não possui os dados para a primeira rodada da pesquisa. Com isso o trabalho se ateve apenas às três últimas rodadas do WVS para a Espanha. O primeiro destaque é de que a maioria dos entrevistados é apresentada como pertencente às classes média baixa e à classe trabalhadora, observando que a classe média baixa teve o seu percentual de participação nos entrevistados mais que duplicada no decorrer das rodadas, saindo de 26,2% e chegando a 6,4%. Ao passo que o de pertencentes à classe trabalhadora sai de 52,2% e chega a 26,9%. A classe média (alta e baixa) ao final da última rodada de entrevista apresenta-se como a que possui o maior percentual de pessoas entrevistadas (68,3%).

Apresentadas as características dos entrevistados pelo WVS durante as quatro rodadas aplicadas a Espanha, o trabalho passa a se dedicar à análise dos dados do objeto em destaque no trabalho aqui apresentado. Como já destacado anteriormente, este trabalho irá testar a hipótese teórica de que quanto mais um cidadão possui valores pós-materialistas maior será a sua desconfiança para com os partidos políticos, já que estaria mais propício a ser adepto de participações não tradicionais, como os partidos políticos, bem como seria mais crítico às instituições formais.

O primeiro passo para se testar esta hipótese é apresentar a distribuição da população quanto à confiança nos partidos políticos na série histórica da pesquisa.

Tabela 5: Confiança nos partidos por onda da pesquisa

			Confiança nos partidos		Total
			Não Confia	Confia	
Onda	1989-1993	N	496	769	1265
		%	39,2%	60,8%	100,0%
	1994-1999	N	947	216	1163
		%	81,4%	18,6%	100,0%
	1999-2004	N	842	321	1163
		%	72,4%	27,6%	100,0%
	2005-2007	N	832	332	1164
		%	71,5%	28,5%	100,0%
Total		N	3117	1638	4755
		%	65,6%	34,4%	100,0%

Fonte: World Values Surveys

A tabela 5 apresenta um dado importante: entre a rodada de 1989-1993 e 1994-1999 a confiança nos partidos se deteriora de uma forma muito significativa. Na primeira onda da pesquisa (1989-1993) 60,8% dos entrevistados confia nos partidos políticos, ou seja, a maioria dos entrevistados. Já na segunda onda (1994-1999) a relação se inverte, com uma grande maioria (81,4%) dos entrevistados que não confiam nos partidos políticos. Esta proporção de desconfiança é observada nas duas ondas posteriores, com 72,4% de desconfiança na onda de 1999-2004 e 71,5% na onda de 2005-2007.

O próximo detalhamento sobre o qual vamos debruçar o nosso olhar se refere à variação no Índice de Pós-materialismo nas ondas da Pesquisa Mundial de Valores. Como discutido na revisão feita anteriormente, o índice é composto de 12 variáveis que irão mensurar se o cidadão possui mais valores materialistas e/ou pós-materialistas. O índice é composto por uma escala de

seis pontos onde o 0 (zero) é o cidadão materialista e o 5 (cinco) é o cidadão pós-materialista (INGLEHART, 1990).

Tabela 6: Índice de Pós-materialismo por onda da pesquisa

		Índice de Pós-materialista					Total	
		Materialista	1	2	3	4		Pós-materialista
Onda 1989-1993	N	61	217	331	343	229	103	1284
	%	4,8%	16,9%	25,8%	26,7%	17,8%	8,0%	100,0%
1994-1999	N	69	195	280	349	153	71	1117
	%	6,2%	17,5%	25,1%	31,2%	13,7%	6,4%	100,0%
1999-2004	N	72	198	290	343	186	55	1144
	%	6,3%	17,3%	25,3%	30,0%	16,3%	4,8%	100,0%
2005-2007	N	109	208	333	290	165	36	1141
	%	9,6%	18,2%	29,2%	25,4%	14,5%	3,2%	100,0%
Total	N	311	818	1234	1325	733	265	4686
	%	6,6%	17,5%	26,3%	28,3%	15,6%	5,7%	100,0%

Fonte: World Values Surveys

Segundo os dados da Tabela 6 temos uma redução de 4,8% dos eleitores pós-materialistas e um aumento de 5,2% dos eleitores com valores materialistas ao se comparar as ondas do WVS aplicados à Espanha. Se observarmos os dados de forma a unir os pontos de zero a dois como cidadãos espanhóis com mais valores materialistas e os com pontuação de três a cinco com cidadãos com mais valores pós-materialistas observamos a mudança de espectro de forma mais clara.

Os cidadãos com valores materialistas são majorados em 9,6% entre a primeira e a última onda da pesquisa, saindo de 47,4% e finalizando em 57%, sendo que da rodada de 1999-2004 para a de 2005-2007 temos o maior “crescimento” no percentual de entrevistados com valores materialistas (de 49% para 57%). Os espanhóis, segundo o WVS, saíram de um patamar composto por uma maioria de 52,6% com valores pós-materialistas e chegaram a um nível de 57% de pessoas com valores materialistas, o que indica uma tendência diferente do que prevê a literatura. O que é esperado

pela literatura é que os cidadãos seriam levados com um passar dos anos a valores pós-materialistas em detrimento a valores materialistas. Esta variação apresentada pela Espanha é interessante e necessita ser mais estudada com o uso de outras variáveis e indicadores. O presente trabalho não tem como intuito esta explicação, mas acreditamos que tal tendência deve ser explorada em trabalhos futuros sobre o tema.

Apresentada as variáveis, que são a base deste estudo, de forma independente o próximo passo é buscar traçar a correlação entre as mesmas, de forma a possibilitar o teste da hipótese teórica que guia este trabalho. A Tabela 7 apresenta os valores da correlação entre a Confiança nos Partidos Políticos e o Índice de Pós-materialismo.

Tabela 7: Correlação entre Confiança nos partidos e Índice de pós-materialismo

		Confiança nos partidos	Índice de pós-materialismo
Confiança nos partidos	Pearson Correlation	1	-,032*
	Sig. (2-tailed)		,034
	N	4755	4447
Índice de pós-materialismo	Pearson Correlation	-,032*	1
	Sig. (2-tailed)	,034	
	N	4447	4686

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: World Values Surveys

A Tabela 7 demonstra que não existe correlação entre as duas variáveis. A correlação não é significativa (0,034) o que demonstra que não podemos afirmar existir uma correlação entre o aumento dos valores pós-materialistas e a desconfiança nos partidos políticos para o caso espanhol. O que nos leva a rejeitar a hipótese nula da nossa análise, ou seja, de acordo com os dados do WVS para a Espanha nas suas quatro rodadas agregadas, não temos uma correlação entre o cidadão ser pós-materialista e rejeitar os partidos.

O que nos leva à seguinte pergunta: o que acontece de tão especial na Espanha que levam os dados a apontarem a um caminho diverso da teoria?

Em busca desta interpretação traremos nas Tabelas 8 e 9 os dados separados por ondas de pesquisa. A análise dos dados de forma individual por rodada irá trazer um pouco mais de força para a análise aqui apresentada.

Tabela 8: Confiança nos Partidos por Índice de Pós-materialista

Onda			Confiança nos partidos		Total
			Não Confia	Confia	
1989-1993	Materialista	N	17	22	39
		%	43,6%	56,4%	100,0%
	1	N	60	121	181
		%	33,1%	66,9%	100,0%
	2	N	92	199	291
		%	31,6%	68,4%	100,0%
	3	N	112	200	312
		%	35,9%	64,1%	100,0%
	4	N	103	113	216
		%	47,7%	52,3%	100,0%
	Pós-materialista	N	62	38	100
		%	62,0%	38,0%	100,0%
	Total	N	446	693	1139
		%	39,2%	60,8%	100,0%
1994-1999	Materialista	N	46	16	62
		%	74,2%	25,8%	100,0%
	1	N	145	42	187
		%	77,5%	22,5%	100,0%
	2	N	219	51	270
		%	81,1%	18,9%	100,0%
	3	N	293	50	343
		%	85,4%	14,6%	100,0%
	4	N	124	28	152
		%	81,6%	18,4%	100,0%
	Pós-materialista	N	54	16	70
		%	77,1%	22,9%	100,0%
	Total	N	881	203	1084
		%	81,3%	18,7%	100,0%
1999-2004	Materialista	N	46	23	69

		%	66,7%	33,3%	100,0%
	1	N	131	62	193
		%	67,9%	32,1%	100,0%
	2	N	211	70	281
		%	75,1%	24,9%	100,0%
	3	N	228	98	326
		%	69,9%	30,1%	100,0%
	4	N	139	44	183
		%	76,0%	24,0%	100,0%
	Pós-materialista	N	46	7	53
		%	86,8%	13,2%	100,0%
	Total	N	801	304	1105
		%	72,5%	27,5%	100,0%
2005-2007	Materialista	N	82	26	108
		%	75,9%	24,1%	100,0%
	1	N	145	59	204
		%	71,1%	28,9%	100,0%
	2	N	224	100	324
		%	69,1%	30,9%	100,0%
	3	N	212	75	287
		%	73,9%	26,1%	100,0%
	4	N	108	53	161
		%	67,1%	32,9%	100,0%
	Pós-materialista	N	27	8	35
		%	77,1%	22,9%	100,0%
	Total	N	798	321	1119
		%	71,3%	28,7%	100,0%

Fonte: World Values Surveys

A Tabela 8 apresenta os dados de forma individualizada por nível da escala do Índice de Pós-materialismo, bem como os dados por rodadas da pesquisa. O que mais chama a atenção nesta análise é a completa inversão, já discutida na Tabela 5, que a confiança nos partidos sofre. Os pesquisados nas ondas desta pesquisa saem de um patamar de confiança nos partidos para um descrédito em sua maior parte. E uma desconfiança que, como pode ser observada, é muito próxima em todos os níveis de análise do índice de

Inglehart (1990). Independentemente do estágio do índice, a maioria dos entrevistados não confia nos partidos políticos.

E finalmente, a Tabela 9 apresenta a correlação entre as variáveis por rodada do WVS. Essa análise pormenorizada é importante para se realizar uma observação mais robusta das variáveis.

Tabela 9: Correlação entre Confiança nos partidos e Índice de pós-materialismo por rodada de pesquisa

Onda		Valor	Desvio Padrão	T ^b	Sig.
1989-1993	Gamma	-,209	,043	-4,844	,000
	Correlação Spearman	-,145	,030	-4,940	,000 ^c
	Intervalo Pearson's R	-,144	,030	-4,906	,000 ^c
	Nº de casos	1139			
1994-1999	Gamma	-,082	,058	-1,423	,155
	Correlação Spearman	-,045	,032	-1,496	,135 ^c
	Intervalo Pearson's R	-,042	,032	-1,367	,172 ^c
	Nº de casos	1084			
1999-2004	Gamma	-,102	,048	-2,134	,033
	Correlação Spearman	-,064	,030	-2,113	,035 ^c
	Intervalo Pearson's R	-,071	,029	-2,356	,019 ^c
	Nº de casos	1105			
2005-2007	Gamma	,020	,047	,435	,664
	Correlação Spearman	,013	,030	,431	,666 ^c
	Intervalo Pearson's R	,015	,029	,502	,615 ^c
	Nº de casos	1119			

a. Não aceita a hipótese nula.

b. Usando o desvio padrão assume a hipótese nula.

c. Baseado na normal aproximada

Como observado nas tabelas 8 e 9, o cidadão espanhol apresenta um descontentamento com os partidos políticos de uma forma geral, não apenas o cidadão com valores pós-materialistas. Isto impossibilita a análise de

correlação de forma agrupada, já que o modelo vai sofrer desta interferência. É interessante destacar que na primeira rodada do WVS para a Espanha há correlação das variáveis de maneira significativa, ou seja, os cidadãos com valores pós-materialistas apresenta maior rejeição aos partidos políticos que os cidadãos materialistas, o que pode se dar devido à existência de um percentual significativo de pessoas que confiam nos partidos. Todavia, como já discutido acima, entre a primeira e a segunda onda de pesquisa a desconfiança para com os partidos políticos deu um salto. Este salto, no entanto, não pode ser explicado apenas com as variáveis elencadas neste trabalho.

Conclusão

Presenciou-se nos últimos anos uma forte tendência à mudança nos valores considerados como prioritário para os indivíduos. De valores como segurança individual e economia, considerados valores materialistas, os indivíduos passaram a preocupar-se mais com questões relativas a uma maior participação dos cidadãos na vida política.

Ao mesmo tempo, observou-se nos últimos anos uma crescente e generalizada desconfiança nos partidos políticos, representada por um descenso no número de afiliados e na presença de um sentimento antipartidista.

Este trabalho buscou verificar a relação entre o crescimento de valores pós-materialistas e o aumento da desconfiança nos partidos políticos na Espanha. Com base na literatura teórica apresentada, buscou-se testar a hipótese de que quanto mais pós-materialista é o indivíduo menos confiança ele tem em relação aos partidos políticos.

A análise realizada não confirma a hipótese proposta para a pesquisa. Os dados demonstram não haver uma correlação entre possuir valores pós-materialistas e ser mais desconfiado em relação aos partidos políticos no caso da Espanha. Os cidadãos espanhóis mostraram-se desconfiados em relação

aos partidos políticos de forma generalizada, independentemente de possuírem valores materialistas ou pós-materialistas.

Neste sentido, no caso espanhol, os dados apontam a um caminho diverso do tratado pela teoria clássica dos valores. A incorporação ou não de valores pós-materialistas não é capaz de explicar a desconfiança nos partidos políticos por parte dos cidadãos espanhóis. Sendo assim, parece importante a realização de estudos adicionais que busquem explicar o crescente aumento na desconfiança dos indivíduos em relação aos partidos políticos e testem o antipartidismo reativo e cultural, assim como sua evolução no país nos últimos anos. Variáveis culturais, históricas e institucionais devem ser arroladas para uma explicação mais robusta deste fenômeno.

Referências

- CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro. *El cambio de valores en America Latina: Hallazgos de La encuesta mundial de valores*. CESOP: DF (Mexico), 2012. 2013.
- INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- MORENO, Alejandro: "Value Cleavages Revisited" In: *Values changes in Latin America*. 2013.
- POGUNTKE, T. (1996) Anty-party Sentiment: Conceptual thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield, *European Journal of Political Research*, n.29, p. 319-344.
- RIBEIRO, Ednaldo. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2011.
- RIBEIRO, Ednaldo. Pós-materialismo e participação política no Brasil. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, Goiás. p. 375-387. 2008.
- TORCAL, M. (1989) La dimensión materialista/postmaterialista en España: las variables del cambio cultural, nota de investigación, Fundación Ortega y Gasset, Madrid.
- TORCAL, M., MONTERO, J.R. y GUNTHER, R. Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas, Estudio/workingpaper 6/2002.

O FATOR MARINA: NOVO OU VELHO?

Gláucio Soares

Pesquisador do IESP/UERJ

✉ soares.glaucio@gmail.com

Resumo: *O presente artigo considera o súbito falecimento do candidato à presidência Eduardo Campos e as consequências deste acontecimento inesperado sobre os resultados encontrados pelas pesquisas de intenções de voto. Faz-se uma análise comparativa entre os números obtidos nas pesquisas realizadas em abril e agosto e, a partir destes, apresenta-se alguns possíveis cenários eleitorais.*

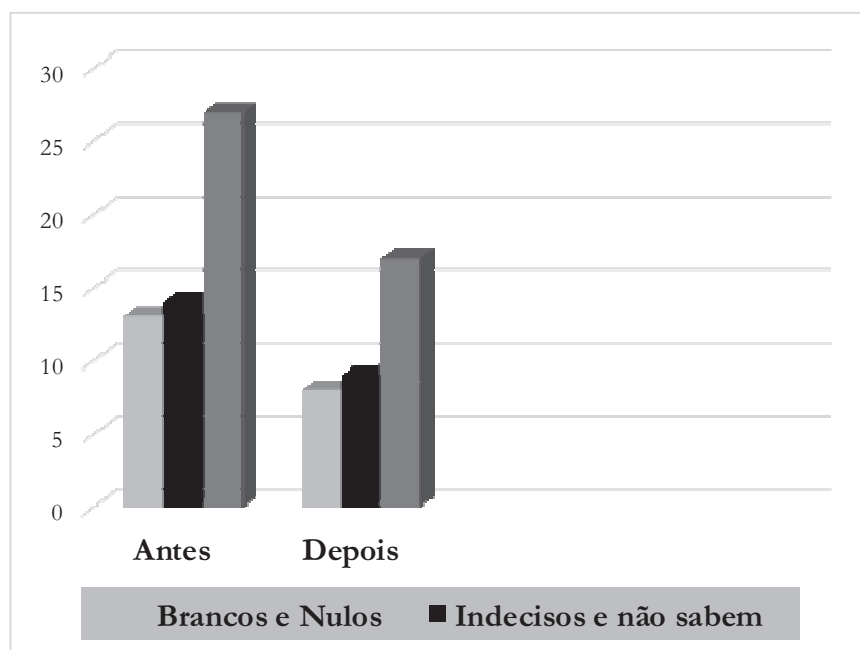
Palavras-chave: *eleições, eleições 2014, pesquisa eleitoral, Eduardo Campos.*

Abstract: *This paper considers the sudden death of the presidential candidate Eduardo Campos and consequences of this unexpected event on the results found in surveys of voting intentions. A comparative analysis is developed from the numbers obtained in surveys conducted in April and August and, from these, some possible electoral scenarios are presented.*

Keywords: *elections, 2014 elections, election poll, Eduardo Campos.*

As leituras dos primeiros resultados posteriores à morte de Eduardo Campos enfatizam que as percentagens das intenções de voto dadas a Dilma e Aécio continuam iguais às das pesquisas com metodologias semelhantes realizadas pouco *antes* da tragédia. De onde veio o crescimento de Marina *em adição às intenções de Eduardo Campos*? Essas análises concluem que Marina mobilizou parte dos indecisos, dos que não prendiam votar etc. Os “nulos e brancos”, 13%, baixaram a 8%. Cinco por cento que, possivelmente, foram para Marina. Esses não queriam votar em nenhum dos três candidatos anteriores. Os indecisos eram 14% e baixaram para 9%: mais 5% que também para Marina. Não sabiam em quem votar, nem se votariam. Agora sabem, chegando a dez por cento.

Tabela 1 - Efeito Mobilização



Fonte: Autor

Mesmo assim, o crescimento de Marina em relação a Eduardo Campos foi maior. Faltam alguns pontos percentuais. Se olharmos as intenções de voto para os demais candidatos, pequenos e nanicos, encontraremos transferências prováveis para Marina. Só então as contas fecham.

Votos positivos e negativos

Há votos negativos. Os insatisfeitos com "isto que está aí (os 12 anos do PT) não votariam em Dilma em hipótese alguma, e os insatisfeitos com os oito anos que estiveram lá (PSDB) tampouco votariam em Aécio. É interessante que Marina não alterou as percentagens dos inclinados a votar em Dilma e em Aécio – a menos que tenhamos tido movimentos compensatórios de votos: tanto Dilma quanto Aécio teriam perdido parte dos votos de um lado, mas recebido votos de outros lados na exata proporção. Algum trânsito de votos desse tipo se dá, mas a igualdade das percentagens desses dois candidatos conspira contra a teoria desses movimentos que se anularam. O segundo turno revela que o peso do voto "qualquer um, menos do PT" é

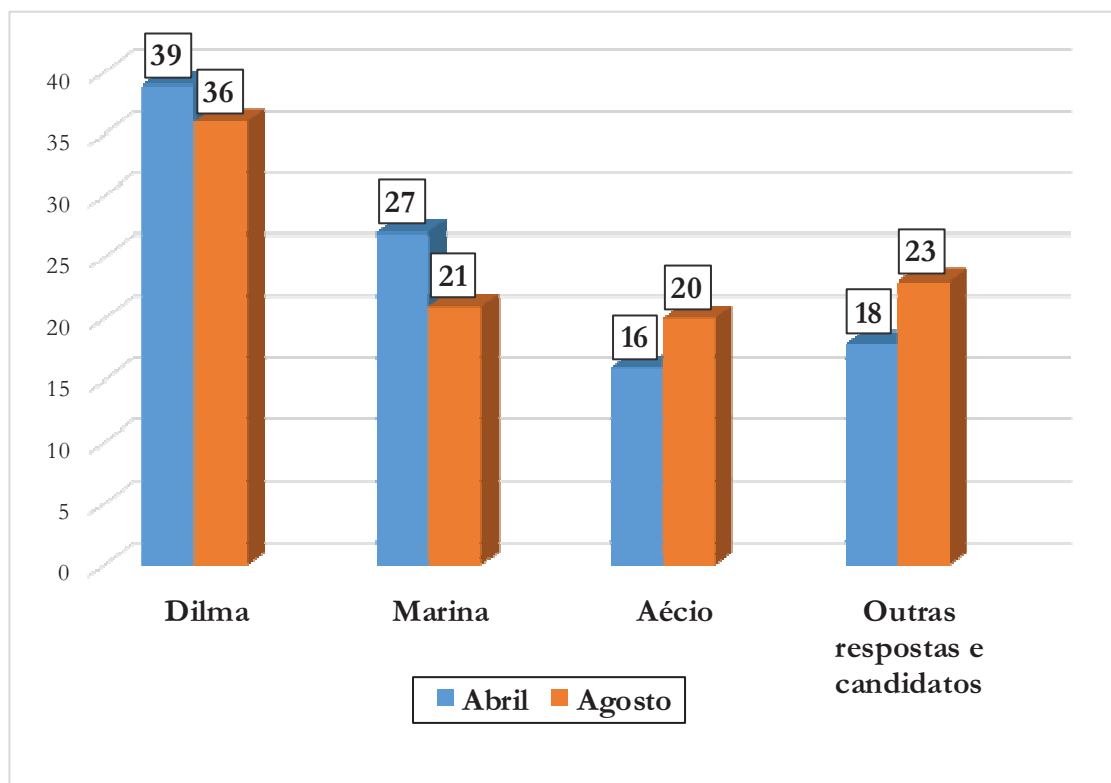
menor do que o do voto "qualquer um, menos do PSDB" Aécio transfere mais para Marina do que vice-versa, o que explica o maior crescimento de Marina no segundo turno. Essa transferência se faz ainda que a rejeição a Dilma seja maior do que a Aécio.

Intenções de voto em abril e em agosto

A percentagem recebida por Marina nessa pesquisa não deveria surpreender, porque não é novidade: há poucos meses, em abril, *antes da Copa*, com os candidatos induzidos (os entrevistadores liam o nome dos candidatos), Dilma aparecia com 39%, Marina tinha 27% e Aécio ficava com 16%. Houve oscilações durante essa queda e os ganhos de Aécio, significativos inicialmente, pararam depois.

De lá para cá Dilma caiu três pontos e Aécio subiu quatro mas estagnou. Marina recebia, proporcionalmente, mais intenções de voto em abril do que em agosto: 27% contra 21%. Sem outras alterações de qualquer tipo, poderá avançar vários pontos ainda no primeiro turno. Na pesquisa pós-Eduardo, Marina recebeu seis pontos a menos do que quatro meses antes. Não houve um forte “efeito da morte de Eduardo” favorável a Marina: ela tinha mais intenções de voto em abril. Para que esse efeito, no qual tantos acreditam, tenha existido, é necessário supor que houve uma queda de Marina depois de abril, no período posterior à pesquisa de abril e anterior à morte de Eduardo. Se houve, não há como saber.

Tabela 2 - Distribuição das intenções em abril e agosto de 2014



Fonte: Autor

E o segundo turno?

Antes das eleições, toda estimativa é futurologia e nada mais do que isso. Aqui vai o que leio – até agora - e a história não para! O dado mais importante é o maior crescimento de Marina em relação ao de Aécio do primeiro para o segundo turno. Marina receberia 47% dos votos validos e Aécio apenas 39%. Há sete pontos a mais de diferença. Claramente, Aécio transferiria mais votos para Marina do que vice-versa. *Acredito* (meu chute) que ainda há votos entre os demais candidatos, pequenos e nanicos, que migrarão, ainda este turno, para os que podem vencer. Quantos ninguém sabe – é o voto útil. Talvez seja possível reduzir os votos nulos e em branco e que alguns indecisos se decidam. Essas intenções de voto perfazem 23% do total; em abril atingiam apenas 18%.

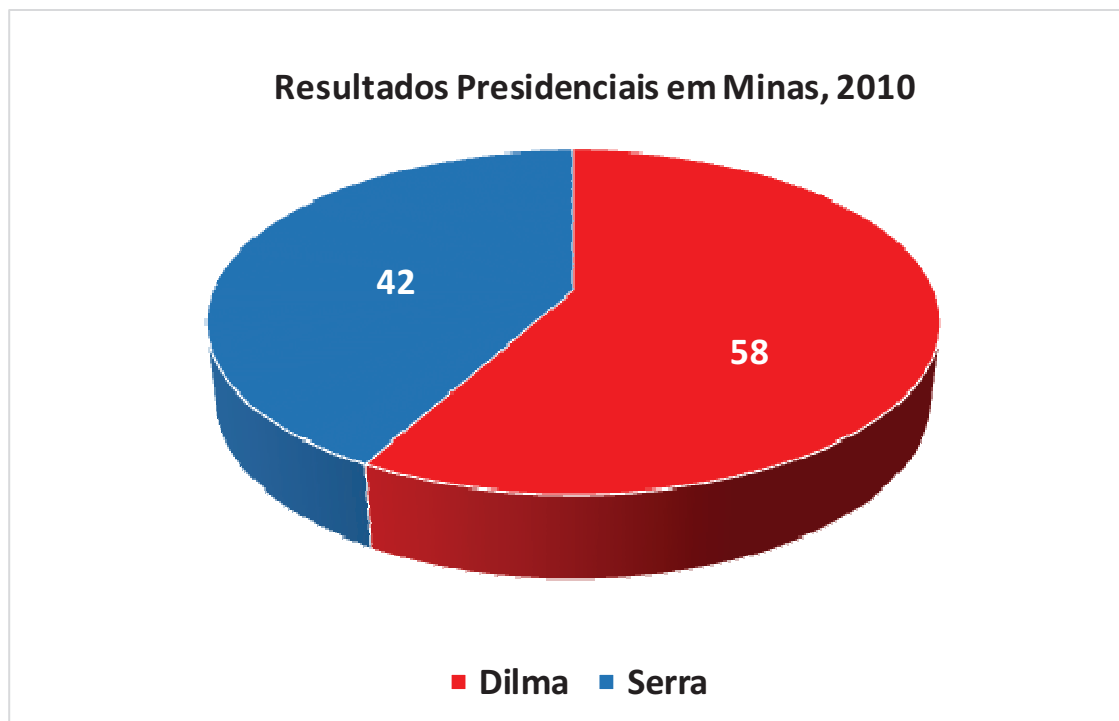
O que diz a história?

Porém, as três últimas eleições não aconselham interpretações extremas do que acontecerá com os votos nulos, em branco e com as abstenções no segundo turno. Somados, eles significam 27% dos que podiam votar em 2002, 26,7% em 2006 e 26,5% em 2010 – eleição da qual Marina participou. É um patamar histórico que se mantém. Ou teremos uma brecha na tendência histórica ou talvez 5% ou mais dos que declararam intenção de voto na pesquisa não votarão em Outubro.

Situação Sartreana.

Aécio precisa preservar Marina e vice-versa para que haja segundo turno. Neste, para vencer, Aécio precisaria de uma transferência muito maior de votos de Marina do que as pesquisas indicam que receberia nesse momento. Dilma já deve ter percebido que Aécio dificilmente a derrotará, seja no primeiro, seja no segundo turno, e terá que girar os canhões para paralisar Marina no primeiro turno. Isso facilita o trabalho de Aécio, que pode atacar Dilma e preservar Marina. Aécio evitará críticas pesadas a Marina, concentrando-as em Dilma. Dados os antagonismos entre PT e PSDB (lembro com tristeza que petistas e tucanos que hoje se odeiam lutaram juntos contra a ditadura, pelo MDB). Hoje há rancores, rivalidades e ódios profundos, e as mudanças de votos de um para outro serão poucas.

O fogo amigo



Fonte: Autor

A análise regional mostra uma importante debilidade de Aécio. Na sua região, o Sudeste, receberia (sempre de acordo com a pesquisa) menos do que Dilma (29% contra 24%), com Marina recebendo outros 22%. É a região com mais votos no país. Considerando que Aécio foi governador de Minas e elegeu o sucessor, que está disparado na corrida para o Senado, por um lado, e que, em São Paulo, Alkmin tem metade das intenções de voto e que Serra está na frente na disputa da carreira de senador, as intenções de voto para Aécio estão muito abaixo do que seria de esperar. Para explicar essa diferença entre o que o candidato poderia (deveria?) receber e o que está recebendo, recorro a duas explicações: o PSDB, o grande adversário do PT, é um partido de forte predomínio paulista. Seus seis candidatos anteriores foram todos paulistas: Covas, FHC duas vezes, Alkmin, Serra duas vezes. O PSDB pensa paulista e o Brasil é muito mais do que isso. É um possível elemento na análise.

O paulistismo do PSDB foi exacerbado por um colossal erro de cálculo de Aécio: não arregaçou as mangas pelos companheiros paulistas em duas eleições anteriores. Dilma derrotou Serra com 58% vs 42%

No segundo turno em Minas, a mesma diferença percentual do primeiro turno, 16 (47% vs. 31%). Enquanto isso, Anastasia foi eleito governador com 63% dos votos, sendo sua votação mais do que o dobro da de Serra no mesmo estado. Vitimados por Aécio e Anastasia, será difícil que Alkmin e Serra arregacem as mangas por seu correligionário mineiro. O fogo amigo mata! Como São Paulo é o maior colégio eleitoral do Brasil, a retribuição da displicência poderá ser a diferença entre a eleição e a não eleição. Graças à intervenção de Lula, Dilma deixou de ser vítima de fogo amigo. O movimento “Volta Lula” a colocou como candidata e cidadã de segunda categoria dentro daquela tendência.

Marina poderá fortalecer a sua influência se ouvir os conselhos dos políticos mais analíticos, mas também poderá despertar apoio de grupos que fornecem muitos ativistas, como, crescentemente, os evangélicos. Se não antagonizarem outros grupos religiosos e ideológicos, tudo bem; se o fizerem darão base e espaço para movimentos contrários numerosos.

Há uma importante mudança institucional no segundo turno que poderá prejudicar Dilma: no primeiro, ela disporá de, arredondando, doze minutos de tempo no rádio e na TV, ao passo que Aécio disporá de quatro minutos e meio e Marina de menos de dois minutos. O jornal *Zero Hora* calculou que Dilma Rousseff terá praticamente o triplo de Aécio Neves (PSDB) e 6,5 vezes mais do que Eduardo Campos (PSB), agora substituído por Marina. “Serão quase 12 minutos, o equivalente a 47,2% de cada bloco reservado aos presidentiáveis” afirma o jornal. A personalidade, a presidentiabilidade - e outros fatores - dos candidatos aparecem nessas oportunidades, mas apenas nas entrelinhas deixadas pelos marqueteiros,

usualmente profissionais muito competentes. O maior tempo favorece, *mas não determina*, que vencerá e quem perderá. Lula, nas duas eleições que ganhou, teve menos tempo do que seus adversários tucanos, ainda segundo o *Zero Hora*.

Há uma importante diferença no segundo turno, porque os tempos são iguais para os dois candidatos. Essa diferença pode significar mudanças, para mais e para menos, na votação dos candidatos. Quem ganha e quem perde? Só a bola de cristal sabe dizer.

LEGACIES OF RACE – IDENTITIES, ATTITUDES AND POLITICS IN BRAZIL

Nathália França Figuerêdo Porto
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ nathaliafporto@gmail.com

A temática do racismo como mecanismo de hierarquização das relações sociais em termos de classificação racial e do preconceito racial oriundo desse sistema de taxonomização tem importância indiscutível para a história brasileira, em seus termos sociais, culturais e de políticas públicas. Tradicionalmente, a visão balizada pelo senso comum de que a dinâmica racial brasileira seria caracterizada pela valorização da mestiçagem e pela dissolução de fronteiras raciais que separavam as elites das camadas mais pobres da população parece ter dominado o imaginário social brasileiro até os dias de hoje, sendo reconhecida inclusive em todo o mundo como um dos contextos raciais mais interessantes e preñhes de significado de todo o globo.

No entanto, em tempos de problematização do legado que as relações raciais no Brasil trazem à dinâmica social *per se*, frente à ascensão de movimentos neonazistas no país, à repressão aos *rolezinhos* de jovens das periferias das grandes cidades brasileiras e à incidência de episódios como o do jovem negro preso a um poste na zona Sul do Rio de Janeiro, o famigerado mito da democracia racial brasileira tem passado por constantes questionamentos. Episódios como os exemplificados acima trazem à memória, ainda que de maneira subjetiva, a comoção em torno de certos “fantasmas” da história nacional, a exemplo do período escravocrata. A polarização de opiniões observada nas redes sociais frente a esses casos

denota a necessidade de a temática das relações raciais voltar ao cerne do debate público no âmbito da sociedade civil brasileira.

A obra de Stanley Bailey, *Legacies of Race – Identities, Attitudes and Politics in Brazil*, publicada pela *Stanford University Press* em 2009, cumpre bem o papel de procurar revisitar – sob os olhos de um pesquisador não-brasileiro – a miríade de temáticas concernentes às relações raciais brasileiras, de maneira a compreender os padrões atitudinais que embasam o racismo e o preconceito de raça e cor no país. O estadunidense Stanley Bailey é sociólogo e está atualmente lotado na Universidade da Califórnia em Irvine, onde ocupa o posto de Professor Adjunto do Departamento de Sociologia. Seu objeto de estudo é a América Latina, na qual procura compreender processos envolvendo raça e etnicidade, estudo das religiões e fronteiras sociais e culturais. Desenvolveu numerosos estudos e artigos a respeito das atitudes envolvendo relações raciais no Brasil e na América Latina, e é conhecido internacionalmente por ser um representante da vertente “brasilianista” de estudos sociais, entre os quais ainda figuram nomes como Thomas Skidmore, David Samuels, Edward Telles, entre outros renomados pesquisadores.

Em *Legacies of Race*, Bailey, a grosso modo, mexe no vespeiro das relações raciais no Brasil, buscando analisar sob o ponto de vista das atitudes sociais e políticas os fundamentos cognitivos e relacionais do preconceito racial. Seu estudo permeia, entretanto, não apenas as variáveis tradicionalmente utilizadas em estudos de cultura e comportamento político, a exemplo das variáveis de perfil individual e *background*, mas também procura resgatar questões presentes de forma velada no imaginário social brasileiro.

Um dos méritos de Bailey é procurar compreender a caixa-preta do racismo no Brasil, sem deixar de considerar a complexidade do tema e a relevância do mesmo para a compreensão dos moldes da estratificação racial e social no país, bem como a diversidade de opiniões frente a políticas que visam à correção de certas injustiças históricas. Bailey procura compreender

com rigor quais são as ideias que embasam o senso comum brasileiro a respeito da dinâmica racial, e para isso promove um esforço de resgate do pensamento social e político produzido no Brasil que, a seu ver, é o repositório intelectual desse senso comum partilhado entre a sociedade civil brasileira. Não deixa de reconhecer, sobretudo, que o mito da democracia racial é um contrassenso *per se* desde sua criação.

Em sua revisão bibliográfica, o autor mobiliza principalmente os escritos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, expoentes da vertente culturalista da Sociologia brasileira. Posteriormente, analisa o conteúdo de outras produções igualmente relevantes para o estudo do racismo no país, mas com outros enquadramentos, a exemplo da produção de Florestan Fernandes e da escola paulista de Sociologia, que, empregando uma ótica essencialmente estrutural-funcionalista, procurou investigar os desafios da integração das populações marginalizadas à sociedade estratificada em classes sociais. Outros estudos, como os de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle a partir dos anos 1970, sob a ótica de Demografia (em que se observava a associação entre racismo e mercado de trabalho, entre outros achados importantes), também são importantes para se compreender o crescimento da importância científica da temática no Brasil. Bailey destaca, ainda, as gerações posteriores de estudos raciais no Brasil, com destaque para a obra de Antônio Sérgio Guimarães, Racismo e Anti-Racismo no Brasil (1999).

A despeito da utilização de pesquisas de opinião pública no formato *survey* para a análise que faz da persistência de padrões atitudinais identificados na sociedade civil brasileira, Bailey não reduz as potencialidades de seu objeto de estudo à análise estatística, mas sim procura recheiar as hipóteses testadas com contribuições da literatura brasileira e da teoria internacional sobre atitudes raciais e opinião pública, partindo do pressuposto que, no Brasil, há a carência de tematização e problematização do fenômeno do racismo sob a ótica do comportamento social e político. Ao longo de seu estudo, Bailey

busca responder às suas perguntas de pesquisa, que concernem sobretudo aos aspectos mais qualitativos das relações raciais no país.

De acordo com Bailey, o estudo dos padrões atitudinais que caracterizam o racismo brasileiro nos dias de hoje não são os mesmos que despertaram a atenção de estudiosos como Florestan Fernandes, em meados do século XX. Se, em determinado período da história do país, a população negra e afrodescendente foi estigmatizada e marginalizada tendo como critérios os discursos de branqueamento (que apreenderam o legado da eugenia em voga no continente europeu durante o século XIX), nos dias atuais este argumento parece estar em desuso, sendo substituído por uma discussão que mobiliza aspectos como o tradicionalismo, o igualitarismo e o individualismo para justificar a hierarquização e a taxonomização dos grupos sociais em termos raciais.

Uma das questões mais relevantes pautadas no estudo de Bailey é o fato de que é um equívoco supor que noções construídas nos Estados Unidos sejam facilmente aplicadas ao caso brasileiro, haja vista que as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e mesmo de trajetória dos movimentos sociais que levantam as bandeiras da negritude são diametralmente distintas. Dessa forma, os estudiosos dos padrões atitudinais no Brasil devem procurar estabelecer um debate focado nos dissensos entre os EUA e o Brasil, no que concerne às teorias sobre discriminação racial do ponto de vista das atitudes políticas e, mais especificamente, da tolerância. Estes dissensos são, a princípio, de duas naturezas, uma necessariamente teórica; e outra metodológico-instrumental. Cada um deles irá, à sua maneira, impor à tarefa de comparação entre as dinâmicas raciais brasileira e estadunidense problemas distintos.

Para o estudo adequado da dinâmica racial em qualquer país, é necessário compreender quais são as categorias analíticas empregadas nas pesquisas de opinião. Mais uma vez, percebe-se uma diferença entre os casos

dos EUA e Brasil: nos EUA, o espectro de cor/raça está permeado por identidades marcadas pelo cenário de multiculturalismo, como no caso dos hispânicos. No caso brasileiro, há a controvérsia em torno dos termos “pardo” e “moreno”, bem como das subcategorias empregadas para caracterizar fenótipos miscigenados, a exemplo de “cafuzo”, “mameluco”, “mulato”, entre outros (FREYRE, 2001). É importante compreender quais os critérios de auto-alocação em cada uma dessas categorias, de modo a separar os tipos de comportamentos entre brancos e não-brancos, estabelecendo o que Bailey chama de “*racial boundaries*”. O autor ressalta a relevância dessa tipologia para o caso brasileiro, alertando para o fato de que a literatura produzida nos trópicos não produziu ainda consideráveis estudos a respeito da saliência das fronteiras intergrupos como produtoras de *framing* para as atitudes concernentes à raça e ao racismo.

Bailey indica, basicamente, a existência de três eixos analíticos da dinâmica racial estadunidense: 1) abordagens socioculturais, baseadas no entendimento de que a aversão racista é resultado de processos de socialização e de visões tradicionais de preconceito; 2) teorias de conflitos intergrupos, fundamentadas na ideia de que as atitudes são influenciadas pelas imagens subjetivas feitas por grupos em relação a outros grupos; e 3) teoria da identidade social, a qual postula que a hostilidade em relação a outros grupos é oriunda da própria percepção de diferenciação social ou mesmo dominância. Como se pode observar, a diferenciação entre essas três teorias está pautada em abordagens *racialistas* – que conferem aos critérios raciais o protagonismo pelas diferenças de opinião encontradas – e abordagens *antirracialistas* – que estão mais ligadas à formação de grupos do que propriamente aos critérios que compõem estes grupos. No caso brasileiro, no entanto, a flexão entre esses dois espectros tem sido característica do debate racial, algo que também o diferencia dos estudos estadunidenses.

A compreensão da conexão entre a hostilidade racista e elementos componentes do imaginário social de cada país também é um ponto de divergência entre EUA e Brasil nesse sentido. Enquanto nos EUA, é necessário justapor a opinião pública ao entendimento de conceitos como o individualismo e o igualitarismo, marcas cívicas do país; no Brasil, é necessário estabelecer outras marcações ideológicas, as quais se espera que sejam, principalmente, o apego ao tradicionalismo e à hierarquia social (ainda que sejam necessários estudos mais exaustivos nesse quesito).

Como dito anteriormente, Bailey analisa a persistência de padrões atitudinais envolvendo o racismo no Brasil por meio de pesquisas *survey* produzidas entre 1995 e 2008, identificando regularidades e rupturas entre as mesmas. O autor chega a posicionamentos importantes, a exemplo da associação da manifestação de comportamentos racistas a outros comportamentos que aparentemente não possuem ligação com a dinâmica racial, como a ligação ao tradicionalismo e à hierarquia; bem como a diferenciação entre raça e cor, importantíssima para o correto entendimento dos espectros fenotípicos e sua associação ao preconceito de cor no Brasil. Entretanto, evidentemente, deixa de levantar questões relevantes, como a diferença entre contextos urbanos e rurais na conformação das atitudes racistas e a desconsideração de nuances regionais nos discursos, sendo eles racistas ou não.

No entanto, a grande mensagem a ser transmitida pelo autor na presente obra é a necessidade de o pensamento social e político brasileiro se desvincular em certa medida da teoria estadunidense produzida sobre o tema, haja vista que tanto os contextos quanto as dinâmicas raciais são distintas e merecem teorizações diferentes, sob o risco de muitas nuances da realidade brasileiras não se abrigarem no guarda-chuva da teoria estadunidense. A fim de que se possa fazer algum avanço na teorização sobre o racismo sob o viés atitudinal no Brasil, é necessário considerar a dinâmica *sui generis* do país, bem

como as marcas discursivas presentes no senso comum. Sendo o racismo um dos temas mais caros à opinião pública recente no país, o esforço de transferência de uma teoria já existente ao caso brasileiro merece cuidado.

Referências

- BAILEY, S. *Legacies of Race – Identities, attitudes and politics in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio. 1973.
- GUIMARÃES, A. S. *Racismo e antirracismo no Brasil*. Editora 34, 1999.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Antonio Claret é graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. É mestre em Administração e Políticas Públicas pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. É membro do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Política e Comportamento Eleitoral" da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aline Burni é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012) e atualmente cursa Mestrado em Ciência Política na mesma instituição. É pesquisadora do grupo "Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral" e membro do Grupo de Estudos em Política Externa Comparada, vinculado à Rede Interinstitucional de Pesquisa em Política Externa e Regime Político-RIPPERP.

Glauccio Soares é graduado em Sociologia e Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1958), em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1957), mestrado em Direito - Tulane University (1959) e doutorado em Sociologia - Washington University at St Louis Mo (1965). Atualmente é Pesquisador Senior Nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP/UERJ.

Miguel Angel Torhton é licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Centro de Investigação e Docência Económicas. Tem como linha de investigação políticas públicas, opinião pública e a equidade de gênero. A partir do outono de 2014 cursará mestrado em Políticas Públicas na Universidade George Washington com bolsa da Fulbright-García Robles,

CONACYT para Pós-graduação estrangeira e Global Leaders Fellowship in Public Policy da Universidade George Washington.

Nathália Porto é graduada em Ciências Sociais e mestranda em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desenvolve estudos nas áreas de Cultura Política, Tolerância, Pensamento Político Brasileiro e Análise de Política Externa.

Nerea Ramírez possui mestrado em Análise Política pela Universidade Complutense de Madri, Espanha e Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, atua no Grupo Opinião Pública e mantém interesse pelo estudo de partidos e comportamento político.

Nolle del Giúdice é graduada em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva (2003), Especialização em Direito Público pela PUC-MG (2005) e mestrado em Ciencia Política pela Universidad Autonoma de Madrid (2008). Foi Diretora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Lagoa Santa - UNIPAC Lagoa Santa. Faz parte do grupo de pesquisa Opinião Pública e Comportamento Eleitoral do departamento de Ciência Política da UFMG. Atualmente é doutoranda em Ciência Política da UFMG, Professora de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Ciência Política e Teoria do Estado na UNIPAC - Nova Lima, além de ser sócia de Del Giúdice, Ayala e Duarte Sociedade de Advogados. Atua principalmente nos seguintes temas: direito constitucional, administrativo e eleitoral, sistema eleitoral, partidos políticos, reforma política, comportamento eleitoral.

Paulo Victor Melo é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010), graduação em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Atualmente é Bolsista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, Pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, Iniciação a Docência da Universidade Federal de Minas Gerais e Membro de corpo editorial da *Em Debate* (Belo Horizonte). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Comportamento Político. Atuando principalmente nos seguintes temas: Representação, Partidos Políticos.

Pedro Soares Fraiha é graduado em Ciências Econômicas e mestrando em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do Grupo Opinião Pública e também membro do LATICOM- Comunicação Política e Comportamento Eleitoral e vencedor do III Prêmio Internacional Marcus Figueiredo.

Renata Andrade de Oliveira é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. É também pesquisadora do NUPPOL – Núcleo de Pesquisas em Participação Política da mesma instituição.